

Mariana Jacob Teixeira



**A natureza e gestão das colecções
dos museus militares na dependência
da Direcção de História e Cultura Militar (Exército)**

**Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do
grau de Mestre em Museologia. Realizado sob a orientação científica
da Professora Doutora Alice Lucas Semedo**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Mestrado em Museologia**

Setembro de 2011

RESUMO

A natureza e gestão das colecções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (Exército)

TRABALHO DE PROJECTO

Mariana Jacob Teixeira

PALAVRAS-CHAVE: Museus Militares; Exército; Colecções; Natureza; Gestão; Normas.

O Exército português é detentor de um valioso património cultural móvel que é reflexo de uma memória colectiva que se assume como suporte essencial da identidade desta instituição. O património referido encontra-se à guarda dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM), a saber: o Museu Militar dos Açores, o Museu Militar de Bragança, o Museu Militar de Elvas, o Museu Militar de Lisboa, o Museu Militar da Madeira e o Museu Militar do Porto.

Os seis museus militares constituíram o objecto de estudo para análise e compreensão da natureza das colecções que formam os seus acervos, bem como das formas de gestão e documentação dessas mesmas colecções.

De forma a se enquadrar o objecto de estudo foi importante compreender o conceito de *museu militar* e as especificidades que os diferenciam das demais instituições museológicas, proceder à análise dos processos de criação e afirmação dos seis museus militares na dependência da DHCM, reflectir sobre as formas de coleccionar presentes nos seus acervos, conceptualizar gestão e documentação de colecções, conhecer o panorama internacional de gestão das colecções em museus de armas e de história militar e, finalmente proceder ao diagnóstico das práticas associadas à gestão das colecções dos seis museus militares anteriormente referidos.

Finalmente, é apresentado, como resultado prático do processo de investigação, o contributo para a elaboração de um Manual de Gestão de Colecções, para o Museu Militar do Porto, que integra as políticas e procedimentos relativos à incorporação, alienação, empréstimo, depósito e documentação.

RÉSUMÉ

La nature et la gestion des collections des musées militaires dans la Direction d'Histoire et Culture Militaire

PROJET D'ETUDE

Mariana Jacob Teixeira

MOTS-CLES: Musées Militaires, Armées, Collections, Nature, Gestion, Normes.

L'armée Portugaise est détentrice d'un grand patrimoine culturel, qui est le reflet d'une mémoire collective qui soutient l'identité essentielle de cette institution. Le patrimoine dont nous nous référons est gardé par les musées militaires et la section d'Histoire et Culture Militaire, à savoir : le musée militaire des Açores, le musée militaire de Bragança, le musée militaire de Elvas, le musée militaire de Lisbonne, le musée militaire de Madeira et le musée militaire de Porto.

Les six musées militaires se sont réunis dans l'objectif d'analyser et de comprendre la nature des collections qui forment son patrimoine, ainsi que des formes de gestion et la documentation de ces mêmes collections.

Dans le cadre de cette analyse, il a été important de comprendre le concept de *Musée Militaire* et les caractéristiques qui les différencient des autres institutions et musées, procédant à l'analyse du processus de création et d'affirmation des six musées militaires dans la section d'Histoire et Culture Militaire. Il a fallu aussi réfléchir sur la manière de recueillir des œuvres dans son patrimoine, conceptualiser la gestion des collections et de la documentation, connaître le panorama de la gestion des collections dans les musées d'armes et de histoire militaire. Et enfin faire le diagnostic des pratiques associées à la gestion des collections des six musées militaires mentionnés ci-dessus.

Finalement, le résultat concret du processus de recherche est présenté, contribuant à l'élaboration d'un manuel de gestion des collections pour le musée militaire de Porto, qui comprend les règles et les procédures relatives à la vente, le prêt, le dépôt et la documentation.

ABSTRACT

The nature and management of museum collections under the authority of Direcção de História e Cultura Militar (Army)

Reserch Project

Mariana Jacob Teixeira

KEYWORDS: Military museums; Army; Collections, Nature; Management; Rules

The Portuguese Military owns a valuable tangible cultural heritage which reveals the Military's collective memory and represents the foundation of the institution's identity. Such heritage is currently preserved in all Military museums under the authority of Direcção de História e Cultura Militar (DHCM): Azores' Military Museum, Bragança's Military Museum, Elvas' Military Museum, Lisbon's Military Museum, Madeira's Military Museum and Porto's Military Museum.

These museums were selected as the object of study to analyse and understand the nature of the collections existing in their holdings, their management and the collections' documentation.

In order to be an appropriate object of study it was important to fully understand the concept *Military Museum* and its characteristics which make these museums unlike any other similar institution. Also important was to analyse the creation and acclamation of these museums under the authority of DHCM; to reflect upon ways of collecting found within each one and to establish the concept of collection management and documentation. Furthermore it was important to understand the international scene on collection management inside armoury and army history museums. Finally it was essential to evaluate the customs associated to the collection management inside the six Military museums.

The final chapter of this research project presents the practical result of the whole research: the contribution for the development of a Collection Management Guide Book for Porto's Military Museum. Such guide book includes policies and procedures related to incorporation, alienation, lending, stock and certification.

Agradecimentos

O *Trabalho de Projecto* apresentado neste relatório é o resultado de um processo de investigação que contou com a colaboração, de diferente natureza, de várias instituições e indivíduos, militares e civis. Este processo de colaboração permitiu o alcance de resultados difíceis de obter de forma isolada.

Expresso, com sinceridade, o meu reconhecimento e gratidão:

À Professora Doutora Alice Lucas Semedo, orientadora deste Trabalho de Projecto.

Ao Sr. Major-general Adelino de Matos Coelho, Director da Direcção de História e Cultura Militar.

Ao Sr. Tenente-coronel Francisco Amado Rodrigues, Chefe da Repartição de Património da Direcção de História e Cultura Militar.

À Direcção e profissionais, civis e militares, das equipas do Museu Militar dos Açores, do Museu Militar de Bragança, do Museu Militar de Elvas, do Museu Militar de Lisboa e do Museu Militar da Madeira.

À Direcção e equipa do Museu Militar do Porto, entre 2007 e 2011, que acompanharam e apoiaram o meu percurso profissional na área dos museus militares. Ao Centro de Documentação do Museu Militar do Porto.

Ao Arquivo Histórico-Militar do Exército.

Ao Instituto dos Museus e da Conservação / Rede Portuguesa de Museus.

Ao Observatório de Actividades Culturais.

À Rede de Museus de Cascais.

Ao International Committee of Museums of Arms and Military History.

Ao Musée de l'Armée (França).

Ao National Army Museums (Reino Unido). À Dr.^a Emily Dodd, Departamento das colecções.

Ao Imperial War Museum (Reino Unido). À Dr.^a Sophie Rowberry, Directora do Departamento de Colecções.

Ao Museo del Ejército Español. À Dr.^a Teresa Moneo (Conservadora Chefe do Departamento do Centro Documental).

À equipa da empresa Sistemas do Futuro, Lda, entre 2009 e 2011.

Ao Dr. David Collins, Director do National Firearms Centre do Royal Armouries (Reino Unido).

À Professora Doutora Isilda Maria Santos Braga da Costa Monteiro.

Ao Mestre Carlos Alberto Fernandes Loureiro.

À Dr.^a Susana Maria Moreira de Figueiredo Medina Vieira, do Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

À Dr.^a Maria do Rosário Martins, do Núcleo de Antropologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

À Dr.^a Graça Soares Nunes, do Departamento de Museus da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Ao Dr. Jaime Regalado.

À família e aos amigos que incentivaram e apoiaram a trilhar este percurso de investigação.

Dedico esta investigação à minha falecida avó, Maria da Liberdade, que me transmitiu grande parte das características que marcam a minha personalidade.

Lista de figuras

Figura 1	Fotografia de pormenor da exposição do Museu Militar do Forte de Santa Luzia, em Elvas. Fonte: Fotografia da autora.	13
Figura 2	Fotografia da fachada do Museu Militar, no primeiro quartel do século XX. Fonte: Arquivo Histórico Militar FE-J2-PQ-5 / Foto 3.	19
Figura 3	Sala de Armas do Porto. Fonte: SOARES, 1973.	24
Figura 4	(Esquerdo) Fotografia aérea do Forte de S. Brás. (Direito) Fotografia aérea do Palácio de São Lourenço. Fonte: (Esquerdo) Arquivo do Museu Militar dos Açores. (Direito) Arquivo do Museu Militar da Madeira.	28
Figura 5	Sala de exposições temporárias do Museu Militar dos Açores. Exposição sobre traje militar. Fonte: Fotografia da autora.	34
Figura 6	Fotografia da Sala Gungunhana. Fonte: Fotografia da autora.	36
Figura 7	Mesa de traumatologia universal, proveniente da colecção da Direcção do Serviço de Saúde. Fonte: Fotografia da autora.	38
Figura 8	Fotografia da Reserva dos Arreios. Fonte: Fotografia da autora.	40
Figura 9	Sala de Artigos Históricos. Fonte: Arquivo Histórico Militar FE-J2-PQ-5 / Foto 1.	42
Figura 10	(Esquerda) Fotografia da Sala D. Maria II (Catalogo do Museu de Artilharia, 1903). (Direita) Pormenor do quadro a óleo de D. Maria II, de Joaquim Rafael. Fonte: FRANÇA, 1996: 15.	48
Figura 11	Fotografia da Sala dos Gessos. Fonte: Fotografia da autora.	49
Figura 12	Fotografia da maqueta da Batalha do Buçaco. Fonte: Fotografia da autora.	50
Figura 13	Fotografia da exposição permanente do Museu Militar da Madeira, inaugurada em 2010. Fonte: Arquivo do Museu Militar da Madeira.	52
Figura 14	(Esquerda) Fotografia do piso 2 do edifício principal. (Direita) Fotografia de um pormenor da colecção de miniaturas militares na Sala Engenheiro Campos Gondim. Fonte: (Esquerda) Fotografia de José João Roseira / Arquivo do Museu Militar do Porto. (Direita) Fotografia de Alexandra Anjos.	57
Figura 15	(Esquerda) Sala Mouzinho de Albuquerque. (Direita) Espada oferecida a Mouzinho de Albuquerque pela Associação Comercial do Porto. Fonte: ALMEIDA, 1996.	60
Figura 16	(Esquerda) Gabinete de trabalho da Casa Vitorino Ribeiro. (Direita) Sala de visitas da Casa Vitorino Ribeiro. Fonte: DACIANO, 1950.	62
Figura 17	(Esquerda) Fotografia da Sala Vasco da Gama. Fotografia do Pátio dos Canhões. (Direita). Fonte: Fotografias da autora.	63
Figura 18	Fotografia de pormenor da peça de artilharia com a marcação «A12» (Sala Vasco da Gama). Fonte: Fotografia da autora.	64
Figura 19	Tabela com a exemplificação do formato do número de inventário referido no <i>Canadian Forces Base Petawawa Military Museums – Collections Management Policies & Procedures</i> . Fonte: Tabela da autora.	74
Figura 20	Gráfico com a representação das várias fases do processo de credenciação. Dados recolhidos da Lei Quadro dos Museus Portugueses, capítulo IX. Fonte: Gráfico da autora.	82

- Figura 21** Visita Técnica da equipa do IMC/RPM (constituída pela Dr.^a Isabel Victor, Dr. Miguel Crespo e Dr. Roberto Leite) ao Museu Militar do Porto. Fonte: Fotografia de Miguel Crespo. **83**
- Figura 22** Fotografia da acção de formação do *Inarte Premium*. Fonte: Fotografia de J. Cordeiro.
- Figura 23** (Esquerda) Fotografia do pormenor de uma marcação, feita com caneta, directamente sobre a superfície da medalha e sem utilização de um filtro protector. (Direita) Fotografia do pormenor de uma baioneta marcada com uma etiqueta presa por um fio de arame. Fonte: Fotografias da autora. **85**

Abreviaturas

CEME	Chefe do Estado-maior do Exército
DHCM	Direcção de História e Cultura Militar
IAMAM	International Association of Museums of Arms and Military History
ICOM	International Council of Museums
ICOMAM	International Committee for Museums of Arms and Military History
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
NGMCVE	Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército
OAC	Observatório das Actividades Culturais
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RP	Repartição de Património
RPM	Rede Portuguesa de Museus
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

Índice

Introdução	1
Parte I – Museus Militares	
1 Museus Militares – conceptualizações	8
2 Dos armazéns de armas aos actuais museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar – análise de um percurso evolutivo	14
3 A natureza das colecções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar	32
3.1 Caracterização das colecções	
3.1.1 Museu Militar dos Açores	33
3.1.2 Museu Militar de Bragança	34
3.1.3 Museu Militar de Elvas	36
3.1.4 Museu Militar de Lisboa	40
3.1.4.1 Museu Militar do Buçaco	49
3.1.5 Museu Militar da Madeira	50
3.1.6 Museu Militar do Porto	52
3.2 As colecções – significados e representações	57
Parte II – Modelos de gestão e documentação das colecções em museus militares	
1 Gestão e documentação de colecções museológicas – considerações teóricas	66
2 Identificação de modelos de gestão e documentação das colecções em museus militares – contexto internacional	73
3 O modelo de gestão e documentação das colecções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar – diagnóstico e contributo para a criação de boas práticas	80
3.1 Missão	87
3.2 Política de incorporação	89
3.3 Alienação	92
3.4 Empréstimo	93
3.5 Depósito	95
3.6 Documentação	97

Considerações finais _____ 106

Referências bibliográficas _____ 108

Anexo A – Autorização da realização do Trabalho de Projecto

Anexo B – Dados cedidos pelo Observatório das Actividades Culturais

Anexo C – Despacho N.º 28/CEME/2009 que atribui as temáticas aos museus militares

Anexo E – *Thesaurus* de colecções militares

Anexo F - Declaração de missão do *National Army Museum*

Apêndice A – Guião de recolha de dados nos museus militares

Apêndice B – Tabela dos *informantes privilegiados* por museu militar

Apêndice C – Distribuição dos dados do OAC por estatuto jurídico e respectiva tutela

Apêndice D - Tabela com sinopse das colecções existentes no Museu Militar de Lisboa, em 1901

Apêndice E - Tabela com o cronograma das várias etapas dos museus militares, no âmbito da credenciação

Apêndice F – Tabela com os formatos do número de inventário dos seis museus militares, na dependência da Direcção de História e Cultura Militar

Apêndice G – Classificação das colecções do *Museo del Ejército Español*

Apêndice H – Manual de Gestão das Colecções do Museu Militar do Porto: contributo para a sua elaboração

Introdução

O presente *Trabalho de Projecto*, denominado *A natureza e gestão das colecções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (Exército)*, pretende constituir um projecto de investigação original, com amplitude e profundidade adequadas à realização de uma investigação conducente ao grau de Mestre em Museologia.

O desenvolvimento desta investigação foi autorizado e apoiado pelo Vice-chefe do Estado-maior do Exército (ver anexo A), após a informação positiva do Director do Museu Militar do Porto e do Director da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM).

O objecto de estudo escolhido foi o universo constituído pelos seis museus militares que se encontram na dependência da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM) do Exército português, a saber: o Museu Militar dos Açores, o Museu Militar de Bragança, o Museu Militar de Elvas, o Museu Militar de Lisboa, o Museu Militar da Madeira e o Museu Militar do Porto. Neste universo inclui-se também o Museu Militar do Buçaco cujo acervo é gerido pelo Museu Militar de Lisboa.

Face ao objecto de estudo foram colocadas duas perguntas, que orientaram a estrutura da pesquisa:

1. Qual a natureza das colecções que constituem o acervo dos museus militares na dependência da DHCM?
2. Que modelo de gestão e documentação dos objectos é desenvolvido pelos museus referidos?

O diagnóstico obtido constituiu o instrumento necessário para a criação da proposta de um *Manual de Gestão das Colecções do Museu Militar do Porto*, que se pretende que tenha aplicabilidade prática no âmbito institucional. Entende-se por *Manual de Gestão das Colecções* um conjunto de instruções claras e precisas com o objectivo de uniformizar as políticas e os procedimentos relativos às várias actividades relacionadas com os objectos, nomeadamente as acções de incorporação, alienação, empréstimo, depósito e documentação. Ressalva-se que para além destas áreas, um manual de gestão das colecções pode ainda incluir acções relativas à conservação preventiva, planeamento das reservas, exposição, investigação, acondicionamento e transporte. Contudo, face à limitação de tempo, à abrangência das áreas e

à necessidade de complementação das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* foi feita a opção pelas áreas referidas.

Tendo em conta que embora o modelo de gestão e documentação das colecções deva ser idêntico em todos os museus militares na dependência da DHCM, o documento referido tem que ser elaborado individualmente para cada um deles. Devido à experiência profissional desenvolvida nestes últimos anos e que permitiu um conhecimento mais profundo da sua realidade, optou-se pela elaboração de uma proposta de manual para o Museu Militar do Porto.

No que respeita ao *estado da arte* sobre a temática de museus militares, em Portugal, existem poucas teses cientificamente elaboradas. Em 2002, foi apresentada por Maria Teresa Rodrigues de Almeida Correia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa uma dissertação designada *A génese de um museu: do Arsenal Real do Exército ao Museu de Artilharia*, que teve como propósito reflectir sobre o Arsenal Real do Exército, a criação do Museu Militar de Lisboa, a organização das colecções deste museu, as instalações do Museu Militar e o seu programa funcional e artístico. Em 2005, foi apresentada por Francisco António Amado Rodrigues, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa uma dissertação designada *Uma nova rede de museus para o Exército Português* que através da aplicação de um questionário procurou definir quantos museus/núcleos museológicos/outras denominações existem no Exército português e quais as suas características tendo em conta as funções museológicas previstas na *Lei Quadro dos Museus Portugueses*. A partir dos dados obtidos a investigação abordou a necessidade da elaboração e implementação de uma rede de museus militares e de colecções visitáveis de cariz militar, propondo um modelo de gestão. Em 2009, foi apresentada por Maria Emília Pires Nogueiro, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto uma dissertação designada *Museu Militar de Bragança: Fundação; Práticas Museológicas* que teve como objectivo reflectir sobre o Museu Militar de Bragança, mais especificamente sobre o edifício onde se encontra instalado, o seu processo de criação, e tendo em conta a *Lei Quadro dos Museus Portugueses* foram propostas algumas recomendações. Por último em 2010, no Departamento de História da Universidade de Évora, foi apresentado por Patrícia Isabel Janarra Machado, um relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre em Museologia, sobre o Museu Militar de Elvas. Este relatório teve como objectivo desenvolver um Plano de Conservação Preventiva para o museu referido.

Para a concretização desta investigação, foram adoptadas diversas metodologias de investigação, com destaque para os casos de estudo já referidos. O diagnóstico da natureza e das práticas de gestão das colecções nos museus militares foi implementado através das visitas efectuadas, entre os meses de Março e Maio de 2010, com o apoio do Chefe da Repartição de Património (RP) da DHCM¹.

Nas visitas referidas, a ordem de trabalhos foi orientada por um guião de recolha de dados (ver apêndice A), através das seguintes metodologias: análise documental (nomeadamente nos arquivos dos museus), análise bibliográfica e da legislação; observação directa das instalações (com especial incidência nas áreas de exposição e reserva) e do *modus operandi* dos profissionais no que respeita à gestão e documentação das colecções; conversas informais com *informantes privilegiados*² (ver apêndice B).

Tendo em conta que a bibliografia sobre a gestão das colecções militares é limitada, tornou-se essencial compreender os modelos de gestão das colecções em museus militares estrangeiros de forma a possuir um termo de comparação com os museus militares na dependência da DHCM e, filtrar as melhores e mais actualizadas práticas profissionais. Desta forma, foram estabelecidos contactos, por carta ou correspondência electrónica, com as seguintes instituições: *International Committee of Museums and Collections of Arms and Military History* (ICOMAM); *Canadian Forces Base Petawawa Military Museum* (Canadá); *Imperial War Museum* (Reino Unido); *National Army Museum* (Reino Unido); *US Army* (Estados Unidos da América); *Musée de l'Armée* (França) e o *Heeresgeschichtliches Museum* (Austria). Foram disponibilizados pelas instituições referidas, dados sobre as práticas de gestão das suas colecções ou bibliografia relacionada.

Estando ciente da riqueza da observação directa foi objectivo desta investigação conhecer a realidade *in loco* de museus militares no estrangeiro previamente seleccionados. Contudo, face à limitação de recursos, foi apenas possível escolher um museu estrangeiro para visitar - o *Museo del Ejército Español*, tendo a visita tido lugar no dia 29 de Dezembro de 2010. A opção por este museu prendeu-se com o facto de que tem maior representatividade a nível internacional, tendo em conta a sua antiguidade (é o resultado da fusão de vários museus das Armas do Exército espanhol, existentes desde o século XVIII) e a importância do

¹ Francisco Amado Rodrigues é tenente-coronel do Exército e desde 26 de Outubro de 2010 exerce funções de Chefe da RP da DHCM.

² Neste contexto, entende-se como *informantes privilegiados* aqueles que possuíam atributos que no âmbito da pesquisa era importante conhecer, tais como os responsáveis pelas colecções, os directores do museu, estagiários ligados à gestão das colecções, indivíduos que contribuíram para a criação do museu ou incorporação das colecções.

seu acervo, que tem carácter nacional. Importa ainda referir que este museu foi inaugurado no Alcácer, em Toledo, no ano de 2010, após um processo de renovação dos seus serviços (incluindo a renovação e actualização do serviço de gestão e documentação do acervo) e mudança de instalações. A visita foi preparada e devidamente autorizada (o contacto foi estabelecido através de correspondência electrónica com Maria Teresa Moneo Rodríguez, conservadora-chefe do Departamento - Centro Documental), tendo sido possível visitar as novas instalações do museu, mais especificamente as salas de exposição, os serviços de documentação das colecções e o centro documental. Convém referir que foi pedida autorização para a visita das reservas, o que, contudo, por se encontrar em fase de instalação foi rejeitado. Neste museu para além da análise ao modelo de gestão das colecções, foi possível consultar, no centro documental, bibliografia especializada sobre a temática dos museus militares, bem como a classificação em vigor para as suas colecções.

No caso específico das recomendações para a criação de um manual de gestão e documentação das colecções, para além da bibliografia específica sobre o tema, recorreu-se ao apoio de Carlos Alberto Fernando Loureiro (que desenvolveu dissertação de mestrado para obtenção do grau de Mestre em Museologia, na área da gestão das colecções em Museus de Ciências Físicas e Tecnológicas) e, de instituições com experiência nesta área, nomeadamente: a Rede Portuguesa de Museus / Instituto dos Museus e da Conservação; empresa Sistemas do Futuro, Lda (que desenvolve aplicações informáticas para a área da documentação e gestão das colecções); o Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; a Rede de Museus de Cascais; o Museu Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (especificamente o núcleo do Museu de Antropologia).

No percurso de investigação verificaram-se algumas limitações que importa referir, pois têm consequências no seu desenvolvimento e, consequentemente nos resultados alcançados. A bibliografia sobre museus militares é escassa, embora tenha sido possível reunir uma grande percentagem que se encontra disponível. O tempo disponibilizado para a visita a cada um dos museus militares da DHCM tornou-se curto, tendo em conta que os acervos não estão inventariados na sua totalidade e a informação sobre as colecções encontra-se dispersa. Devido à limitação de recursos não foi possível concretizar outras visitas a museus militares estrangeiros, pelo que a visão sobre as práticas de gestão das colecções pode tornar-se redutora.

Face às condicionantes enumeradas, algumas delas identificadas à partida, esta investigação foi abordada como um desafio deveras estimulante e motivador pelo carácter inovador e de utilidade acrescidos não só no âmbito dos museus militares do Exército, mas também dos museus militares de tutela civil.

A estrutura do presente relatório procurou ser simples e obedecer sobretudo a uma lógica de inteligibilidade relativamente à contextualização e apresentação da investigação. Deste modo, dividiu-se o relatório em duas partes.

A primeira parte é constituída por três capítulos, sendo que no primeiro e face à falta de uma conceptualização específica sobre o que são os *museus militares*, foi necessário procurar definir o que é um *museu militar*, a nível nacional e internacional, bem como as características que diferenciam estes museus das demais instituições museológicas.

No segundo capítulo, é feita a análise cronológica dos museus militares, em Portugal, no ramo Exército, desde a criação dos armazéns de armas até à constituição dos actuais museus militares na dependência da DHCM. É focada com especial atenção a criação do Museu Militar de Lisboa (1851), do Museu Militar do Buçaco (1910), do Museu Militar de Bragança (1929), do Museu Militar do Porto (1977), do Museu Militar de Coimbra (1985), do Museu Militar de Aljubarrota (1985), do Museu Militar dos Açores (1993), do Museu Militar da Madeira (1933) e do Museu Militar de Elvas (2006). A análise inclui, na medida do possível, um estudo comparativo com a realidade vivida, na mesma época, em outros países europeus, de forma a ser possível perceber se Portugal era ou não influenciado pelas tendências vindas do exterior. A análise sobre o processo de criação/extinção dos museus militares portugueses ao longo de cerca de dois séculos foi importante para se poder compreender o processo de incorporação das colecções que constituem os casos de estudo deste *Trabalho de Projecto*.

No terceiro e último capítulo, da primeira parte, através dos dados recolhidos nas visitas, é feita a caracterização das colecções do Museu Militar dos Açores, do Museu Militar de Bragança, do Museu Militar de Lisboa (incluindo a colecção do Museu Militar do Buçaco que está na sua dependência, actualmente), do Museu Militar da Madeira e do Museu Militar do Porto. A partir da caracterização enunciada foi feita uma reflexão sobre os significados e representações presentes nas colecções analisadas.

A segunda parte do presente relatório relaciona-se com os processos de gestão e documentação em colecções museológicas. Assim, no primeiro capítulo são feitas considerações teóricas sobre os conceitos: de gestão das colecções, de documentação das

colecções, de manual de gestão das colecções, de políticas, de procedimentos e de informatização.

No segundo capítulo procede-se à identificação, a partir da conjuntura internacional, de modelos de gestão das colecções em museus de armas e de história militar. Foram objecto de estudo os modelos das seguintes instituições: *Canadian Forces Base Petawawa Military Museum*, *Imperial War Museum*, *Museo del Ejército*, *National Army Museum* e o *US Army*.

Finalmente, no terceiro e último capítulo deste relatório procede-se à análise dos dados recolhidos nos seis museus militares da DHCM relativamente à missão, política de incorporação, política de alienação, política de empréstimo, política de depósito e política de documentação. Ao mesmo tempo são apresentadas propostas, com base na bibliografia sobre o tema, para a implementação de boas práticas. Por último, ainda neste capítulo, é apresentado o resultado prático deste *Trabalho de Projecto* - o apêndice H, que constitui um contributo para a criação de um *Manual de Gestão das Colecções do Museu Militar do Porto*.

O presente relatório inclui ainda as considerações finais que reflectem e resumem os resultados decorrentes da investigação, as referências bibliográficas utilizadas no presente relatório (exclui-se bibliografia que foi consultada mas que não é utilizada no presente texto), os anexos e os apêndices que fundamentam e completam o *Trabalho de Projecto* desenvolvido.

PARTE I – MUSEUS MILITARES

«For millennia, humans have conserved war-related objects. Unfortunately, whether brought back as trophies, souvenirs, or artefacts with museum potential, these objects that bear witness to conflict have had no noticeable effect on the decision to go to war (...) The military museum as an institution that preserves the tangible memory of wars, it has a duty to make these objects bear witness and to send a message from the combatants: 'No more wars!'. Military museums have a social responsibility to work towards lasting peace» (KIROUAC, 2009: 22 – 23).

1 Museus Militares – conceptualizações

Observando o panorama internacional é possível concluir que no âmbito do conceito de *museu militar* se incluem um grande número de instituições extremamente diversificadas relativamente à tipologia de tutela, colecções, génese, edifícios, recursos humanos e localização. A sua terminologia incorpora dois conceitos, *museu* e *militar*, que aqui importa explicar. O *International Council of Museums* (ICOM)³ define *museu* da seguinte forma,

1. Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.

A definição legal de museu do ICOM é amplamente aceite pela comunidade profissional. O conceito de *militar* está relacionado, em Portugal, com as Forças Armadas, constituídas pelos ramos da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

A partir da definição do ICOM, André Kirouac⁴ (2009: 22) propõe a sua adaptação para o âmbito dos museus militares,

A military museum is a non-profit, permanent institution, which acquires, preserves, researches, interprets and exhibits the tangible and intangible evidence of military history and serves society by raising awareness of the impact of war and of pacifist values.

A definição de *museu militar* de André Kirouac é bastante completa pois inclui todas as funções básicas de um museu, tais como a necessidade de ser uma instituição que tem um propósito a longo prazo e sem fins lucrativos; que incorpora bens museológicos através das diferentes modalidades; que conserva e assegura a segurança desses mesmos bens; que estuda e documenta cada um dos seus objectos e, finalmente, que interpreta e expõe as suas colecções permitindo o acesso às mesmas (através de exposições, serviços educativos, investigação ou mesmo publicações). Como podemos ainda concluir, são valorizados não só os testemunhos materiais mas também os testemunhos imateriais da história militar pois nas Forças Armadas o papel da sua memória colectiva actua enquanto,

³ Extraído dos Estatutos do ICOM, adoptados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001), Artigo 2º.

⁴ Director do *Naval Museum of Québec*, desde 1997.

Suporte essencial da identidade e, por essa via, do espírito de corpo que, mais do que em qualquer outra instituição, deve marcar de forma indelével as solidariedades horizontais e, sobretudo verticais, entre os seus elementos, dele fazendo depender, entre uma multiplicidade de factores, a sua maior ou menor eficiência (MONTEIRO, 1995:1).

As funções museológicas referidas associam-se ao comprimento da sua missão que é servir a sociedade «by raising awareness of the impact of war and of pacifist values» com impacto na forma como na actualidade se encaram os museus militares ⁵, um meio de transmitir às gerações actuais e futuras as vivências dos militares, no passado. Tanto mais que, na grande maioria dos países, o serviço militar deixou de ser obrigatório e, que, consequentemente, se corre o risco de ver desaparecer paulatinamente o conhecimento directo da vida militar activa com todas as experiências que ela encerra, aumentando, por isso, a probabilidade de se verem repetidas as experiências bélicas do passado.

Finalmente, importa referir que, em Portugal, a definição de *museu militar* foi estabelecida pelo ramo do Exército, mais especificamente pela DHCM nas *Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército* (Capítulo I, Artigo 3.º, Alínea 1),

1. O Museu militar é um órgão de natureza cultural depositário e expositor do espólio de interesse histórico-militar, com possibilidade para garantir um destino unitário, designadamente a bens culturais militares e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos, incluindo o acesso regular ao público.

No que respeita à tipologia dos museus militares, tendo em conta a especificidade das suas colecções, é internacionalmente aceite que estes museus se localizam no âmbito dos museus de história (ALONSO FERNÁNDEZ, 1999: 109; SANTOS, 2000: 170).

Segundo Kenneth Hudson (1987: 115-119), o papel dos museus militares tem sido o de equiparar a história com campanhas políticas e militares, estando deste modo implícito que para estes museus a história é principalmente uma questão de guerras, generais, almirantes e tratados, sendo que a dimensão social não tem sido objecto de reflexão.

A análise do percurso dos museus militares nacionais, mas também internacionais, permite observar que ao longo da sua existência, estes museus têm actuado não só como instituições museológicas, mas também como *memoriais* (de personalidades ou de campanhas

⁵ Para um aprofundamento desta questão ver por exemplo: WOOD, 1986: 20-26; REID, 1997: 185-186; KIROUAC, 2009: 22-23.

militares específicas) e, por essa razão foi-se assistindo a uma tendência para a inexistência de um espaço de reflexão sobre os contextos que procuram glorificar. Contudo, desde a última década do século passado é possível constatar um reposicionamento, de grande parte destes museus, em relação à sociedade e, consequentemente, à sua afirmação como museus de história social. Este facto contextualiza-se com a necessidade de se repensar os museus de história, que tem tido lugar desde pelo menos a década de trinta, do século XX,

The museum of history (...) should not be a tomb wherein the bones of antiquity silently rest. Your Museum of History, rather, must be a power station sending out a current that illumines the community and gives a clearer vision of social values (PARKER, 1935: 19; citado por ALEXANDER e ALEXANDER, 2008: 113).

A consciência social nos museus militares tem-se vindo a reflectir na substituição das exposições cumulativas de *militaria* que serviam para ilustrar algum tipo de evolução cronológica por exposições que procuram explicar as causas dos conflitos dentro dos seus diferentes contextos (histórico, político e ideológico). É nesta perspectiva, que a afirmação de Alice Semedo (2008: 29) ganha especial relevo, «Os museus tentam assumir-se como locais onde se examina, se explora o conhecimento, a memória e a história, recusando o papel de meros lugares de afirmação da autoridade cultural». Um dos museus, de referência internacional, que melhor ilustram aquilo que foi dito é o *National Army Museum* (Reino Unido). Na publicação digital «Annual Review: Spring 2008-Summer 2009» do *National Army Museum* é possível conhecer alguns comentários dos visitantes que espelham o sucesso do cumprimento da sua missão e do seu posicionamento como museu de história social,

‘I never got in close to the reality of war as here and now. That reality was present with much respect for the simple soldiers and the human being behind every soldier’. ‘Very good experience for myself and 10 year old son. My son summed it up when he said “nobody really wins a war”’ Disponível em, <<http://www.nam.ac.uk/sites/default/files/review-2008-09.pdf>>, [consultado em 13-07-2011 às 21:15].

Finalmente, Hernández Hernández (2006: 9) reflecte que os museus militares se podem incluir nos museus de história tendo em conta que as suas colecções representam a actividade militar ao longo da história, mas também possuem algumas características dos museus de ciência e técnica pois conservam e mostram a evolução da ciência e da técnica nos diversos campos de actuação dos três ramos das Forças Armadas – Marinha, Exército e Força Aérea.

Tendo em conta os comités internacionais definidos pelo ICOM, os museus militares, enquadram-se no *International Committee for Museums of Arms and Military History*

(ICOMAM). Este comité tem origem no ano de 1957 com a denominação de *International Association of Museums of Arms and Military History* (IAMAM). Conforme William Reid⁶ (1997: 175) refere num artigo sobre o papel dos museus militares na sociedade europeia, o IAMAM contaria com cerca de trezentos membros, alguns dos quais pertencendo a nações que em períodos de guerra foram inimigas e que na actualidade (1992) os seus conservadores desfrutavam de amizades pessoais e uma estreita cooperação profissional.

O ICOMAM assume-se como o único comité internacional que desenvolve investigação sobre este tema no âmbito da museologia e propõe-se fomentar o estudo e conservação de armas, armaduras, artilharia, fortificações, uniformes, estandartes, medalhas, de uma forma científica e permitindo resgatar o seu impacto ao nível político, económico, social e cultural. Assim, este comité tem como objectivo demonstrar de que forma as armas e a história militar são parte do património cultural da humanidade.

Actualmente, o ICOMAM é constituído por cem membros, entre os quais se contam alguns museus de referência internacional, como é o caso do *Museo del Ejercito Espanol* (Espanha), *Musée de l'Armee* (França), *Imperial War Museum* (Inglaterra), *Militärhistorisches Museum Dresden* (Alemanha), *Musée Militaire Vaudois* (Suíça), *Musée de L'Armée et d'histoire militaire* (Bélgica), *Metropolitan Museum of Art / Dept of Arms and Armor* (Estados Unidos da América), *Rijksmuseum* (Holanda). Relativamente a Portugal, regista-se apenas um membro – a Fundação da Casa de Bragança (Disponível em <<http://www.klm-mra.be/icomam/>> [Consultado em 23-09-2011 às 13:39]).

Os museus de armas e história militar têm grande representatividade a nível mundial, tendo em conta que só na Europa, em 1997, existiam mais de mil museus militares, tanto em países que estiveram envolvidos na I Guerra Mundial e na II Guerra Mundial, mas também em países como a Suíça que não se encontra em estado de guerra, internacionalmente, desde 1815 (REID, 1997: 175). O Reino Unido assume-se como um dos países com mais museus que se relacionam com algum aspecto das Forças Armadas, sendo que, em 1990, foi publicado um relatório da *Museums & Galleries Commission* (actual *Museums, Libraries and Archives Council*) – designado por «The Museums of the Armed Services», que identifica duzentas instituições desta natureza.

No panorama museológico português esta tipologia de museus é também bastante representativa. O Observatório das Actividades Culturais (OAC) regista trinta e sete museus e

⁶ William Reid foi director do National Army Museum (Londres – Inglaterra) entre 1982 a 1988. Em 1997, aquando da publicação do artigo referido, William Reid era o Presidente Honorário do IAMAM.

nove núcleos relacionados com a tipologia de museu militar (ver Anexo B), dados referentes a Dezembro de 2010. Os critérios de selecção dos registos foram: ser tutelado pelo Ministério da Defesa ou ter no nome a palavra *militar*.

Ao fazer-se a distribuição dos dados do OAC pelo estatuto jurídico e tutela⁷ (ver apêndice C) contabilizam-se quarenta e um museus/núcleos públicos e apenas cinco não públicos. Os museus públicos com tutela militar são os museus/núcleos dos três ramos das Forças Armadas: Marinha, Exército e Força Aérea.

No que respeita aos museus públicos de tutela civil é possível concluir que a maior parte dos museus se encontram no âmbito da Administração Local, como é o caso do Museu Militar do Forte de Santa Luzia (ver Figura n.º 1), na dependência da Câmara Municipal de Elvas. Estes museus foram na sua maioria criados através de protocolos de colaboração entre o Exército e as autarquias. Relativamente aos museus não públicos a quantidade diminuiu substancialmente, identificando-se apenas o Museu da Guerra Colonial, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, o Museu Oferendas ao Soldado Desconhecido, o Forte do Bom Sucesso e o Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Além dos museus referenciados pelo OAC é possível identificar outros museus que no seu acervo incluem colecções de armas e de história militar⁸:

a) Museus Públicos

Ministério da Cultura / Instituto dos Museus e da Conservação: Museu da Guarda, Museu nacional dos Coches, Museu de Alberto Sampaio e Paço dos Duques.

Administração Regional dos Açores: Museu de Angra do Heroísmo.

Administração Local: Museu Municipal Leonel Trindade (Câmara Municipal de Torres Vedras), Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Câmara Municipal da Figueira da Foz), Museu da Pólvora Negra (Câmara Municipal de Oeiras), Museu- Biblioteca Condes de Castro (Câmara Municipal de Cascais), Museu Municipal de Santarém (Câmara Municipal de Santarém), Museu Convento dos Lóios (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira).

⁷ A terminologia utilizada relativamente ao estatuto jurídico e tutela foi baseado na investigação de SERRA, 2007: 23-24.

⁸ Dado o tempo disponibilizado para a investigação e não constituindo este ponto matéria essencial para o trabalho de projecto não foi desenvolvida uma pesquisa aprofundada sobre os museus que incluem colecções de armas e de história militar. Os museus identificados são o resultado da experiência profissional e da pesquisa feita na Rede Portuguesa de Museus, disponível em <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm/HighlightList.aspx> [consultado em 09-07-2011 às 11:25].

b) Museus Não Públicos

*Associação para o Museu dos Transportes e das comunicações: Museu dos Transportes e Comunicações*⁹.

Fundação da Casa de Bragança: Museu Biblioteca da Casa de Bragança.

Na sua grande maioria, os museus militares têm sido geridos pelos diferentes ramos das Forças Armadas, financiados com fundos públicos e dirigidos por militares. Sendo, que na actualidade, num ambiente que se caracteriza cada vez mais por uma heterogeneidade social e cultural, os museus militares, dada a sua especificidade, têm como desafio abranger um público mais alargado, que não se esgota com a instituição militar mas que se estende a toda a população.



Figura 1 - Fotografia de pormenor da exposição do Museu Militar do Forte de Santa Luzia, em Elvas.

Fonte: Fotografia da autora.

⁹ A colecção é propriedade da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e encontra-se em depósito no Museu das Alfândegas.

2 Dos armazéns de armas aos actuais museus militares da Direcção de História e Cultura Militar – análise de um percurso evolutivo

A história dos museus militares inicia-se muito antes do seu reconhecimento oficial por volta do século XIX. Podemos encontrar a sua origem nos armazéns de armas ou armarias do Renascimento. Existia, com frequência, nas residências senhoriais fortificadas ou nos castelos, armazéns onde se guardavam e conservavam as armas necessárias para os senhores apetrecharem os seus homens. Num artigo sobre a residência senhorial fortificada, entre os séculos XII – XV, Mário Barroca (1997: 48) faz referência ao exemplo da Torre da Cunha mandada construir por D. Lourenço Fernandes da Cunha, no final do século XII, e que representa, segundo o autor, o mais remoto exemplo para este tipo de construção senhorial, que conseguimos documentar em Portugal. Através de um documento designado *Mentio de Malefactoria* é possível conhecer que entre o mobiliário desta residência se incluíam «quarenta escudos, de diversos capelos de ferro e de muitas armas não especificadas» (BARROCA, 1997: 48-49). Neste contexto, Rui Carita (1979: 4) alude à existência de salas de armas na Madeira,

Também o Funchal teve as suas Salas de Armas. E não nos referimos só às dos Capitães Donatários com que armavam os seus servidores, mas também a outras, pois outros Senhores da ilha, pelas constantes lutas em que andaram envolvidos, dão sinal seguro de que igualmente as possuíam. A primeira Sala de Armas da Ilha terá sido a do Capitão Donatário do Funchal [...] e tudo indica que terá ocupado no século XVI a sala gótica do primeiro piso do torreão manuelino da Fortaleza, hoje de São Lourenço. [...]. Esta Sala de Armas, que temos referências ainda existir no século XVIII, terá sido dispersa no século seguinte e talvez ainda durante este século, pelas sedes das companhias de milícias.

Por volta do século XVI, os armazéns de armas ou armarias começam a perder a sua função predominantemente militar e, passam em muitos casos a representar espaços para exposição do armamento (que assume um carácter decorativo) a visitantes e embaixadores, tendo como objectivo a ostentação do poder e riqueza dos seus proprietários,

A arte e a industria, embelezando com ornatos preciosos as armaduras do guerreiro, e fabricando-as até de prata, converteu-as de simples defeza em traje de gala. Tornavam-se jóias de família, já pelas recordações históricas, já pela delicadeza do trabalho, e andavam-lhes ligadas, por veses, tradições de esforçados feitos, como também de galanteios românticos de seus primeiros possuidores, dando azo a lendas fantásticas (*Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, 1930: 5).

Em consequência do processo de embelezamento do armamento assistiu-se, neste período, ao fomento do coleccionismo. O acto de coleccionar pressupunha, normalmente, uma reserva de riqueza, constituindo um privilégio dos reis ou da nobreza e do clero. Alguns exemplos destas colecções são: a Colecção de Armas de Henrique VIII (século XVI, Torre de Londres, Inglaterra); o Gabinete de Armas de Luís XII (século XVI, castelo de Amboise, França); a Colecção de Frederico Augusto I, Rei da Saxónia, iniciada por Henrique II (entre os séculos XIII e XVIII, a colecção integra, actualmente, o acervo do Militärlhistorische Museum der Bundeswehr em Dresden, na Alemanha); a Real Armaria (século XVI, colecção de Carlos I, Madrid - Espanha); Colecção de Armas de Fernando I (século XVI, Viena, Áustria); Gabinete de Armas, século XVI, colecção do marechal Filipe Strozzi, Roma (*Catálogo do Museu de Artilharia (Antigo Museu da Artilharia)*, 1930; HÉRNANDEZ, 2006; e RAUCHENSTEINER, 2000).

Em Portugal, no reinado de D. Manuel I foi criado o depósito de armamento estabelecido no antigo Paço da Ribeira. Damião de Góis fazendo referência a este depósito de armas afirma: «Vi eu muitos desses museus de armas, mas o nosso é mais rico, não só pela quantidade das máquinas de guerra como pelo número quase infinito de armas e lanças» (MACHADO, 1937: 52-53).

Conforme o *Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)* (1930: 10) antes do terramoto de 1755 existiam, em Portugal, várias colecções de armas que pertenciam a particulares, sendo algumas das mais notáveis a dos condes de Ericeira, a de Santarém e a da vila de Alfândega da Fé. Ressalva-se que, «o interesse em guardar estas colecções não era de carácter utilitário: conservavam-se numa sala de uma habitação quase sempre luxuosa, ou as armas dos antepassados e heróis das famílias ou o material bélico finamente decorado, revestido de ouro ou prata, mais objectos de arte do que relíquia de guerra» (SANTOS, 1970: 67).

No século XVIII, o espírito enciclopedista terá contribuído para que o acto de coleccionar adquirisse um valor científico, sistemático, metódico e especializado. Assim, as colecções de armas e de história militar passaram a ser utilizadas como objecto de estudo dos oficiais do Exército no âmbito do seu processo de aprendizagem, como por exemplo, o depósito de modelos de bocas-de-fogo organizado, numa sala do Armazém Real da Bastilha (Paris, França), pelo marechal Duque de Humières, com autorização de Luís XIV, para servir como elemento de estudo aos oficiais de artilharia, em início da carreira.

Em Portugal, D. João V instituiu o costume de fabricar armas de caça de grande qualidade para uso dos membros da Corte e da Família Real, feitas pelos mestres da fábrica de armas integrada no Arsenal, à qual se deu o nome de Fábrica Real. É ainda durante este reinado que se projecta um palácio para as armas. Contudo, só com Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto primeiro-ministro de D. José (1750 – 1777), é que o projecto toma forma e o edifício é mandado construir. Deste modo, fomentou-se a criação das Casas de Armas, que mais não seriam do que Gabinetes de Armas, procurando deste modo compensar a perda com o terramoto de 1755, da secção de armaria organizada por D. Manuel I, no Paço da Ribeira. No mesmo edifício criaram-se as condições de deleite, exposição e de manufactura, reunindo-se um conjunto de ofícios que estavam inseridos no contexto das reformas de ensino e no âmbito geral dos princípios das Luzes.

Os primeiros museus militares que abrem ao público são criados a partir do século XIX, na Europa, e caracterizam-se por um marcado carácter romântico que tem como consequência a incorporação de armas e outros objectos relativos ao Exército, tais como troféus de guerra ou *memorabilia* de determinada personalidade militar, que reflectiam o culto prestado a essas mesmas personalidades ou acções militares, exacerbando desse modo as glórias nacionais (Hernández Hernández, 2006: 9). Alguns dos exemplos mais relevantes são: o *Heeresgeschichtliches Museum* (Viena – Áustria), construído de acordo com os planos de Ludwig Foerster e Hansen Theophil, entre 1850 e 1856, no Arsenal e, que é considerado o mais antigo museu vianense (RAUCHENSTEINER, 2000: 3-5); o *Real Museo Militar Español* (Madrid – Espanha) que foi instalado em 1803 no Palácio de Monteleón; o *Musée de l'Armée* (Paris – França) que foi criado em 1905, tendo resultado da fusão de dois museus criados no século anterior - o *Musée d'Artillerie* (1871) e o *Musée historique de l'Armée* (1896).

Comparativamente a esta situação europeia, o panorama museológico português, o início do século XIX caracteriza-se pela estagnação e até mesmo por um processo de retrocesso de toda a actividade relacionada com a criação e gestão de gabinetes, colecções ou museus. Esta situação justifica-se pelo facto de os monarcas e a corte portuguesa terem embarcado para o Brasil, em 27 de Novembro de 1807, aquando da Primeira Invasão Francesa a Portugal. Com eles seguiram técnicos, intelectuais, professores e até estruturas completas do Estado, como foi o caso da Companhia dos Guardas-Marinha (ou Academia Real dos Guardas-Marinhas), que para lá levou os seus lentes, estandarte, biblioteca e arquivo (BARATA, 2004: 424). Pela mesma razão, acompanhando a deslocação da Corte para o Brasil, saiu de Portugal valiosa documentação, bem como variados objectos do Real Museu

da Ajuda que, em 1818, vão integrar o acervo do Museu Real do Rio de Janeiro, criado pelo Príncipe Regente.

Para além disso, entre 19 de Novembro de 1807 e 04 de Abril de 1811, o território nacional é alvo de três investidas do Exército francês, ordenadas por Napoleão. A agricultura e a indústria portuguesas são destruídas, em grande percentagem. Muitas povoações são saqueadas e registou-se uma grande mortandade. Alguns dos objectos pilhados foram levados pelos franceses, mas outros foram irremediavelmente destruídos (AZEREDO, 1984: 209).

Na realidade, a primeira metade do século XIX, em Portugal, foi um período especialmente conturbado. Se no seu início se verificaram as já referidas invasões francesas, assiste-se depois a um complexo e sangrento processo de implantação do liberalismo, com a revolução de 1820 e a sua vitória definitiva, após a guerra civil de 1831-1834. Durante este período, os militares estiveram sempre envolvidos no destino político do país. Por esta razão, a necessidade de criar museus no seio da instituição militar não foi especialmente sentida, resumindo-se ao interesse pontual de alguns militares, comandantes de unidades militares ou nobres, porque se propiciaram condições ou porque houve uma consciencialização precoce da importância dos museus, enquanto espaços privilegiados da valorização da memória como elemento de coesão e reforço da unidade militar.

Após algumas experiências embrionárias, já referidas, realizadas em séculos anteriores, assiste-se, na segunda metade do século XIX (que ficou marcada pelo vitorioso movimento político-militar de Maio de 1851 que deu início à Regeneração e pela crescente importância dada ao império português), ao processo de organização do primeiro museu militar, pela acção do Barão do Monte Pedral¹⁰. São determinadas, então, as medidas necessárias para se iniciar uma política de protecção dos bens móveis existentes na instituição militar. A acção do Barão de Monte Pedral corresponde a uma primitiva concepção de museu, entendido, nesta época, como lugar de recolha de armas e máquinas.

Quando irrompeu, na Europa, o grande surto de industrialização, a sociedade civil portuguesa não dispunha de escolas para formar cientistas, engenheiros e técnicos, nem de escolas de formação de artífices especializados, consequência da agitação vivida durante a primeira metade do século XIX, já referida. Por esta razão, a Regeneração e o progresso técnico que esta ergueu como bandeira, recorreu, quase em exclusivo aos quadros de oficiais

¹⁰ O título de Barão do Monte Pedral foi conferido ao Brigadeiro José Baptista da Silva Lopes, então Comandante Geral de Artilharia, por D. Maria II em 7 de Setembro de 1841. Faleceu a 22 de Abril de 1857 (AHM – caixa 1932. Processo individual de José Baptista da Silva Lopes).

engenheiros e artilheiros do Exército e aos engenheiros construtores e maquinistas navais da Marinha (BARATA, 2004: 428-429).

Assim, a elite militar, pelo seu nível cultural e conhecimento científico, alcançou, nesta época, lugares de destaque no desempenho de funções diversas, desde a política ao ensino universitário. O Portugal do período da Regeneração viveu, na verdade, uma euforia de progresso, que se via concretizado na política dos melhoramentos materiais, nomeadamente nos transportes e nas comunicações, que viria a ser designada por “Fontismo”. Por decreto de Fontes Pereira de Melo em 1852, foi criado o Ensino Industrial que justifica a criação de museus industriais, como o *Museu da Industria* (1852), os *Museus Technolicos* (1864) ou, ainda, os *Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto*.

É neste contexto que o Museu de Artilharia, sucessor das casas de armas setecentistas, se converte em objecto de novas concepções. Os militares de Oitocentos não vão ser indiferentes à circulação de novas ideias sobre defesa e conservação do património cultural da Nação. Assim, verifica-se a necessidade de perpetuar o passado através da preservação das peças ainda existentes no Arsenal do Exército. Todos os militares deviam responder à necessidade da sua organização, como garante da identidade da instituição, do seu passado e do seu presente (CORREIA, 2002: 171-174).

Desta forma, o Museu do Arsenal passa da primitiva concepção de local de recolha de espólio militar e máquinas, para surgir como um museu modernizado, cujo plano se deveu ao Capitão de Artilharia Eduardo Ernesto de CastelBranco, seu primeiro director. Depois de estar instalado, durante anos, em espaços reconhecidos como totalmente inadequados, por Decreto Geral n.º 296 de 10 de Dezembro de 1851 (note-se o facto de o museu ter sido criado cerca de sete meses após a insurreição militar de 01 de Maio), foi criado o Museu de Artilharia, que ficou a ocupar a antiga Fundição de Baixo¹¹ e o edifício nobre que a encimava - o Arsenal do Exército. Este Decreto é resultado do projecto de reforma (apresentado em forma de relatório) entregue pelo Barão de Monte Pedral a 24 de Outubro do mesmo ano, à Comissão nomeada pelo Duque de Saldanha, que depois de discutido e aprovado foi convertido em lei. Deste modo, o Decreto de 1851 veio legalizar a existência do Museu que de acordo com o que fora projectado pelo Barão já existia com autorização do Ministro da Guerra. O referido projecto de reforma veio, mais tarde, a constituir o Decreto Régio de 24 de Outubro de 1853 que

¹¹ O edifício da Fundição de Baixo, onde se estabeleceu o Museu de Artilharia, era o das Tercenas das Portas da Cruz, criadas por D. Manuel e continuadas por D. João III, para depósito de material de guerra, bem como, algumas oficinas e a fábrica de pólvora.

institui o Regulamento pelo qual se passou a administrar o Arsenal do Exército. O Capítulo IX, Artigo 192º, é dedicado ao Museu de Artilharia e estabelece que,

Conservar-se-há em lugar próprio, e na devida ordem, classificação, e aceio, todos os objectos curiosos, e dignos, por qualquer circunstancia, de se guardarem; tanto dos que pertencerem a artilharia, em geral, como objectos de luxo, fardamento, modelos, machinas, etc.

O Museu de Artilharia (ver Figura n.º 2) resultou de um contacto muito próximo com instituições europeias semelhantes, decorrente de visitas de estudo realizadas a nível oficial por militares e que permitiram identificar os modos de organização dos espaços e equipamentos mais convenientes. Daí que a sua criação tenha sido muito influenciada pelo que, então, se passava no estrangeiro e do contributo das visitas aos museus de armas já existentes.



Figura 2 - Fotografia da fachada do Museu Militar, no primeiro quartel do século XX.

Fonte: Arquivo Histórico Militar FE-J2-PQ-5 / Foto 3.

O processo de organização do Museu de Artilharia reflecte a importância do papel do Exército na segunda metade do século XIX, como já foi referido. Não será por isso de estranhar que, na sequência de, por um lado a crescente identificação do Exército com a Nação verificada na segunda metade do século XIX, e, por outro, o facto de os militares ocuparem lugares importantes de decisão política, se tenha dado maior relevo à necessidade da existência de um museu militar de cariz nacional. Deste modo, justifica-se a criação de um museu público de cariz militar. Destaca-se, assim, o papel educativo que esse museu viria a desempenhar na transmissão de conhecimentos e no fortalecimento dos ideais patrióticos, como se conclui do artigo de Ribeiro Arthur escrito em 1910,

O Museu do Exercito necessita que voltem para elle toda a attenção, que n'elle se empreguem todas as forças vivas da classe militar, e que todos os que sentem palpar o coração com orgulho por lhe pertencerem, venham, á porfia, zelar pelas suas relíquias, engrinaldar os seus louros e cuidar com carinho dos velhos tropheus que tanto esforço, tantas lagrimas, tanta alegria e tanta gloria causaram á Patria (ARTHUR, 1910: 21).

Dias antes da implantação da República, mais precisamente no dia 27 de Setembro de 1910, é inaugurado o «Museu-Bibliotheca, commemorativo da Batalha do Bussaco», actual Museu Militar do Buçaco, por D. Manuel II, mais precisamente no dia 27 de Setembro de 1910. Este museu foi criado no âmbito do Primeiro Centenário da Batalha do Buçaco (a batalha teve lugar no dia 27 de Setembro de 1810), com o objectivo de glorificar a acção heróica do Exército anglo-luso durante a Guerra Peninsular, mais precisamente no decorrer da Terceira Invasão Francesa a Portugal. A inauguração do museu teve lugar após a missa campal, bênção da Bandeira do Centenário da Batalha do Buçaco, do descerramento da coroa de bronze comemorativa e do desfile militar junto ao Monumento Comemorativo da Batalha do Buçaco,

Dali [do Monumento Comemorativo da Batalha do Buçaco] seguiu El Rei com todo o seu estado até á capela de Nossa Senhora da Vitória, a dentro da mata, e que serviu de hospital de sangue da celebre batalha. Numa casa annexa á capela foi inaugurado o museu, constante de livros e documentos da guerra peninsular, fardamentos da época em manequins, armas e outras relíquias da grande campanha. Ali foi assinado o auto da inauguração (CAETANO, 1910: 219).

A criação do museu referido enuncia a tentativa do Exército de exortar as glórias do seu passado e consequentemente da história nacional. Desta forma, a criação dos museus militares, a organização de arquivos, de bibliotecas e do registo escrito da memória histórica através da elaboração e publicação das monografias das unidades (MONTEIRO, 1995: 2), bem como as tradições e expressões orais como os gritos de guerra (RODRIGUES, 2011) ou, ainda, a preservação dos rituais militares como o juramento de bandeira no qual cada futuro militar declara «Juro defender a minha pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida», visam a criação dos *lugares da memória* enunciados por Pierre Nora (1978).

Na sequência do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que se caracterizou pelo domínio do aparelho de Estado pelos militares, o Museu de Artilharia, através do Decreto do Ministério da Guerra N.º 12161, de 21 de Agosto de 1926 volta a fazer parte da Arma de Artilharia mas, vê alterada a sua designação para Museu Militar (Decreto do Ministério da Guerra N.º 12161, de 21 de Agosto de 1926, Artigo 23º, Alínea d, Ponto 7.º, p. 531), que

permanece até à actualidade, e passa a alargar o âmbito das incorporações. O contexto da época justifica, então, a necessidade de uma designação mais abrangente, aspecto que já em 1910 tinha sido assinalado por Ribeiro Arthur (1910: 21),

A minha recente visita ao nosso museu militar e o muito respeito que tenho pelas tradições do exercito obrigam-me de novo a occupar-me de um assumpto, que já tratei na imprensa, chamando a attenção dos meus camaradas e dos artistas para as condições precarias, restrictas e mal orientadas, em que se encontra o museu impropriamente chamado – museu d’artilheria, denominação anachronica e irreflectida. Penso também não ser o museu apanágio da arma de artilheria, e que para o seu brilho e grandeza todos devemos concorrer como sendo uma obra nacional.

Segundo Isilda Monteiro (1995: 12), a propósito do registo da memória nas unidades militares, «A chama unificadora e vivificadora do ideal militar há tanto tempo arredia do exército português foi, durante a década de 20 [do século XX], conscientemente alimentada, por uma memória oficial, veiculadora uma vez mais de valores e exemplos a interiorizar pelos militares». Esta afirmação é pertinente no que concerne ao panorama museológico no âmbito do Exército, tendo em conta que, em 1929, é criado um museu militar no seio do Regimento de Infantaria N.º 10, em Bragança (Regimento de Infantaria N.º 10. Ordem Regimental N.º 14. Quartel em Bragança, 14 de Janeiro de 1929. Artigo 4.º), sob o comando do coronel António José Teixeira.

O museu militar ocupava alguns espaços da Torre de Menagem do Castelo de Bragança¹² e, em 1932, na Ordem Regimental N.º 292 (Regimento de Infantaria N.º 10. Ordem Regimental N.º 292. Quartel em Bragança, 19 de Outubro de 1932. Artigo 12.º) é nomeada uma comissão de forma a permitir um maior incremento do «Muzeu de Glórias e Arquivo Histórico-Militar Bragançanos», tendo em conta que o museu referido era entendido como um repositório de glórias militares e que através dele seria possível «atestar não só a cultura intelectual da guarnição mas ainda o desejo de caminhar a par das nações mais civilizadas» (Regimento de Infantaria N.º 10. Ordem Regimental N.º 292. Quartel em Bragança, 19 de Outubro de 1932. Artigo 12.º). Isto significa que por um lado o museu era entendido como um espaço potenciador da educação, em paralelo à biblioteca, e em complemento à escola regimental e, simultaneamente, glorificava as acções militares do passado relativas ao regimento e a figuras militares ilustres da região. Por outro lado, é assinalada a preocupação em acompanhar os países considerados mais desenvolvidos através

¹² O Castelo de Bragança está classificado como Monumento Nacional. Dados disponibilizados pelo Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) disponível em, <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5158> (Consultado em 2011-08-13 às 18:52).

desta acção de salvaguarda e valorização do património e da leitura pedagógica que ele possibilita.

Os museus regimentais¹³, fortemente ligados ao território que ocupam, no panorama museológico internacional, têm um grande desenvolvimento a partir do Armistício (11 de Novembro de 1918) que marcou o fim da Grande Guerra (REID, 1997: 178). No caso específico do Reino Unido, esta tipologia de museus prolifera, na década de 1920, quando começam a ser recolhidos os objectos que se encontravam a decorar as messes dos sargentos e dos oficiais, para serem expostos no museu do regimento (JONES, 1996: 153). Na perspectiva de Simon Jones (1996: 154), a missão dos museus regimentais é a de educar, promover o *espírito de corpo* e fomentar a *memória colectiva*. Na actualidade, é através dos seus museus que os regimentos têm oportunidade de comunicar com a comunidade civil e dar-lhes a conhecer as ligações entre a organização social e o trabalho no campo de batalha. De outra forma, corre-se o risco dos regimentos poderem ser entendidos como elementos externos à sociedade e descontextualizados das realidades actuais.

O museu militar de Bragança localizado na Torre de Menagem foi gerido até ao final da década 1930 pelo Regimento de Infantaria N.º 10, e a partir dessa altura pelo Batalhão de Caçadores N.º 3, que ficou como herdeiro das tradições do regimento, ficando a ocupar o mesmo espaço (NOGUEIRO, 2009: 41). Em 1958, com a saída da unidade militar aquartelada em Bragança o museu foi encerrado e o seu acervo transferido para o Museu Militar (em Lisboa).

No final da década de setenta (do século XX), o Conselho da Revolução pelo Decreto-Lei N.º 242/77, de 8 de Junho (Diário da República N.º 133, Suplemento, Série I de 1977-06-08), cria com data de 1 de Abril o Museu Militar do Porto, estabelecendo os objectivos e missão do mesmo. Contudo, a vontade de se criar um museu militar na cidade do Porto remonta ao ano de 1932 quando Joaquim Pedro Vitorino Ribeiro e Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro oferecem ao Museu Militar (em Lisboa) parte da colecção Vitorino Ribeiro (cerca de seiscentos objectos) relacionada com os períodos das Invasões Francesas e das Lutas Liberais. A doação é feita ao Museu Militar, em Lisboa, porque na cidade do Porto ainda não existia um museu desta tipologia.

Em 1957, o Comando da 1ª Região Militar mostra preocupação e vontade em preservar e valorizar as tradições militares da Região, tendo sido estabelecidos contactos com

¹³ Para um aprofundamento da temática dos museus regimentais ver por exemplo: Museums & Galleries Commission, 1990: 22-39.

diferentes instituições (civis e militares) com o objectivo de se fazer um levantamento das colecções, de temática militar, com interesse museológico. No ano seguinte, mais precisamente em 28 de Março, é criada a Delegação do Museu Militar (de Lisboa) no Porto, com sede no Castelo de S. João da Foz. Até à conclusão das obras de adaptação do referido espaço, foi determinado pelo Subsecretário de Estado do Exército que até conclusão das mesmas, os artefactos reunidos ficariam guardados nas instalações do antigo Quartel-general, na rua Augusto Rosa, na cidade do Porto. Entre 1959 e 1960 não existem desenvolvimentos no que respeita às obras de adaptação do Castelo de S. João da Foz. Assim, as instalações da Delegação permanecem provisoriamente na rua Augusto Rosa fechadas ao público. A Delegação colabora com o Gabinete de História da Cidade do Porto, cedendo objectos com a finalidade de integrarem a exposição «O Porto e as Invasões Napoleónicas», que tinha como objectivo assinalar os 150 anos do desastre da Ponte das Barcas. Durante a década de 1960, são cedidas algumas salas ocupadas pela Delegação do Museu para outros serviços como a Delegação de Repartição de Verificação e Contas da 1ª Região Militar e o Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 6. Disto resultou que o espaço reservado para as colecções da Delegação do Museu ficasse muito reduzido, permitindo apenas o armazenamento os objectos. Deste modo, a Delegação do Museu Militar na cidade do Porto permaneceu ao longo de mais de uma década praticamente desactivada (LOUREIRO, 1997).

No ano de 1970, a Associação Cultural dos Amigos do Porto alerta a 1ª Região Militar para o facto de ser de todo o interesse reabilitar o acervo histórico militar amontoado nas instalações da rua Augusto Rosa. O Exército juntamente com o apoio da Câmara Municipal do Porto, do Governo Civil do Porto, do Museu Soares dos Reis, da Fundação Calouste Gulbenkian e do Museu Militar de Lisboa, faz diligências no sentido de criar um museu histórico-militar na cidade do Porto, como um organismo independente. Mantém-se a ideia de instalar este museu no Castelo de São João da Foz. No ano seguinte, o Major Francisco Fernandes Figueira (Médico) é nomeado Delegado do Museu e é iniciada a transferência das colecções, para algumas salas do Quartel-general na Praça da República, cedidas pela 1ª Região Militar. No dia 05 de Janeiro é, finalmente, inaugurada, nesse edifício, na *Sala de Armas do Porto* (SOARES, 1973), uma exposição de carácter permanente (ver Figura n.º 3), e publicado o respectivo catálogo.

Na inauguração, estiveram presentes inúmeras individualidades e instituições que tinham apoiado o projecto, bem como alguns coleccionadores que poderiam vir a contribuir para o enriquecimento da colecção. A exposição não esteve aberta ao público mas era

frequentemente visitada por militares, particularmente os recrutas das unidades existentes na 1ª Região Militar, durante o período de instrução.

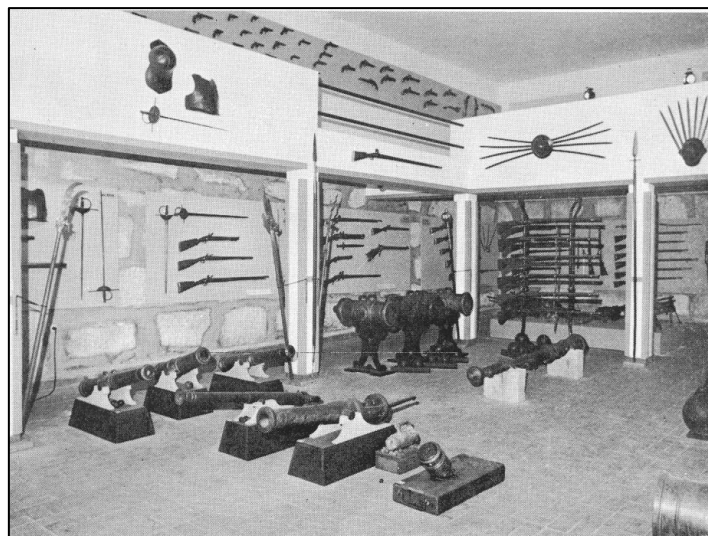


Figura 3 – Sala de Armas do Porto
Fonte: SOARES, 1973.

Tendo em conta que a adaptação das instalações no Castelo de S. João, na Foz do Douro, nunca se chegou a concretizar e as salas cedidas pelo Quartel-general eram provisórias, inicia-se um processo para encontrar instalações para o Museu Militar (1974), tendo sido escolhida o edifício n.º 329, na rua do Heroísmo. Entre os anos de 1978 e 1979, são efectuadas obras de adaptação do imóvel, com a criação de oficinas de carpintaria, serralharia e restauro, arrecadações, zonas de reserva, espaços para serviços administrativos e salas de exposição. Finalmente, no dia 21 de Março de 1980, é inaugurado o Museu Militar do Porto pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, sendo o Major «Médico» Francisco Fernandes Figueira nomeado Director.

A década de 1980, foi de extrema importância para o panorama museológico do Exército português, tendo em conta que foi criada uma rede de museologia militar¹⁴ pelo general Manuel Freire Themudo Barata¹⁵, aprovada pelo Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército exarado em 30 de Dezembro de 1982 na Informação n.º 103/82 (RODRIGUES, 2005: 151).

¹⁴ Para um aprofundamento da temática da rede de museologia militar ver: RODRIGUES, 2005: 151-155.

¹⁵ O general Manuel Freire Themudo Barata foi director da Direcção do Serviço Histórico Militar (actual Direcção de História e Cultura Militar) entre 1982 e 1989.

Neste contexto, no dia 22 de Agosto de 1983, foi reactivado e inaugurado o museu que tinha estado instalado na Torre de Menagem do Castelo de Bragança. Para tal foi assinado um protocolo entre a Direcção de Documentação e História Militar (actual Direcção de História e Cultura Militar) como representante do Estado-Maior do Exército (EME) e a Câmara Municipal de Bragança, visto estas entidades considerarem a necessidade de implementação do Museu Militar de Bragança, tendo em conta que havia o interesse geral do Exército, mas também o da população local. No documento referido foram especificadas as funções do Exército e da Câmara Municipal de Bragança, como a seguir se descreve,

a) – Ao E.M.E competirá a atribuição do pessoal militar destinado à direcção, gestão e funcionamento do Museu, incluindo a manutenção, conservação e limpeza do material; b) – A Câmara Municipal de Bragança suportará as despesas referentes à: - Obtenção por cedência, manutenção e conservação das instalações do museu; - Fornecimento de água, gás, electricidade e aquecimento ao mesmo; - Guarda e vigilância exterior do Museu.

Outra acção, de relevo, no âmbito da rede de museologia militar foi a criação do Museu Militar de Coimbra através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 103/85, de 5 de Dezembro, tendo como missão a salvaguarda do património da Região Militar do Centro¹⁶. No dia 06 de Dezembro de 1985, aproveitando-se o dia de encerramento das comemorações do VIII Centenário da morte de D. Afonso Henriques, patrono do Exército, tem lugar a inauguração oficial. O museu foi instalado numa dependência anexa ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova¹⁷.

Tal como acontecera com o Museu Militar do Porto, o Museu Militar de Coimbra foi criado com uma ligação intrínseca à região militar onde se localizava. Em Espanha este tipo de museus é designado por *museu histórico-militar*. O *Instituto de Historia y Cultura Militar*¹⁸ das Forças Armadas Espanholas – ramo do Exército, é o responsável pela protecção, conservação, investigação e divulgação do património histórico, cultural, móvel, documental e bibliográfico militar do Exército espanhol (PERNIA RAMÍREZ, 2006: 31). Em Março de 2006, foi elaborada pelo Estado-maior do Exército espanhol uma norma designada por «Instrucción General 03/06 – Sistema de Accion Cultural del ET» que regulamenta o

¹⁶ A partir de 1993, aquando da extinção da Região Militar Centro foi entendido que a missão do Museu Militar de Coimbra deixaria de ficar confinada ao âmbito regional, tendo em conta que tinha sido possível reunir um valioso acervo de natureza muito diversificada (*Roteiro – Museus Militares*, 1996)

¹⁷ O Mosteiro de Santa Clara-a-Nova está classificado como Monumento Nacional. Para um aprofundamento da história do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova ver por exemplo: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) disponível em <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70695/>> (Consultado em 2011-08-16 às 10:46).

património histórico espanhol e estabelece uma classificação para os museus militares. O documento referido, no que respeita aos museus relacionados com as regiões militares, define,

Se considera Museos Histórico-Militares los que se crearon en las antiguas Regiones y Zonas militares y que tienen como objetivo la conservación y difusión de los bienes culturales de las Unidades que históricamente pertenecieron al ámbito territorial en el que se encuadran. Deben ofrecer, de forma preferente, por su planteamiento y contenido, la evolución de la historia militar de su ámbito territorial en el marco de una visión global de la historia militar de España (Estado-maior do Exército Espanhol, 2006 - Instrucción General 03/06 – Sistema de Accion Cultural del ET, p. 9).

Em Portugal, no mesmo ano de 1985, é ainda construído de raiz o Museu Militar de Aljubarrota, no âmbito do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota (1385-1985). A sua criação foi determinada oficialmente no Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 66/86, de 7 de Agosto, e a inauguração teve lugar no dia 14 seguinte, em alusão ao dia da batalha (14 de Agosto de 1385). O Campo Militar de Aljubarrota onde foi instalado o museu foi classificado como Monumento Nacional (Decreto n.º 18/2010. *Diário da República*, I.ª série, n.º 250, de 2010-12-28).

Em 1987, através da Portaria do Ministério da Defesa Nacional N.º. 106/87, de 16 de Fevereiro (*Diário da República* n.º.39 - I Série, de 16 de Fevereiro de 1987, p. 609-610) foi formalizada a criação do Museu Militar de Bragança e estabelecidas as suas missões fundamentais, reportada a 22 de Agosto de 1983. O Museu passa então a ocupar os quatro pisos da Torre de Menagem do Castelo de Bragança.

No ano seguinte, no que respeita ao Museu Militar de Aljubarrota, o Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 193/98 (Ordem do Exército N.º7, I Série, 1998, p. 209-210) altera a designação para Museu Militar da Batalha.

Na década de noventa (do século XX), ainda no âmbito da acção da rede de museologia militar e na sequência da reestruturação do Exército português, prevista no Decreto-Lei n.º 50/93 de 26 de Fevereiro (*Diário da República* – I.ª Série-A N.º 48 – 26-02-1993, p. 822-827) o Museu Militar do Buçaco passa a destacamento do Museu Militar de Lisboa. É ainda no contexto referido, que são criados os museus militares dos Açores e da Madeira, através do Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 72 de 1993 (*Diário da República* – II Série N.º 163 – 14-07-1993, p. 7504), com o objectivo de dar cumprimento ao disposto no N.º 1 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 50/93 supracitado, fixando a relação das unidades, estabelecimentos e demais órgãos que correspondem à organização prevista no referido Decreto-Lei. Estes museus tornam-se efectivos com a data de 01 de Agosto de 1993,

através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 133/93, de 14 de Julho (Ordem do Exército n.º 7, I.ª Série, 14 de Julho de 1993, p. 376-377).

Apesar da sua criação em 1993, o Museu Militar dos Açores não foi logo instalado pois não se encontravam reunidas as condições no que respeita ao acervo, recursos humanos, localização, entre outros elementos. Em 16 de Outubro de 1999, foi cedido um espaço provisório no piso térreo do Prédio Militar n.º 56 (Ponta Delgada), um edifício especialmente destinado à vertente administrativa. A partir desse momento, iniciou-se o planeamento para a adaptação do Forte de São Brás cujas alterações estruturais e consolidação da estrutura existente teve início em 2000. O processo de criação e instalação do museu ocorreu entre 2000 e 2006, tendo durante este período uma acessibilidade limitada a grupo escolares. O museu encontra-se aberto ao público desde o ano de 2006.

No caso específico da Madeira, desde o início do século XX que germinava a vontade da criação de um museu militar pelo tenente-coronel Alberto Artur Sarmento, aquando da sua colaboração com o jornal «Heraldo da Madeira». Em 1979, esta vontade concretiza-se com a realização da primeira exposição do Museu Militar e catálogo (CARITA, 1979), pelo capitão Rui Carita, apoiado por particulares e algumas entidades oficiais como a Secretaria Regional da Educação e Cultura, a Comissão de Actividades Culturais da Câmara Municipal do Funchal, a Câmara Municipal do Machico e o Museu da Quinta das Cruzes.

O catálogo da exposição foi apresentado pelo autor António Ribeiro Marques da Silva que ressalva a importância da criação de um museu militar no Funchal,

O museu militar assume toda a importância que lhe advém da sua missão de testemunho ilustrativo quer da obra humana, quer da história ou cultura dos povos, para além dos seus objectivos de investigação incremento e divulgação daqueles aspectos. É uma necessidade cultural a criação de um museu militar na nossa cidade (CARITA, 1979: 2).



Figura 4 – (Esquerdo) Fotografia aérea do Forte de S. Brás. (Direito) Fotografia aérea do Palácio de São Lourenço.
Fonte: (Esquerdo) Arquivo do Museu Militar dos Açores. (Direito) Arquivo do Museu Militar da Madeira.

Os museus militares dos Açores e da Madeira têm em comum o documento fundador, mas também a natureza dos edifícios onde se encontram instalados¹⁹. O Museu Militar dos Açores localiza-se em Ponta Delgada, num edifício histórico classificado como Imóvel de Interesse Público²⁰ – o Forte de S. Brás (ver figura 4). O Museu Militar da Madeira localiza-se no Funchal, num edifício histórico classificado como Monumento Nacional²¹ - o Palácio de São Lourenço (ver Figura n.º 4).

Segundo Francisco Amado Rodrigues, a rede de museologia militar terá definido após 1993, consequência, entre outros aspectos, da falta de investimento ao nível dos recursos humanos e financeiros (RODRIGUES, 2005: 155).

Já no século XXI, o Despacho do Estado-maior do Exército N.º 154/01 voltou a alterar a designação do Museu Militar da Batalha para *Campo Militar de São Jorge – Museu Militar*. E, no ano de 2004 é publicado o Despacho Conjunto N.º 457/2004 (Diário da República – II.ª Série, N.º 177 de 29 de Julho de 2004, p. 11438-11439), dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional que reafecta o Campo Militar de São Jorge – Museu Militar «por 99 (noventa e nove) anos à Fundação Batalha de Aljubarrota». A reafecção tinha como objectivo a «remodelação e ampliação do Museu Militar de São Jorge e à sua transformação

¹⁹ Para um aprofundamento do tema dos museus localizados em fortificações ver por exemplo: REID, 1997: 179-180.

²⁰ Imóvel de interesse público pelo Decreto N.º 39 175, DG 77 de 17 Abril 1953. Para um aprofundamento da história do Forte de São Brás ver por exemplo: RESENDES, 2010.

²¹ Classificado como Monumento Nacional. Dados disponibilizados pelo Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5014> (Consultado em 25-08-2011 às 12:55).

em Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota». O Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota foi inaugurado a 11 de Outubro de 2008.

A Fundação tem apoiado o processo de recuperação de outros campos de batalha, tais como o Campo de Batalha dos Atoleiros (1384), o Campo Batalha de Trancoso (1385), o Campo de Batalha das Linhas de Elvas (1659), o Campo de Batalha do Ameixial (1663) e o Campo de Batalha de Montes Claros (1665). Estes são os principais campos de batalha associados à Guerra da Independência (1383-1385) e à Guerra da Restauração (1640-1668), que se situam em território nacional. Segundo William Reid (1997: 179) o *State Borodino War and History Museum and Reserve* (Moscou, Rússia), localizado no campo da Batalha de Borodino (1812) é considerado o mais antigo museu desta tipologia. Na perspectiva deste autor os museus ligados a campos de batalhas devem ser entendidos como tema de estudo do ponto de vista académico, mas também como uma possibilidade comercial do ponto de vista do turismo cultural.

Na sequência da reestruturação do Exército português, prevista no Decreto-Lei N.º 61/2006, de 21 de Março (Diário da República – I.ª Série, N.º 57 – 2006-03-21, p. 2044-2050) e com o incentivo da DHCM, o panorama museológico da instituição militar enriquece-se. Assim, foi criado o Museu Militar de Elvas, através do Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 12555/2006, de 24 de Maio (Diário da República – II.ª Série, N.º 115 – 12006-06-16, p. 8737). A necessidade de se criar um museu militar em Elvas já tinha sido assinalada no contexto da rede de museologia militar anteriormente referida, sendo que no *Roteiro dos Museus Militares* (1996), há a referência de projectos de estudo para implementação de museus militares em Elvas, Évora e Angra do Heroísmo.

A inauguração do Museu Militar de Elvas só ocorreu três anos após a publicação do seu documento fundador, mais precisamente no dia 29 de Outubro de 2009. O museu ficou a ocupar as instalações do Regimento de Infantaria n.º 8 (extinto com a reestruturação do Exército de 2006) que constituem um conjunto de construções de relevante valor histórico, a saber: o Convento de S. Domingos, classificado como Monumento Nacional; o Quartel do Casarão e a Muralha Fernandina.

Contudo, no âmbito de uma nova política museológica do Exército, no dia 15 de Junho de 2010, o Museu Militar de Coimbra foi desactivado através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 117, de 08 de Junho de 2010, que considera que,

O Museu Militar de Coimbra se encontra instalado no «Prédio Militar 7/Coimbra» (Convento de Santa Clara), prédio este que integra a relação de imóveis a disponibilizar constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de Novembro, pelo que se mostra inviável a manutenção de qualquer instalação militar no mesmo, independentemente da medida de gestão a concretizar no caso concreto; Considerando, ainda, que o referido museu se encontra instalado num espaço exíguo daquele edifício, com inúmeras insuficiências e vulnerabilidades detectadas, designadamente ao nível da segurança [...] facto este que, aliado à sua proximidade geográfica dos Museus Militares do Buçaco e do Porto, aconselha a que não seja mantido em funcionamento.

O acervo reunido pelo museu, durante 25 anos, foi transferido para os outros museus militares na dependência da DHCM. Nos nossos dias existem, por isso, a nível nacional, no ramo Exército e na dependência da DHCM os seguintes museus militares: o Museu Militar dos Açores, o Museu Militar de Bragança, o Museu Militar de Elvas, o Museu Militar de Lisboa (e na sua dependência o Museu Militar do Buçaco), o Museu Militar da Madeira e o Museu Militar do Porto.

De acordo com o que dissemos na introdução da presente dissertação, existem para além dos museus militares na dependência da DHCM, outras instituições de cariz museológico localizados em Unidades/Estabelecimentos/Órgãos. Como refere Francisco Amado Rodrigues na sua dissertação de mestrado – *Uma Nova Rede de Museus para o Exército Português*, defendida em 2005, onde no levantamento realizado foram detectados 29 museus/núcleos museológicos/outras denominações existentes, a saber: Biblioteca e Museu da Academia Militar; Museu do Criptólogo General Silvino Marques do Batalhão de Informação e Segurança Militar; Secção Museológica do Centro de Audiovisuais do Exército; Museu dos Comandos; Biblioteca e Núcleo Museológico do Centro de Psicologia Aplicada do Exército; Museu e Arquivo Histórico do Colégio Militar; Museu de História Natural do Colégio Militar; Museu da Ciência do Colégio Militar; Museu da Direcção dos Serviços de Saúde; Sub-secção de Museu e Biblioteca da Escola Militar de Electromecânica; Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da Escola Prática de Cavalaria; Biblioteca e Museu da Escola Superior Politécnica do Exército; Cartoteca, Fototeca e Museu do Instituto Geográfico do Exército; Museu e Arquivo Histórico do Instituto Militar dos Pupilos do Exército; Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias da Manutenção Militar; Centro Museológico e de Documentação das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento; Museu de Artilharia Anti-aérea do Regimento de Artilharia Anti-aérea N.º 1; Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do Regimento de Engenharia N.º 1; Museu do Regimento de Lanceiros N.º 2; Museu de Transmissões do Regimento de Transmissões; Museu da Escola Prática de Transmissões; Museu da Serra do Pilar do

Regimento de Artilharia N.º 5; Museu do Regimento de Infantaria N.º 14; Secção Museológica de Artilharia da Escola Prática de Artilharia; Sala de Honra do Regimento de Cavalaria N.º 3; Sala de Honra do Regimento de Infantaria N.º 2; Museu do Regimento de Cavalaria N.º 4; Museu das Tropas Pára-quedistas da Escola de Tropas Aerotransportadas; Museu do Regimento de Infantaria N.º 15.

3 A natureza das colecções dos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar

A DHCM constitui o órgão consultor e dinamizador dos aspectos relacionados com o património histórico-militar do ramo do Exército das Forças Armadas Portuguesas, designadamente, o material destinado a fins museológicos, decorativos ou culturais. Deste modo, a DHCM é responsável pela gestão do património cultural móvel do Exército português que se encontra nos museus militares na sua dependência directa, mas também o de outras Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército (*Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*, Capítulo I, Artigo 2.º, Alíneas 2 e 3).

No que respeita ao património cultural existente nas Unidades/Estabelecimentos/Órgãos ainda não foi possível à DHCM fazer o seu levantamento com exaustão. Contudo, têm sido feitas diligências nesse sentido, tais como a definição do conceito de *colecção visitável militar* (*Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*, Capítulo I, Artigo 4.º). Ou ainda, a criação da Circular da Direcção de História e Cultura Militar n.º 3, de 2008, que se encontra disponível na página da DHCM na Intranet do Exército e, que inclui os procedimentos para o levantamento e inventário dos bens culturais móveis existentes.

Relativamente aos museus militares, tal como os museus em geral, definem-se pela existência de um acervo que se entende como a totalidade dos artefactos, na posse legal do museu (independentemente da modalidade de incorporação), que constituem o património cultural da instituição. O acervo é constituído por colecções que se entende como um conjunto de objectos reunidos, segundo um critério ou possuidores de uma característica comum, por uma pessoa ou instituição. Na perspectiva de Susan Pearce (1994a: 125), «collections are at the heart of a museum» e, neste sentido é importante reforçar que é esta característica que distingue as entidades museológicas de outro tipo de instituições.

O Exército português possui, na dependência da DHCM, um valioso património cultural móvel distribuído por seis museus. A inexistência de um inventário informatizado, concluído, dos artefactos, localizados nos diferentes museus, não permite quantificar e caracterizar, com exactidão, a natureza da totalidade das colecções, pelo que a abordagem que se assume é limitada à informação disponível no período de Março a Maio de 2010.

3.1 Caracterização das colecções

3.1.1 Museu Militar dos Açores

O acervo do Museu Militar dos Açores tem as seguintes temáticas: II Guerra Mundial; História militar dos Açores; e Fortificações e infra-estruturas militares na região (ver anexo C). As colecções deste museu estão ligadas à história da região, mais especificamente da Região Autónoma dos Açores, bem como ao espaço que o museu ocupa - o Forte de São Brás.

Os artefactos, que constituem o acervo, foram incorporados, principalmente, através da modalidade de doação por parte de pessoas naturais dos Açores e de transferências (material obsoleto proveniente de unidades militares dos Açores, que foram extintas). Em menor percentagem, existe algum material arqueológico achado no espaço onde se encontra instalado o museu. Em 2009, foi incorporado no museu o espólio documental da Zona Militar dos Açores, o que deu origem ao Centro de Documentação do Museu Militar dos Açores, criado em 02 de Julho de 2009.

O inventário do acervo não se encontra finalizado, contabilizando-se, até à data, cerca de 1.500 artefactos, que se distribuem, de uma forma geral, pelas seguintes colecções: Artilharia da Costa (ex. munições, ábacos, painéis de radar, óculos de pontaria, escovilhões de limpeza), Artilharia Antiaérea, Transmissões (ex. telefones de campanha, chaves morse, auscultadores), Engenharia (ex. picaretas, tesoura, ferramentas de sapadores), Armas Anti-carro, Serviços de Saúde (ex. pinças, bisturis, alicates de dentes), Intendência (ex. rações individuais, talheres, marmitas, cama de campanha, mochilas, cantil), Metralhadoras Pesadas da Segunda Grande Guerra, Traje Militar.

As colecções encontram-se localizadas em espaços de exposição e de reserva. Relativamente aos espaços de exposição são os seguintes: Bateria D. Maria II, Espaço Exterior, Muralhas Sul, Parada interior, Sala Bateria Príncipe Regente, Sala de Anti-Carro, Sala de Apoio, Sala de Artilharia de Costa, Sala de Engenharia, Sala de saúde, Sala de Transmissões, Sala de Exposições Temporárias (ver Figura n.º 5), Sala Forte de São Brás (A) e Sala Forte de São Brás (B).

No que respeita às reservas existem quatro espaços: Armazém de Armamento, Armazém de Material Diverso (localizado na rampa), Armazém de Material Diverso (localizado no sótão), e Armazém de Material Diverso (localizado na Unidade de Apoio).



Figura 5 – Sala de exposições temporárias do Museu Militar dos Açores. Exposição sobre traje militar.

Fonte: Fotografia da autora.

3.1.2 Museu Militar de Bragança

O acervo do Museu Militar de Bragança tem as seguintes temáticas: a Fortificação Medieval; Peças de armaria até ao século XVIII; História militar do Nordeste Transmontano; Invasões Francesas; Moçambique 1895 (Batalhão de Caçadores n.º 3) (ver anexo C). As colecções deste museu estão ligadas à história da região, mais especificamente do Nordeste Transmontano, à história do espaço que o museu ocupa – a Torre de Menagem do Castelo de Bragança, e ainda a temáticas nacionais como é o caso das Invasões Francesas e da evolução das peças de armaria.

O acervo do Museu Militar de Bragança integra 781 objectos museológicos que se distribuem pelas seguintes colecções:

Armas

A colecção é constituída por 417 objectos. As Munições compreendem, cronologicamente, o período entre o final do século XII (ex. pelouro em ligas de ferro, pelouros em pedra) e o século XX, com especial incidência para o século XIX até ao início do século XX. As Armas abrangem tanto as armas ofensivas como as defensivas. No que respeita às armas defensivas, a colecção é constituída por objectos, que funcionalmente, se relacionam com a defesa do corpo (ex. cota de malha de ferro), a defesa da cabeça (ex. chapéu-de-armas) e acessórios.

Relativamente às armas ofensivas, a colecção é composta por peças de diferentes tipologias como as armas brancas (ex. montante), armas de choque (ex. maça de armas), armas de haste (ex. lança), armamento neurobalístico, armamento ligeiro e pesado pirobalístico (ex. bacamarte de cela) e artilharia pirobalística (ex. bombardarda). A colecção inclui ainda armas etnográficas, provenientes de África.

A proveniência destes objectos é variada tendo sido incorporadas na sua maior parte através de transferência de Unidades/Estabelecimentos/Órgãos, nomeadamente do Museu Militar de Lisboa e do Ex-Depósito Geral de Material de Guerra (que se situava em Beirolos – Lisboa), bem como de doações de militares ou descendentes de militares e, em menor número, civis.

Desenho / fotografia / gravura

A colecção reúne 127 objectos (desenhos, fotografias e gravuras) de diferentes técnicas e autores.

Escultura

A colecção inclui três objectos: a estátua miniatura e um busto de D. Afonso Henriques e a estatua de Santa Bárbara (século XII).

Equipamento

A colecção é constituída por um conjunto de componentes utilizados em campanha, não estando contempladas peças de vestuário ou instrumentos. A colecção é composta por 46 objectos que se relacionam com as tipologias de protecção química e equipamento individual.

Espólio Honorífico

A colecção inclui 45 objectos que consistem em crestas, medalhões em ligas metálicas e pratos em cerâmica. As crestas, medalhões e pratos têm em comum uma iconografia que representa os escudos de armas identificativos de Unidades/Estabelecimentos/Órgãos nacionais e, com menor expressividade estrangeiras.

Falerística

A colecção inclui 84 objectos que consistem em ordens honoríficas, condecorações, medalhas e outras insígnias, que são usadas no vestuário do agraciado para reconhecimento público, quer sejam civis ou militares. A colecção é composta por uma grande variedade de peças que datam essencialmente do século XIX e XX.

Traje

A colecção de Traje é de natureza militar. A colecção inclui 45 peças de traje (ex. casaco, dólman, calça, capote, blusão), calçado (botas e sapatos) e acessórios (gola de serviço, fivela, botão, leque). A colecção inclui peças cronologicamente situadas entre o século XIX e XX, sendo que os objectos foram recebidos neste museu como doação por parte de militares naturais da região de Trás-os-Montes ou dos seus familiares.

Vexilologia

A colecção engloba catorze objectos entre bandeiras, estandartes e guiões.

O acervo do Museu Militar de Bragança localiza-se em quinze salas de exposição da Torre de Menagem do Castelo (encontra-se em fase de estudo um espaço de reserva), a saber: Sala do Gungunhana (ver Figura n.º 6), Sala da Cisterna, Sala D. Afonso Henriques, Sala D. Nuno Álvares Pereira, Sala Primeiro de Dezembro, Sala da Fecharia, Sala dos Espadins, Sala das Barretinas, Sala General Sepúlveda, Sala da Guerra Peninsular, Sala Santa Bárbara, Sala das Armas, Sala de Portugal, Sala da Primeira Grande Guerra e Sala das Ofertas.



Figura 6 – Fotografia da Sala Gungunhana.

Fonte: Fotografia da autora.

3.1.3 Museu Militar de Elvas

A constituição do acervo do Museu Militar de Elvas, desde o seu início, encontra-se em consonância com o Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército N.º 28 de 2009 que estabelece as temáticas museológicas para os museus militares, na dependência da DHCM

(ver anexo C). As colecções deste museu estão relacionadas com a história do Serviço de Saúde do Exército, as viaturas do Exército, os hipomóveis e os arreios militares no Exército, a história da Fortificação de Elvas e a Guerra Colonial.

Segundo o estabelecido no *Programa Museológico do Museu Militar de Elvas (2010)*, a par das temáticas autorizadas, encontra-se em fase de estudo a possível implementação da temática da história das telecomunicações militares, em Portugal.

Actualmente, o acervo é constituído por 1.200 objectos que se distribuem pelas seguintes colecções:

Colecção da História do Serviço de Saúde do Exército

Este conjunto de objectos tem origem na colecção que constituía o Museu da Escola do Serviço de Saúde Militar e, cujo processo de transferência para o Museu Militar de Elvas se iniciou em 2007 (ver Figura n.º 7).

A colecção é constituída por 640 objectos que se distribuem a partir da seguinte classificação estabelecida por Patrícia Isabel Janarra Machado (2010: 15-19): Instrumentos, aparelhos e equipamentos médico-cirúrgicos de diagnóstico (ex. termómetro, estetoscópio, tabela optométrica), de orientação terapêutica (ex. aparelho oxigenioterapia modelo Pulmotor, aparelho de reabilitação com bicicleta, caixa de anestesia), de cirurgia (ex. estojo de cirurgia, termocautério, aparelho de transfusão sanguínea, pinças). Instrumentos, aparelhos e equipamentos de patologia laboratorial (ex. balanças, estufas de incubação, base mármore preparação de pomadas, almofarizes em pedra, porcelana e/ou em vidro). Instrumentos, aparelhos e equipamentos de imagiologia (ex. aparelho de RX, unidade terapia para tratamento por irradiação). Instrumentos, aparelhos e equipamento farmacêutico (ex. frascos de farmácia, estojo de reagentes químicos com guarnição; conjunto frascos de vidro incolor com tampa vedante para medicação, funis). Instrumentos, aparelhos e equipamentos de desinfecção e esterilização (ex. Autoclaves, esterilizadores). Instrumentos, aparelhos e equipamento de ensino (ex. modelos anatómicos tronco e cabeça, materiais pedagógicos: conjunto de 24 telas fotográficas e um conjunto de quinze telas de materiais com descrição anexa). Vários (ex. mobiliário hospitalar, material administrativo e outros equipamentos e utensílios de apoio tais como cozinha de campanha do início do século XX). Espólio documental (ex. livros técnicos, artigos).



Figura 7 – Mesa de traumatologia universal, proveniente da colecção da Direcção do Serviço de Saúde.

Fonte: Fotografia da autora.

Colecção de Hipomóveis e Arreios Militares

Esta colecção subdivide-se em hipomóveis e arreios. Os hipomóveis incluem colecções de armamento, carros e outros equipamentos de intendência. Os arreios incluem colecções de arreios de baste, de carga a dorso e arreios de tracção. A colecção é constituída por objectos transferidos do extinto Museu Militar de Coimbra, do Museu Militar do Porto, da Escola Prática de Infantaria (Mafra) e do Regimento de Infantaria N.º 3 (Beja).

Colecção de viaturas militares

Esta colecção subdivide-se em vários tipos de viaturas, a saber, viaturas tácticas, viaturas administrativas, motociclos e viaturas especiais.

Os objectos são provenientes da transferência de viaturas de outras Unidades/Estabelecimentos/Órgãos, tais como o Museu Militar do Porto, o Regimento de Manutenção (Entroncamento), o Regimento de Transportes (Lisboa) e, ainda da colecção organizada pelo tenente-coronel Salgueiro Maia, na Escola Prática de Cavalaria (colecção de 26 viaturas constituída desde o final da década de 70, do século XX, na Escola Prática de Cavalaria, quando estava sediada em Santarém). Actualmente, a colecção inclui 53 viaturas com exemplares de viaturas tácticas, administrativas, motociclos e viaturas especiais.

Colecção de bens móveis arqueológicos

A colecção tem origem nos achados efectuados aquando a adaptação do edifício para as novas funções museológicas. Alguns objectos que se destacam desta colecção são uma pilastra visigótica, três coronhas medievais, várias munições em ferro fundido e espólio documental.

Colecção de bens móveis etnográficos

A colecção é constituída por dezasseis talhas em barro que se encontram nas instalações ocupadas pelo museu desde o tempo do seu funcionamento como Regimento. Assim, desconhece-se a sua proveniência original e cronologia.

Colecção de Arte Sacra

A colecção é constituída por cinco objectos: imagem de S. João de Deus em madeira policromada (proveniente do Convento de S. João de Deus), imagem de S. Paulo em madeira policromada (proveniente do Convento de S. Paulo), imagem de Santa Bárbara em mármore branco (proveniente da Igreja de Santa Bárbara, lateral ao Castelo de Elvas, e que foi mandada transformar em paiol das bombas por D. João IV no séc. XVII, após a restauração da Independência em 1640), imagem de S. Domingos em madeira policromada (proveniente do Convento de S. Domingos, actualmente parte integrante do Museu Militar de Elvas).

No que respeita aos espaços ocupados pelas colecções, as salas de exposição correspondem às antigas casernas, que foram alvo de intervenção de modo a ficarem interligadas, permitindo, desta forma, realizar um percurso expositivo continuado: Sala da Farmácia, Sala da Veterinária, Sala de Cirurgia, Sala de Intendência, Sala de Oftalmologia, Sala de Ortopedia, Sala do Cavalo, Sala dos Arreios da Artilharia, Sala dos Arreios da Cavalaria, Sala dos Arreios da Infantaria. No que respeita aos espaços de reserva, existem os seguintes: Reservas de Material Ligeiro, Reservas de Material Pesado 1, Reservas de Material Pesado 2, Reservas do Serviço de Saúde e Reservas dos Arreios (ver Figura n.º 8).



Figura 8 - Fotografia da Reserva dos Arreios.
Fonte: Fotografia da autora.

3.1.4 Museu Militar de Lisboa

O acervo do Museu Militar de Lisboa tem as seguintes temáticas: o Exército, os Descobrimentos e a Expansão portuguesa; a Grande Guerra; as campanhas militares em África nos séculos XIX e XX; a evolução do armamento; as peças de artilharia, em bronze, do século XVI ao século XIX; e a artilharia portuguesa, espólio do antigo Arsenal do Exército (ver anexo C). As colecções têm uma abrangência nacional, encontrando-se, em grande percentagem relacionadas com o fundo antigo deste museu, principalmente no que se refere à colecção proveniente do Arsenal do Exército.

Comparativamente a outros museus militares, o Museu Militar de Lisboa é detentor da maior percentagem de objectos, tendo as suas colecções sido as primeiras a constituírem-se. O acervo deste museu ajudou a formar as colecções de todos os outros museus militares, na dependência da DHCM.

Uma percentagem relevante de artefactos pertencentes ao seu acervo, integra ainda, em empréstimo ou depósito, as colecções de mais de meia centena de instituições militares (ex. Academia Militar, Colégio Militar, Escola Prática de Artilharia, Regimento de Lanceiros N.º 2, Escola de Sargentos do Exército, Oficinas Gerais de fardamento e Equipamento) e, civis (ex. Câmara Municipal de Almeida, Câmara Municipal de Chaves, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Fundação Alter Real, Fundação Casa de Bragança, Hotel Palace do Buçaco, Museu de Angra do Heroísmo, Museu da Presidência da República).

O inventário das colecções encontra-se em fase de desenvolvimento, sendo que por esta razão e, tendo em conta a dimensão do mesmo, não é possível precisar qual o número de objectos. Por este motivo, e de forma a ser possível ter uma imagem do acervo do Museu Militar de Lisboa foi feita uma retrospectiva pelos registos das colecções e pelos catálogos que foram sendo publicados, desde o final do século XIX.

Eduardo Ernesto Castelbranco foi o responsável pela organização das colecções tendo criado livros de registos dos objectos e os catálogos publicados em 1897 e 1901. Os primeiros livros destinados ao registo das colecções a cargo do Museu Militar datam de 04 de Março de 1884 e, estão organizados em cinco volumes. O cabeçalho da página é coincidente para todos os volumes e inclui os seguintes elementos: «Museu da Direcção Geral da Artilharia», Número da Peça, Designação, Sistema, Ano do Modelo ou Fabrico, Arma a que se destina, Nacionalidade, Calibre e Observações. A informação constante nos livros de registo foi a base para a elaboração e publicação do primeiro catálogo publicado em 1897 (*Catalogo das colecções do Museu de Artilharia*, 1897).

A primeira parte do catálogo versa sobre a origem do Museu de Artilharia, bem como a decoração das instalações, nomeadamente as pinturas setecentistas. Na segunda parte, é apresentado o inventário das colecções organizado da seguinte forma: Armas Antigas (Armas da Idade da Pedra, Armas da Idade do Bronze, Armas Gregas, Armas Romanas e Armas Merovingianas), Armas Portáteis da Idade Média e Modernas (Armas Defensivas – armaduras e couraças, capacetes e escudos, e Armas Ofensivas – espadas e floretes, alabardas, armas de arremesso e armas de fogo portáteis), Artilharia (Bocas de Fogo de origem portuguesa, Bocas de Fogo de origem estrangeira e Acessórios), Modelos (bustos, modelos de estátuas, miniaturas de artilharia, máquinas, entre outros objectos, que tinham sido fabricados nas oficinas do Arsenal, na última metade do século XIX) e outros artigos (artigos diversos - barretinas, chapas de barretina, capacetes, instrumentos musicais, medalhas, e artigos históricos (ver Figura n.º 9) - pelouros, bandeiras, troféus, espadas, entre outros artefactos com grande relevância histórica).



Figura 9 – Sala de Artigos Históricos.

Fonte: Arquivo Histórico Militar FE-J2-PQ-5 / Foto 1.

O catálogo de 1901²² (CASTELBRANCO, 1901) é relativamente semelhante ao anterior. Tem uma primeira parte - «Breves noticias sobre a origem dos museus de artilharia», onde se faz uma resenha sobre a origem dos museus de artilharia, sendo desenvolvida a génese do caso português. Na primeira parte e à semelhança do catálogo de 1897 é desenvolvida uma descrição sobre as diferentes colecções. Na segunda parte do catálogo é apresentado o inventário dos objectos organizados pelas colecções (note-se que a tipologia é semelhante ao catálogo editado quatro anos antes, contudo separam-se as armas portáteis da Idade Média das armas modernas), como se pode observar no apêndice D.

Uma característica comum aos catálogos é a existência, no final da publicação, de listas de artigos classificados durante a impressão. Isto é um indicador de que eram incorporados objectos, nas colecções dos museus, com bastante regularidade.

A partir de 1906, e após a morte do primeiro director do Museu de Artilharia, as edições do catálogo que se seguem (ex. BRANDÃO, 1906; *Catálogo do Museu de Artilharia*, 1910; *Catálogo do Museu da Artilharia*, 1916; *Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu de Artilharia)*, 1927; *Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, 1930) apresentam um formato diferente dos anteriores. De uma forma geral, na primeira parte

²² É importante ressaltar, que esta estrutura de catálogo, no que respeita aos museus militares da época, é comum. Para confirmar o que foi dito, foi consultado o catálogo do *Museo del Ejército Español - Museo Militar – Historia, Indumentaria, Armas, Sistemas de combate, Instituciones, organización del Ejército Español* – o que se divide em três volumes, datando de 1883. O catálogo versa sobre «Historia, Indumentaria, Armas, Sistemas de combate, Instituciones, organización del Ejército Español». Sendo que, o primeiro volume abarca a «Antigüedad, Edad Media, Renacimiento, Reinado de D. Carlos I». O segundo volume abarca «Segunda mitad del siglo XVI, Siglo XVII, Siglo XVIII» e, finalmente, no terceiro volume, os séculos XVIII e XIX.

incluem uma resenha histórica sobre os museus de armas, o caso específico dos museus de armas do rei D. Manuel I e, a fundação do Museu de Artilharia. Seguidamente, é apresentada uma outra resenha histórica sobre armas defensivas (especificamente as armaduras, o casco e o escudo), armas ofensivas (especificamente as armas brancas, armas de haste e armas de arremesso), armas de fogo portáteis, artilharia e as bandeiras.

Na segunda parte do catálogo, já não aparece o inventário dos objectos por colecções, mas sim por salas de exposição (apresenta o inventário dos objectos em exposição e os elementos decorativos), que são as seguintes: Vestíbulo, Sala de Vasco da Gama, Escada e Peristilo, Sala Guerra Peninsular, Sala de D. Maria II, Sala de D. José I, Sala de D. João V, Sala Afonso de Albuquerque, Sala D. João de Castro, Sala Republica, Sala Europa, Sala África, Sala Ásia, Sala América, Sala Campanhas da Liberdade (1833), Sala Camões, Sala Restauração de 1640, Sala Infante D. Henrique, Escada de Saída, Sala N.º 2 da Guerra Peninsular, Sala da Grande Guerra, Pátio da Artilharia, Sala da Balança, Sala de Modelos, Sala Bartholomeu da Costa (*Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, 1930).

No que respeita à natureza das colecções, que constituem o acervo do Museu Militar de Lisboa e, como já foi referido tendo em conta que ainda não há um inventário de todos os objectos, os livros destinados ao registo das colecções, os catálogos anteriormente referidos e o inventário actual do museu (existem 2.323 registos na aplicação informática *Inarte Premium*) constituíram a principal fonte de pesquisa.

A organização das colecções teve início com a acção do Barão do Monte Pedral, que manda publicar a Ordem da Inspeção-Geral n.º 224 de 15 de Novembro de 1842, onde é estipulado que,

O Sr. Major João Carlos de Sequeira, comandante da repartição de Santa Clara, é encarregado de dispor e classificar os modelos de máquinas, aparelhos e os objectos raros e curiosos que existem neste arsenal, na sala contígua à oficina n.º 17 (correios), ficando tudo a seu cargo. Os objectos que por qualquer motivo se não poderem arranjar na dita sala, ficarão em outros lugares. Tudo o que respeita a armas de fogo portáteis, brancas ou defensivas, ficará na Sala das Armas, na repartição da Fundição de Baixo e o seu arranjo a cargo do Sr. Encarregado do 3.º depósito. Os objectos que por sua natureza e melhor arranjo deverem ficar na repartição da Fundição de Cima, serão classificados pelo Sr. Tenente Coronel Matos, e ficarão a seu cargo. Qualquer Sr. Oficial militar ou civil ou outra pessoa empregada neste arsenal, que tiver conhecimento da existência no mesmo, de algum objecto próprio de ser guardado nos depósitos, que por esta ordem se mandaram formar, terá a bondade de o indicar por escrito à Secretaria da Inspeção (BRANDÃO, 1906: 17-18).

Assim, observa-se que no que respeita ao fundo antigo do Museu Militar de Lisboa este foi constituído, em grande parte, por colecções provenientes do Arsenal do Exército, a saber:

Objectos que eram produzidos pelo Arsenal

Ex. «A1 – Espada com pistola collocada no punho, manufacturada no Arsenal do Exercito em 1779» (CASTELBRANCO, 1903: 31).

Objectos oferecidos ao Arsenal

Ex. «A2 – Espada com bainha de couro e guarnição de latão. Serviu de armamento á guarda civil hespanhola em 1859. Este exemplar foi offerecido ao Arsenal do Exercito pelo governo hespanhol» (CASTELBRANCO, 1903: 31).

No que respeita às modalidades de incorporação, que são possíveis de deduzir dos catálogos do museu, para além da transferência de colecções do Arsenal do Exército, registam-se também:

Doações

De militares,

Ex. «I24 – Espada que empunhava o capitão de cavallaria Mousinho de Albuquerque quando entrou em chaimite, em 28 de dezembro de 1895, para realizar a prisão do regulo Gungunhana. Esta espada foi enviada pelo próprio, por pedido do commandante geral de artilharia» (CASTELBRANCO, 1903: 163).

De descendentes de militares,

Ex. «I54 – Espada do general D. Carlos Mascarenhas, um dos bravos do Mindello, que se distinguiu sempre pela sua muita bravura e arrojo militar. Foi offerecida ao Museu por seus ex.^{mos} filhos, a sr.^a condessa d’Avila e D. José Mascarenhas» (CASTELBRANCO, 1903: 167).

De civis,

Ex. «H117 – Estojo para desenho, manufacturado no Arsenal do Exercito em 1819. Offerecido pelo ex.^{mo} sr. Francisco Ribeiro da Cunha» (CASTELBRANCO, 1903: 154).

De senhoras,

Ex. «H128 – Quadro representando o ataque da Ilha Terceira, no dia 11 de agosto de 1829. Offerecido pela esposa do general Lencastre e Menezes, filha do conselheiro Luiz José da Silva, que acompanhou sempre o Imperador D. Pedro IV na referida Ilha» (CASTELBRANCO, 1903: 155).

De Instituições várias,

Ex. «A69 – Florete com bainha de couro, guarnições douradas e punho de madre-perola, usado pelos officiaes generaes do exercito belga em 1860. Offerecido pelo Instituto Industrial de Lisboa em 1879» (CASTELBRANCO, 1903: 36); «Bombarda [...] Estas duas bocas de fogo vieram da India em 1897 para a Sociedade de Geographia e foram cedidas por esta ao Museu» (CASTELBRANCO, 1903: 116); «I30 - Dois capacetes e uma espada, que pertenceram a El-Rei D. João II [...] Estes artigos vieram do mosteiro da Batalha» (CASTELBRANCO, 1903: 164).

De fábricas de armas,

Ex. «B262 – Espingarda de repetição, com carregadores automaticos Mannlicher, 11^{mm} de calibre, manufacturada na Austria em 1887 e destinada aos corpos de infantaria. Este modelo foi offerecido pelo director da fabrica de Steyer, o sr. Werndell» (CASTELBRANCO, 1903: 63).

Do Rei,

Ex. «F50 – Projectil de ferro, de 4^C de calibre. Este projectil é para ser lançado por uma especie de bacamarte com que vão armados os navios prussianos. Foi offerecido ao Museu por Sua Majestade El-Rei D. Luiz I em maio de 1879» (CASTELBRANCO, 1903: 126).

De entidades museológicas,

Ex. «I58 – Um par de pistolas, pertencentes a S. M. o Imperador D. Pedro IV. Foram manufacturadas no Arsenal do Exercito em 1817 e offerecidas a este Museu pelo Museu das Bellas Artes» (CASTELBRANCO, 1903: 168).

Recolha de despojos de guerra

Ex. «I6 – Obus de Campanha [...] Estas quatro bocas de fogo foram tomadas pelo exercito portuguez ao francez, na batalha de Victoria, ferida em 21 de junho de 1813» (CASTELBRANCO, 1903: 161); «96. – Duas panoplias formadas d'armas tomadas ao gentio das nossas possessões d'Africa» (CASTELBRANCO, 1903: 27).

Transferência de espólio de regimentos extintos

Ex. «A80 – Estojo contendo a espada que pertenceu ao Infante D. João, duque de Beja, coronel do regimento de lanceiros n.º 2. Por morte d'este Senhor foi a espada entregue ao dito regimento, onde se conservou até á data em que o regimento foi dissolvido (1884), sendo então entregue ao commando geral de artilharia, por ordem do El-Rei D. Luiz I e collocada depois no museu da mesma arma» (CASTELBRANCO, 1903: 37).

Compra

Ex. «C37 – Rewolver Francott, de fogo central, sete estrias, 11^{mm} de calibre, manufacturado na Belgica. Foi comprado ao tenente E. A. Cardoso do Amaral em junho de 1872» (CASTELBRANCO, 1903: 72).

Achado

Ex. «188 – Trom ou Bombarda, de ferro batido, achado na cerca do extinto convento de S. Francisco da cidade d’Evora»; «E192 – Quatro peças de bronze montadas em reparos [...] Encontradas nos depósitos militares por ocasião da restauração de Portugal – 1640» (CASTELBRANCO, 1903: 121).

Legado de militares

Ex. «138 – Peça de Montanha [...] Existe outra peça igual. Estas duas bocas de fogo acompanharam o duque da Terceira na expedição às costas do Algarve, atravessando esta província e vindo a Cacilhas para a revolução de 23 de junho de 1833. Por portaria de 1 de junho de 1840 foram entregues ao mesmo duque, que as collocou em uma propriedade do Sobralinho; e, pela morte d’elle, vieram d’aquella propriedade para o Museu de Artilharia» (CASTELBRANCO, 1903: 110).

Réplicas produzidas no Museu

Ex. «G51 – Modelo das officinas de coronheiro e espingardeiro; manufacturado no Museu pelos operários destacados da fabrica d’Armas, Joaquim Nicolau d’Assumpção (espingardeiro) e João Francisco Ferreira (carpinteiro), em 1887» (CASTELBRANCO, 1903: 143).

As modalidades de incorporação reflectem proveniências muito variadas. Existe um grande número de artefactos provenientes de Portugal, e mais especificamente do Exército Português (nomeadamente os objectos que foram produzidos no Arsenal), mas também muitas colecções provenientes de locais como: Moçambique, ex. «12 – Canhão pedreiro [...]. Veiu de Moçambique» CASTELBRANCO, 1903: 90). Angola, ex. «B298 – Espingarda de carregar pela culatra, muito antiga, proveniente do Dondo (Angola). Offerecida pelo conselheiro Cabral Moncada, governador d’Angola» (CASTELBRANCO, 1903: 67). Prússia, ex. «A14 – Sabre com bainha de couro e guarnições de latão, manufacturado na Prussia em 1850; foi offerecido ao Arsenal do Exercito pelo commando em chefe do exercito em junho de 1853» (CASTELBRANCO, 1903: 31). Índia, ex. «88. – Tres espadas indianas (offerecidas pelo tenente Paulino d’Andrade, ajudante do Governador Geral da India)» (CASTELBRANCO, 1903: 27); Espanha, ex. «A11 – Machete com bainha de couro e punho de latão. Serviu de armamento à guarda civil hespanhola em 1859» (CASTELBRANCO, 1903: 32). Inglaterra, ex. «A19 – Sabre-bayoneta com serra na cota e bainha de couro, manufacturado em Inglaterra em 1876» (CASTELBRANCO, 1903: 32).

De forma a compreender o panorama actual, foram consultados os *Anuários do Museu Militar de Lisboa*, entre os anos de 1998 e 2006. Desta pesquisa foi possível concluir que neste período foram incorporados um total de cerca de 4.210 objectos de temática militar (ex. armas e acessórios, munições, gravuras, desenho, traje militar e acessórios, réplicas de traje

militar, falerística, bandeiras, instrumentos musicais, livros, panóplias, fotografias, maquetas, guiões, miniaturas, escultura, entre outros). Relativamente às modalidades de incorporação, regista-se que na sua maior parte são doações de militares. Há também referência a doações de colecções de militares, por civis (normalmente familiares, esposa ou filhos); doações de civis que colecionam armas ou objectos relacionados com a história militar (ex. o Dr. Pedro Soares Branco ou o Dr. Miguel Sanches de Baena); doações de instituições de cariz militar (ex. a Escola Prática do Serviço de Transportes); doações de empresas (ex. a BRAVEANT, Multimédia ou a INDEP – Industrias Nacionais de Defesa - Empresa Pública); doações de câmaras municipais (ex. a Câmara Municipal de Alcanena); e ainda transferências de Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (ex. o Depósito Geral de Intendência/Comissão Liquidatária ou o Regimento de Engenharia N.º 3). Em menor percentagem (apenas 1 objecto), a compra de uma aguarela intitulada «Lisboa, Largo do Museu Militar».

Importa ainda fazer referência à colecção que teve como objectivo, por parte de Eduardo Ernesto Castelbranco, de constituir o programa decorativo das instalações do museu, como refere o *Catálogo do Museu de Artilharia* (1910: 25):

A parte decorativa, no interior do edifício, mereceu particular e acurada atenção a Castelbranco [...] É constituída por belas obras de talha e magníficos azulejos, já existentes desde a fundação; por estátuas, bustos, panóplias, troféus, milhares de objectos de material de guerra habilmente aplicados, e por pinturas a óleo. Como o próprio nome indica, o Museu de Artilharia não é, nem pode ser, um museu de belas artes; justifica-se porém, o emprego de quadros na ornamentação das suas salas, por contribuírem para o embelezamento de um tesouro em que se guardam antigas relíquias do passado e documentos valiosos da nossa civilização, registando-se igualmente com esses exemplares da pintura portuguesa o grau de desenvolvimento por ela atingido até hoje.

No que respeita à pintura (ver Figura n.º 10), José-Augusto França (1996:10), refere que «incluíram-se grandes obras de decoração e de pintura que, sala a sala, fizeram do Museu Militar o mais importante conjunto de pinturas dos fins do século XIX académico, garantido pelas melhores assinaturas de então, e logo pelas de Columbano, Malhoa, Carlos Reis e Veloso Salgado». Os temas presentes na colecção referida relacionam-se com momentos de relevo da história militar de Portugal, alegorias, ou personalidades tais como: *A História* (de Adolfo de Sousa Rodrigues); *Conquista de Lisboa aos Mouros* (de Bordalo Pinheiro Columbano, no tecto da Sala Europa); *Os Lusíadas* (telas de Carlos Reis); *D. Maria II* (retrato pintado a óleo por Joaquim Rafael); sobre o tema da Primeira Grande Guerra (várias telas de Adriano de Sousa Lopes); *Sonho do Infante* (de José Malhoa); *Coroação de D. João IV* (de José Maria Veloso Salgado). A colecção de pintura, de uma forma geral, apresenta-se em

quadros de cavalete de formato convencional e em composições, monumentais, em tela recortada a cobrirem a superfície integral da arquitectura pré-existente (tectos e paredes).

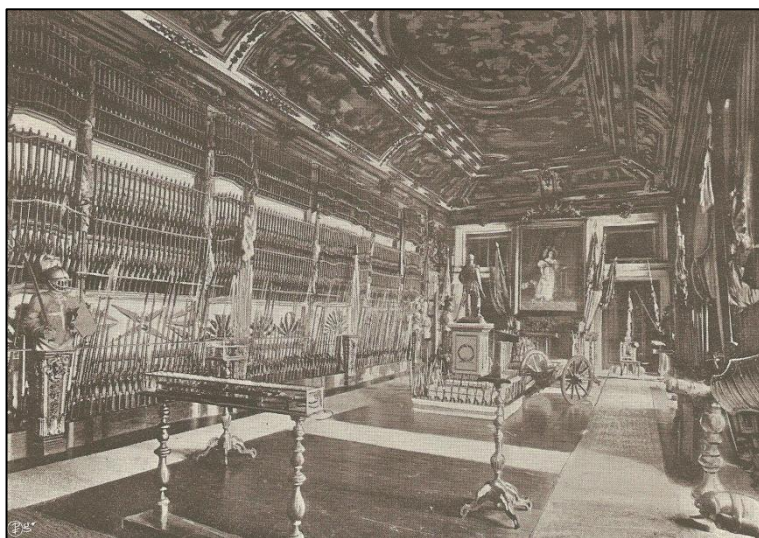


Figura 10 – (Esquerda) Fotografia da Sala D. Maria II (Catalogo do Museu de Artilharia, 1903). (Direita) Pormenor do quadro a óleo de D. Maria II, de Joaquim Rafael.

Fonte: FRANÇA, 1996: 15.

No que respeita aos espaços de exposição e reserva existem:

Salas de exposição: Caves Manuelinas (1), Caves Manuelinas (2), Caves Manuelinas (3), Caves Manuelinas (4), Escadaria Principal, Exposição temporária – Sala 1, Exposição temporária – Sala 2, Exposição temporária – Sala 3, Exposição temporária – Sala 4, Pátio dos Canhões, Peristilo, Sala Afonso de Albuquerque, Sala África, Sala América, Sala Ásia, Sala Camões, Sala D. Carlos, Sala D. João de Castro, Sala D. João V, Sala D. José, Sala D. Maria, Sala D. Nuno Álvares Pereira, Sala da Grande Guerra, Sala da República, Sala das Guerras Peninsulares, Sala Infante D. Henrique, Sala Lutas Liberais, Sala Mouzinho de Albuquerque, Sala Oriental, Sala Portugal, Sala Restauração, Sala Vasco da Gama e Vestíbulo.

Reserva: Existem três espaços de reserva, a saber, uma reserva localizada no espaço do museu com um grande número de colecções. Uma reserva no Entroncamento que inclui, essencialmente, colecções de armas e equipamento. A Sala dos Gessos (com carácter visitável) que inclui apenas escultura em gesso (ver Figura n.º 11).



Figura 11 – Sala dos Gessos.
Fonte: Fotografia da autora.

3.1.4.1 Museu Militar do Buçaco

O Museu Militar de Lisboa inclui, actualmente, a colecção que se encontra no Museu Militar de Buçaco. Esta colecção está ligada à temática nacional da Guerra Peninsular, e em particular à Batalha do Buçaco.

Este museu, como já foi referido, foi criado no âmbito do Primeiro Centenário da Batalha do Buçaco, em 1910, sendo que apenas em 1993 se torna uma delegação do Museu Militar de Lisboa. No «Programa Geral da Commemoração Centenária da Batalha do Buçaco» é possível conhecer o propósito deste museu: «ser o precioso depósito de quantas recordações fosse possível arrecadar para subsidiarem a história da batalha, e vantajosamente elucidarem os visitantes do Bussaco» (ALBUQUERQUE, 2010: 19).

O acervo deste museu inclui um grande número de objectos que se distribuem pelas seguintes colecções: armamento da época (canhões, mosquetes, carabinas, pistolas, espadas e sabres), réplicas de traje militar, objectos achados no campo da batalha, e ainda outro tipo de artefactos que se relacionam directamente com a Batalha do Buçaco. O acervo inclui, também, a colecção pertencente à Capela de Nossa Senhora da Vitória (gravuras, escultura religiosa, como a Nossa Senhora da Vitória ou o Santo António que pertenceu ao Regimento de Infantaria N.º 19 que combateu na batalha, relíquias, paramentos, pia baptismal, feita com uma concha marinha e um pé em ferro, fundido no Arsenal do Exército, entre outros). Além

dos objectos referidos, é importante destacar a maqueta da Batalha do Buçaco, da autoria de Keith Green, comprada com o patrocínio da Sociedade da Água do Luso e da Câmara Municipal da Mealhada, em 2007 (ver figura 12).

As colecções que constituem o acervo deste museu foram incorporadas através de achados e compra, como já foi referido, mas essencialmente, através da modalidade de doação, de particulares (civis e militares) e de instituições.



Figura 12 – Fotografia da maqueta da Batalha do Buçaco.
Fonte: Fotografia da autora.

3.1.5 Museu Militar da Madeira

O acervo do Museu Militar da Madeira tem como temáticas: a Madeira no contexto da Expansão portuguesa, a história militar da Madeira e as fortificações e infra-estruturas militares na região (ver anexo C). Desta forma, as colecções deste museu estão ligadas à história da região, bem como ao espaço que o museu ocupa - o Palácio de São Lourenço.

O Museu Militar da Madeira encontra-se em fase de incorporação das colecções que formarão o seu acervo. Os objectos expostos neste museu pertencem ao Regimento de Guarnição n.º 3, à Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira e ao Museu Militar de Lisboa. Existem ainda objectos que fazem parte de colecções de particulares (ex. a colecção de Rui Carita) e de instituições (ex. a Câmara Municipal do Funchal), como por exemplo o medidor de pólvora, de cerca de 1850, proveniente da armaria dos Marqueses da

Graciosa, e que serviu como capa do catálogo da primeira exposição do embrião do Museu Militar da Madeira, em 1979 (CARITA, 1979).

Existem, ainda, objectos provenientes de achados, tais como: botões de traje militar, ingleses e portugueses (do século XIX e início do século XX), encontrados nas escavações realizadas no antigo Quartel do Colégio (actual sede da reitoria da Universidade da Madeira); os pelouros em ferro encontrados aquando dos trabalhos de restauro do Palácio de São Lourenço; ou ainda, a armação de madeira com contra travamento em *Cruz de Santo André* e enchimento a pedra e tijoleira (c. 1750), recuperada nas obras do piso intermédio do edifício Sul da fortaleza do Palácio de São Lourenço. Por último, foram doados ao Museu Militar da Madeira alguns objectos, tais como: a espada do Alferes Veiga Pestana, morto em combate, na Batalha de La Lys, no ano de 1918, no âmbito da Primeira Grande Guerra ou o estilhaço de granada disparada por um submarino alemão, em 12 de Dezembro de 1917, no Lazareto do Funchal.

Estes objectos localizam-se nas seguintes instalações: Núcleo do Palácio de São Lourenço (exposição permanente) e Núcleo da Fortaleza de São Tiago (exposição temporária). Existe ainda um núcleo da Bateria de Costa 150 mm (localizado no Pico da Cruz, Funchal) e um núcleo da Bateria de Artilharia Anti-aérea 9,4 cm, localizado no Pico do Bucho, São Martinho, Funchal – no interior da Unidade de Apoio da Zona Militar da Madeira. Por último, existe um espaço de reserva, essencialmente com armas, que se localiza num paiol da Unidade de Apoio da Zona Militar da Madeira.

Em 2010, foi renovado todo o espaço expositivo do núcleo do Palácio de São Lourenço (ver Figura n.º 13). A exposição permanente tem como tema «A Madeira na História Militar Portuguesa», abarcando, cronologicamente, o período entre o século XV e o século XXI. Incluem-se nesta exposição reproduções de cartografia antiga, armamento defensivo (ex. capacete e peitilho) e ofensivo (montante, espadas, mosquetes), dos séculos XVII e XVIII, artilharia, armas de fogo do século XX, miniaturas de soldados em cerâmica da Fábrica Bordalo Pinheiro, entre outros.



Figura 13 – Fotografia da exposição permanente do Museu Militar da Madeira, inaugurada em 2010.

Fotografia: Arquivo do Museu Militar da Madeira.

Museu Militar do Porto

O acervo do Museu Militar do Porto tem como temáticas: a presença do Exército português no Mundo; as revoluções portuguesas; o Porto Militar – a evocação dos principais acontecimentos político-militares de que o Porto foi palco, e que ditaram a história da Cidade e do País e a evolução do dispositivo militar no Campo de Batalha (ver anexo C). As colecções deste museu estão ligadas a temas de âmbito nacional, mas também à temática específica da história militar da cidade do Porto.

O acervo do museu integra 21.276 objectos que se distribuem pelas seguintes colecções:

Armas e munições

A colecção é constituída por 1.528 objectos. As Munições compreendem, cronologicamente, o período entre o final da Idade Média (ex. pelouro em ligas de ferro, pelouros em pedra) e o século XX, com especial incidência desde a segunda metade do século XIX até ao terceiro quartel do século XX. As Armas abrangem tanto as armas ofensivas como as defensivas. No que respeita às armas defensivas, a colecção é constituída por objectos, que funcionalmente, se relacionam com a defesa do corpo (ex. cota de malha de ferro, lorigão,

manopla de elos metálicos, arnês), a defesa da cabeça (ex. elmo, chapéu-de-armas, capacete de ferro) e acessórios (ex. esporas e escudo). Relativamente às armas ofensivas, a colecção é composta por peças de diferentes tipologias como as armas brancas (ex. montante, espada, sabre, adaga, punhal, baioneta, espadim), armas de choque (ex. maça de armas), armas de haste (ex. lança, alabarda, partazana, pique, guan dao), armamento neurobalístico (ex. arco e a besta), armamento ligeiro e pesado pirobalístico (bacamarte de cela, mosquete, pistola, revólver, pistola-metralhadora, carabina, espingarda e caçadeira de combate, espingarda e caçadeira de caça, metralhadora ligeira e pesada), artilharia pirobalística ou boca-de-fogo (bombarda, tron, falcão, falconete, berço, colubrina, peça, obus, morteiro, foguete). A colecção inclui ainda armas etnográficas (ex. moca, arco, flecha, espada e bainha, lança, punhal) provenientes de África e do Brasil. A proveniência destes objectos é variada. As armas mais antigas fazem parte do espólio de Manuel Francisco Araújo. As restantes peças foram incorporadas na sua maior parte através de transferência de Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército (U/E/O), nomeadamente do Museu Militar de Lisboa e do Ex-Depósito Geral de Material de Guerra (que se situava em Beirolas – Lisboa), bem como de doações de militares ou descendentes de militares, alguns civis e ainda, no caso específico das armas de origem oriental, do espólio do General António Joaquim Garcia.

Desenho

A colecção reúne 105 desenhos de diferentes técnicas. Os desenhos são da autoria de Joaquim Vitorino Ribeiro, no caso das ilustrações de temática das Invasões Francesas a Portugal e das Lutas Liberais, e do Arquitecto Jorge Tavares, no caso das ilustrações de guerreiros medievais portugueses.

Escultura

A colecção é pouco expressiva sendo constituída por 15 peças que se distribuem pelas tipologias: escultura de vulto (estátua de pé, estátua equestre e busto) e escultura heráldica. Os objectos com mais relevância, desta colecção, são a estátua equestre de D. Afonso Henriques da autoria de Gustavo Bastos, o molde em gesso da estátua de pé do Soldado Desconhecido da Guerra Colonial (a estátua encontra-se implantada numa rotunda em Fanzeres – Gondomar) e o molde em gesso da estátua de pé do Soldado Desconhecido do Monumento aos Mortos Portugueses da Grande Guerra, da autoria de Henrique Moreira (o Monumento encontra-se na Praça Carlos Alberto na cidade do Porto).

Equipamento

A colecção inclui um conjunto de componentes utilizados em campanha, não estando contemplados peças de vestuário ou instrumentos. A colecção é constituída por 93 objectos que se relacionam com as tipologias de direcção de tiro, transmissões e sapadores.

Espólio Documental

A colecção integra 1.700 objectos que abrangem as designações de livros antigos, impressos relacionados com a vida militar, recibos, selos e caixas de fósforos com ilustrações de traje militar, cartas de patente para promoção, correspondência e diplomas. Os objectos localizam-se cronologicamente entre os séculos XIX e XX, focando-se essencialmente nos períodos das invasões francesas a Portugal, liberalismo em Portugal (ex. exemplar da Carta Constitucional de 1826, exemplar da Constituição de 1822) e a primeira metade do século XX (ex. caderneta Militar do Soldado Aníbal Augusto Milhais, mais conhecido como Soldado Milhões, correspondência recebida pelo Coronel Hélder Ribeiro durante o período de 1902 a 1931). A colecção tem origem nos espólios de: Joaquim Vitorino Ribeiro, Coronel Hélder Ribeiro, Soldado Aníbal Augusto Milhais e na doação do Arquitecto Vasco Rosas da Silva.

Espólio Honorífico

A colecção inclui 670 objectos que consistem em troféus de desporto, crestas, medalhões em ligas metálicas, pratos em cerâmica e galhardetes. As crestas, medalhões e pratos têm em comum uma iconografia que representa os escudos de armas identificativos de U/E/O nacionais e, com menor expressividade estrangeiras.

Falerística

A colecção inclui 84 objectos que consistem em ordens honoríficas, condecorações, medalhas e outras insígnias, que são usadas no vestuário do agraciado para reconhecimento público, quer sejam civis ou militares. A colecção é composta por uma grande variedade de peças que datam dos séculos XIX e XX. Sendo que, os objectos do século XIX são, na sua maior parte, provenientes do espólio de Joaquim Vitorino Ribeiro e os objectos do século XX dos espólios do: Soldado Aníbal Augusto Milhais, General António Joaquim Garcia e algumas doações, essencialmente de militares e seus descendentes.

Fotografia

A colecção é constituída por 1560 fotografias do século XX. As fotografias documentam quotidianos de algumas Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército, bem como das forças destacadas nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique durante o período da Guerra do Ultramar. Existe ainda um conjunto de fotografias, que data do período entre

1907 a 1911 e posteriormente do ano de 1999 e que foca, em períodos distintos, os mesmos locais do território de Macau. As fotografias têm origem no espólio de Hélder Ribeiro, nas doações de militares ou seus descendentes (nesta situação destaca-se a doação das fotografias antigas de Macau doadas pela filha do General António Joaquim Garcia).

Gravura

A colecção engloba 150 obras, cronologicamente situadas entre o século XIX e início do século XX. Embora a colecção não apresente qualidade técnica de relevo, destaca-se pela importância das suas temáticas relacionadas com as Invasões Francesas a Portugal e o Liberalismo em Portugal. Na sua generalidade, as gravuras são provenientes do espólio de Joaquim Vitorino Ribeiro.

Instrumentos

A colecção é constituída por 95 objectos que se integram nas áreas da topografia (ex. telémetro, teodolito binocular, goniómetro, bússola, alidade, telescópio), da Óptica (ex. óculo de ampliação variável, binóculo, epidiascópio) e da Física (anemómetro, barómetro, higrotermómetro). Estes objectos foram utilizados em contexto militar, durante o século XX, tanto nas U/E/O como em contexto de campanha.

Instrumentos Musicais

A colecção é constituída por 34 instrumentos que se inscrevem nas categorias dos membrafones (ex. tambor) e aerofones (ex. clarim, requinta, corneta e trompa). Os instrumentos musicais foram utilizados pelos militares pertencentes às bandas e fanfarras do Exército, ou com especialidade de clarim, em cerimónias (ex. visita de altas entidades militares a U/E/O; honras fúnebres, etc.) e na regulamentação do horário de serviço interno das U/E/O, tanto em situação de tropas aquarteladas como de tropas em campanha (ex. toque para alvorada, refeições, início e fim das actividades, recolher, silêncio, etc.).

Miniaturas

A colecção abarca aproximadamente 14.500 miniaturas militares de diferentes materiais como ligas de chumbo, pastas de papel, cerâmica e polímeros. Na sua grande parte, esta colecção é proveniente da aquisição do espólio de Jaime de Sousa Brandão e, em menor percentagem, do espólio do Engenheiro Campos Gondim e do Arquitecto Vasco Rosas da Silva.

Pintura

A colecção inclui 36 obras, cronologicamente situadas entre o século XVIII e XX. Na sua maior parte, a colecção não se caracteriza por uma qualidade técnica relevante. Contudo, destaca-se pela importância da sua temática relacionada com a representação de figuras militares e cenas de batalha.

Traje

A colecção é essencialmente constituída por traje militar, integrando em menor percentagem peças de traje civil. A colecção inclui 605 peças de traje (ex. casaco, dólman, calça, capote, blusão), calçado (botas e sapatos) e acessórios (gola de serviço, fivela, botão, leque). A colecção localiza-se, cronologicamente, entre o século XIX e XX, sendo que os objectos mais antigos têm origem no espólio do Joaquim Vitorino Ribeiro e espólio do Manuel Francisco de Araújo e, as mais recentes, em doações de militares e seus descendentes.

Vexilologia

A colecção de Vexilologia do MMP engloba 124 objectos entre bandeiras, estandartes, guiões e flâmulas.

As colecções estão distribuídas por espaços de exposição e reserva. No que respeita à reserva existem quatro espaços: uma reserva de têxteis; uma reserva de papel; duas reservas de armas, munições, equipamento militar e instrumentos musicais; e a reserva Vitorino Ribeiro (na qual se encontram acondicionados todos os objectos, excepto aqueles que se encontram em exposição, da colecção Vitorino Ribeiro)

No que respeita aos espaços de exposição, localizam-se da seguinte forma:

Edifício principal

No piso dois (ver Figura n.º 14) existem oito salas de exposição permanente, sendo que sete salas são dedicadas à colecção de miniaturas militares (ver Figura n.º 14) e uma sala expõe a espada que se atribui a D. Afonso Henriques, por ter sido encontrada no seu túmulo no Convento de St.^a Clara, em Coimbra (a espada pertence à colecção do antigo Museu Portuense que foi transferida para o Museu Nacional Soares dos Reis, encontrando-se, actualmente, em depósito no Museu Militar do Porto). No piso um, desde Novembro de 2002, encontra-se a exposição permanente designada «1808-1927, 120 Anos de História Militar do Porto», que se estende por duas salas, e que desenvolve o tema do papel da cidade do Porto como palco de acontecimentos político-militares entre 1808 e 1927.

Parque exterior

Caracteriza-se pela existência de canteiros relvados e algumas árvores e arbustos, onde se encontram em exposição permanente algumas objectos de grandes dimensões, tais como peças de artilharia e escultura.

Pavilhão de armas

Construído em 1993 foi pensado inicialmente para proteger as peças de grandes dimensões, contudo face às necessidades de alargar os espaços de exposição é actualmente utilizado para exposições temporárias e parte da exposição permanente (os temas, no rés-do-chão, são a Grande Guerra e a Guerra Colonial e no primeiro andar a evolução do armamento defensivo e ofensivo desde o final da Idade Média até ao início do século XX).

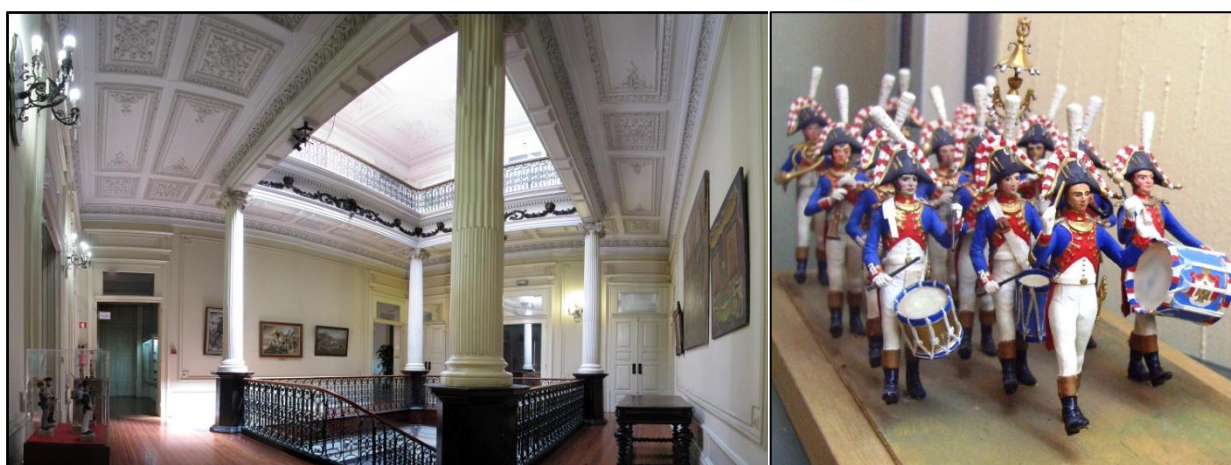


Figura 14 – (Esquerda) Fotografia do piso 2 do edifício principal. (Direita) Fotografia de um pormenor da colecção de miniaturas militares na Sala Engenheiro Campos Gondim.

Fonte: (Esquerda) Fotografia de José João Roseira / Arquivo do Museu Militar do Porto. (Direita) Fotografia de Alexandra Anjos.

3.2 As colecções – significados e representações

As colecções, observadas nos vários museus militares, são constituídas por objectos (que também podem ser designados por bens, peças ou artefactos), que representam «selected lumps of the physical world to which cultural value has been ascribed» (PEARCE, 1994b: 9). As colecções museológicas espelham a cultura material (do Exército), armazenada, enquanto as exposições (de carácter permanente ou temporário) são o principal meio através do qual o

passado é comunicado ao público (PEARCE, 1989: 1). Neste conceito está implícita a noção de *cultura material*²³ que,

Surgiu nas ciências humanas e em particular na história a seguir à formação da antropologia e da arqueologia e à influência exercida pelo materialismo histórico. Marca a sua distância em relação ao conceito de cultura, chamando a atenção para os aspectos não simbólicos das actividades produtivas dos homens, para os produtos e os utensílios, bem como para os diversos tipos de técnica (em especial vestuário, habitação, agricultura, alimentação, cultivo, cozinha, domesticação, fogo, indústria, pesos e medidas), enfim para os materiais e os objectos concretos da vida das sociedades. (BUCAILLE e PESEZ, 1989: 46-47).

Nesta perspectiva, entende-se *cultura* como estando relacionada com um território fixo, como propriedade de uma população espacialmente circunscrita. Na perspectiva de Clifford Geertz (1973: 64-66) a cultura é um conjunto de ideias comuns a determinado grupo que são trabalhadas continuamente de maneira imaginativa, sistemática e explicável, mas não previsível. É a teia de significados que o próprio homem tece vivendo em sociedade e, que permite aos membros de um grupo interpretar a sua experiência e guiar as suas acções.

Na actualidade, a cultura material é entendida como uma das disciplinas intrínsecas à vida dos museus. O estudo da cultura material, no âmbito da museologia, engloba a interpretação formal do artefacto, mas também a análise da natureza das colecções. Só a conjugação dos dados, recolhidos nos dois níveis de investigação referidos, permite uma verdadeira interacção e comunicação das colecções com o público, através da acção do museólogo, tendo como fim último serem um meio de reflexão e um meio auxiliar para a compreensão do mundo.

Na actualidade, é possível observar uma nova dinâmica no âmbito da investigação académica da interpretação da cultura material (ex. PEARCE, 1994a; BATCHELOR, 1994; ELLIOT *et al*, 1994; PROWN, 1994, FLEMING, 1974). Isto acontece porque o estudo da cultura material permite um maior nível de desenvolvimento do conhecimento do funcionamento dos indivíduos e das sociedades, tendo em conta que as colecções constituem documentos históricos, tal como afirma García Blanco (1988: 12)

Todos los objetos y cualquier objeto se pueden convertir en significante cultural porque nos remiten a aspectos culturales de la cultura a la que él mismo pertenece. Por ello cualquier objeto en tanto que es un documento único, puede ser merecedor de estar en un Museo.

²³ Para um aprofundamento do tema da história da cultura material consultar por exemplo: BUCAILLE e PESEZ, 1989; PEARCE, 1989.

No caso específico dos museus militares, Alonso Fernández (1999: 129) refere as particularidades do seu acervo destacando as colecções heterogéneas que incluem objectos originais, réplicas e maquetas que se relacionam com acontecimentos, muitas vezes decisivos historicamente. É importante ressaltar, que nos museus militares, analisados, uma percentagem significativa das suas colecções é constituída por objectos funcionais que estiveram em uso na sua época, tais como armas, uniformes, falerística, instrumentos musicais, viaturas, entre outros, que reflectem diferentes níveis dos seus contextos (culturais, económicos, políticos, sociais, simbólicos), tal como afirma Belén Castillo Iglesias (2006: 145):

A lo largo de muchos siglos el ejército y sus actividades han estado imbricados plenamente dentro de la sociedad constituyendo uno de los pilares fundamentales para su desarrollo ya que sobre él gravitaba la economía, la fabricación industrial, la investigación técnica y científica e, incluso, la vida política.

As colecções, reflexo da cultura material desta instituição militar, são, numa grande percentagem, consequência de acumulação de artefactos, considerados pela sua qualidade bons exemplares representativos da sua tipologia, tal como refere Susan Pearce (1989: 3) a propósito das colecções que vão formar os museus no século XIX,

These collections were generally of material which we would call archaeological or ethnographic [...] The guiding principle behind most of these collections was “high quality”. Their accumulation was in no sense systematic, but involved the choice of “good” pieces which were considered to embody the finest design and craftsmanship of their kind.

Na sua maior parte, estas colecções, chegam aos museus militares, principalmente, através de doações de particulares (militares ou civis), podendo constituir o reflexo dos diferentes tipos de colecções enunciados por Susan Pearce (1992: 69), «collections as ‘souvenirs’, as ‘fetish objects’ and as ‘systematics’».

No que respeita aos museus militares é possível concluir que algumas colecções se podem encaixar na tipologia dos *souvenirs*. Esta situação não é exclusiva destes museus, tal como confirma Susan Pearce (1989: 7-8) «Much of the material in museum social history and military collections, and in ethnographic collections also, has arrived by this route [‘souvenirs’]». As colecções de *souvenirs* não são mais do que a essência tangível de uma experiência do passado, tornam-se testemunhos da veracidade da mesma e da nostalgia que lhe está associada (PEARCE, 1992: 72).

O panorama enunciado reflecte-se nas incorporações de *memorabilia* de figuras militares ou de combates relevantes, como por exemplo, no Museu Militar da Madeira, o estilhaço de granada disparada por um submarino alemão, em 12 de Dezembro de 1917. No Museu Militar do Buçaco, um tambor utilizado na Batalha do Buçaco. No Museu Militar de Lisboa (ver Figura n.º 15), há uma sala dedicada a Mouzinho de Albuquerque (considerado o *herói de Chaimite* por ter capturado, em Moçambique, no ano de 1895, o régulo Gungunhana) onde estão expostas as condecorações nacionais e estrangeiras com que foi agraciado, bem como o seu capacete de Lanceiros, o chapéu de campanha e as suas espadas (duas de serviço e duas de honra, merecendo especial atenção o exemplar que lhe foi oferecido pela Associação Comercial do Porto, desenhada pelo escultor Teixeira Lopes e executada pelo joalheiro José Rosas). Por último, no Museu Militar do Porto, a colecção de cerca de 76 guiões (miniaturas das bandeiras) das Unidades/Estabelecimentos/Órgãos militares que foram intervenientes na Guerra Colonial (1961-1974), em Angola, Guiné e Moçambique.



Figura 15 – (Esquerda) Sala Mouzinho de Albuquerque. (Direita) Espada oferecida a Mouzinho de Albuquerque pela Associação Comercial do Porto.
Fonte: ALMEIDA, 1996.

Nas colecções é também possível observar, embora em menor percentagem, colecções que poderão ser consideradas, eventualmente, do tipo *fetish*, como por exemplo a colecção Vitorino Ribeiro que faz parte do acervo do Museu Militar de Lisboa e do Museu Militar do Porto.

Joaquim Vitorino Ribeiro (1849-1928), pintor portuense, iniciou a sua actividade de coleccionador nos finais do século XIX, após regressar de Paris (França), como

testemunha o seu filho Emanuel Vitorino Ribeiro que faz referência ao coleccionismo do seu pai no seu livro de homenagem,

Um dia regressou de vez. Mas entre nós estava tudo por realizar. Era preciso construir fundamentando-se no rigor histórico mas os nossos museus estavam infelizmente desertos, de todo desprovidos dos elementos necessários. Tal motivo levou-o a coleccionar religiosamente as relíquias de que viria a precisar. E estudando épocas, foi arquivando com paciência, à custa de sacrifícios inúmeros, tudo quanto se lhe afigurou poder auxiliar a reconstituição dos seus trabalhos de amanhã... E assim consegue reunir, através de muitas mesquinhas e sórdidas indiferenças, dois períodos da vida portuguesa – Guerra Peninsular e Lutas Liberais (1808-1832) (RIBEIRO, S/d: 12-13).

Os objectos da colecção Vitorino Ribeiro foram reunidos na sua maior parte pelo pintor Vitorino Ribeiro. Contudo, ao longo dos tempos, os seus filhos – Joaquim Pedro Vitorino Ribeiro e Emanuel Paulo Vitorino Ribeiro, foram acrescentando objectos à colecção,

Toda a vida trabalhámos para reunir num só lugar a colecção como a que hoje possuímos, gastando nisso uma boa parte das nossas economias. Sempre aspirei, bem como o meu falecido irmão, a conservar o nome e a memória de nosso pai – Joaquim Vitorino Ribeiro -, ampliando como fizemos as instalações da Casa por ele criada, e, dentro da qual, pouco a pouco reuniu, com paixão, tudo o que lhe foi possível, num desejo sincero de com os filhos, dotar um dia o Porto com uma colecção biblio-iconográfica que hoje se poderá considerar uma das melhores desta cidade. (...) o nosso falecido pai, que tanto desejou ver-se rodeado de tudo aquilo que desse prazer ao espírito, e que sempre lutou para que no espírito dos filhos fortemente se enraizasse, como conseguiu, igual prazer e desejo (VITORINO, 1947).

Esta colecção integrou a exposição que, em 1920, assinalou no Porto o Centenário da «Revolução Liberal de 1820», inaugurada no Teatro de São João, em 24 de Agosto. A colecção de Vitorino Ribeiro esteve sempre guardada na casa de habitação da família, situada na Travessa das Cavadas n.º 148 (Contumil, Porto). A casa, em meados do século XX (ver Figura n.º 16) chegou, inclusivamente, a adquirir características de Casa-Museu, estando aberta ao público (a casa possuía 15 divisões, sendo que 12 eram ocupadas pela colecção). As colecções eram constituídas por Pintura (aguarela, águas-fortes, óleo, lápis, carvão); Escultura (mármore, gesso, barro); Mobiliário (estilo nacional e estrangeiro, antigo e moderno); Indumentária (vestuário feminino, masculino e popular, civil e militar); Cristais e Prata (antigos e modernos); Arte religiosa (alfaias e outros objectos de culto); Cerâmica (porcelanas, faiança, olaria popular); Instrumentos Agrícolas; Jugos e Cangas; Lampiões e Candeias; Numismática e Medalhística; Colecções Diversas. Além de uma Biblioteca com cerca de doze mil volumes (DACIANO, 1950).



Figura 16 - (Esquerda) Gabinete de trabalho da Casa Vitorino Ribeiro. (Direita) Sala de visitas da Casa Vitorino Ribeiro.

Fonte: DACIANO: 1950.

Na perspectiva de Susan Pearce (1992: 84), a natureza fetichista destas colecções reside na relação entre os objectos e o coleccionador, na qual a colecção assume o papel crucial na definição da personalidade do coleccionador, que tem uma atitude para com os objectos caracterizada pela possessividade e veneração.

Finalmente, importa referir as colecções presentes nos museus militares, que poderão ser consideradas, *sistemáticas*. Segundo Susan Pearce (1992: 84) o desenvolvimento deste tipo de colecção é uma parte intrínseca do desenvolvimento das ciências sociais, entendendo-se por *sistemático* o termo extraído «from biology, botany and geology where it means the practice of taxonomy, the ability to compare and contrast collected specimens in order to distinguish the fine detail which divides one species from another, and so carry out identifications». Um exemplo ilustrativo do que foi dito é a colecção de artilharia, do Museu Militar de Lisboa, considerada «a sua colecção mais importante tanto pelo seu valor real como pelo seu valor histórico» (*Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, 1930:1 89), mesmo após a mudança da denominação de Museu de Artilharia para Museu Militar, que ocorreu em 1926.

Os objectos da colecção de artilharia encontravam-se dispostos por secções denominadas por letras do alfabeto e segundo o reinado a que pertencem. As secções A, B, e C são constituídas pelas peças mais antigas e encontravam-se expostas na Sala Vasco da Gama (ver Figura n.º 17). No Pátio de Artilharia ou dos Canhões (ver Figura n.º 17) estavam expostas as outras secções desde a letra D até à letra Q e, mais duas secções, a ultramarina (letra R) e a estrangeira (letra S). Outros exemplares estavam dispersos pelas salas de

exposição (*Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, 1930: 189). De uma forma geral, na actualidade, a colecção de artilharia mantém a disposição referida.

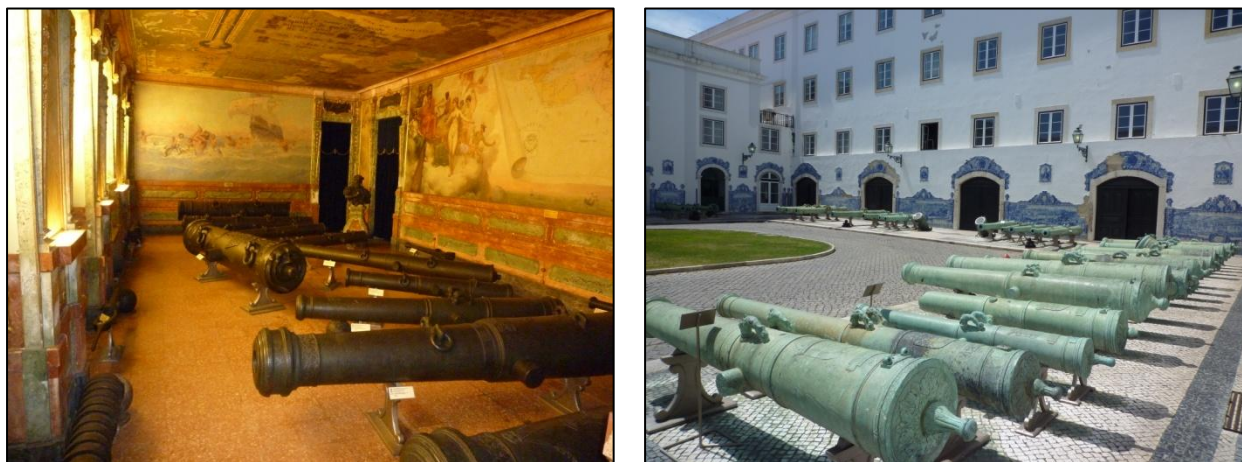


Figura 17 – (Esquerda) Fotografia da Sala Vasco da Gama. Fotografia do Pátio dos Canhões. (Direita).
Fonte: Fotografias da autora.

No que respeita às letras atribuídas à colecção de artilharia, o significado é o seguinte:
A – Artilharia dos séculos XIV e XV; B – Artilharia do reinado de D. Manuel I; C - Artilharia do reinado de D. João III; D – Artilharia do reinado de D. Sebastião; E - Artilharia do reinado dos Filipes; F - Artilharia do reinado de D. João IV; G - Artilharia do reinado de D. Afonso VI; H - Artilharia da regência e reinado de D. Pedro II; I - Artilharia do reinado de D. João V; J - Artilharia do reinado de D. José I; K - Artilharia do reinado de D. Maria I; L - Artilharia da regência e reinado de D. João VI; M – Artilharia do reinado de D. Pedro IV e de D. Miguel; N - Artilharia do reinado de D. Maria II; O - Artilharia do reinado de D. Pedro V; P - Artilharia do reinado de D. Luís I; Q - Artilharia do reinado de D. Carlos I; R – Artilharia Ultramarina; S – Artilharia Estrangeira; T – Artilharia na vigência da República. Na actualidade, ainda é possível observar esta classificação da colecção de artilharia como se verifica na figura n.º 18.



Figura 18 - Fotografia de pormenor da peça de artilharia com a marcação «A12» (Sala Vasco da Gama).
Fonte: Fotografia da autora.

Depois desta breve aproximação à natureza das colecções dos museus militares é importante referir que estes objectos/colecções não são documentos neutros, pois foram seleccionados a partir de um leque vasto de escolhas possíveis e por isso foram condicionados pelos colectores respectivos (independentemente da modalidade de incorporação) que agiram de acordo com o seu contexto histórico, político e ideológico. Tal como, a própria realidade apresentada pelos museus é da mesma forma uma interpretação, e nunca uma reprodução. (SEMEDO, 2005a: 13-14):

PARTE II – MODELOS DE GESTÃO E DOCUMENTAÇÃO DAS COLECÇÕES EM MUSEUS MILITARES

«Museums have the duty to acquire, preserve and promote their collections as a contribution to safeguarding the natural, cultural and scientific heritage. Their collections are a significant public inheritance, have a special position in law and are protected by international legislation. Inherent in this public trust is the notion of stewardship that includes rightful ownership, permanence, documentation, accessibility and responsible disposal» (International Council of Museums, 2006: 3).

1 Gestão e documentação de colecções museológicas – considerações teóricas

A gestão das colecções assume-se como função museológica central e condição básica para o desenvolvimento de qualquer projecto museológico. Nesta perspectiva, a American Association of Museums (1978: 11) afirma que o dever ético dos museus é a transferência para os nossos sucessores dos registos da cultura material e natural, se possível de uma forma desenvolvida. Os museus devem controlar as suas colecções e conhecer a localização e o estado de todos os objectos do seu acervo. Devem ser estabelecidos procedimentos para avaliação periódica do estado das suas colecções, bem como para a sua manutenção, geral e específica. A acessibilidade às colecções, bem como a preservação dos artefactos devem estar em conformidade com padrões aceites profissionalmente.

O conceito de gestão de colecções incorpora dois conceitos, «gestão» e «colecções», que estão interligados e é necessário definir. Por *gestão* entende-se «a acção de gerir / administrar / dirigir» (*Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções*, 1979: 412), que, neste caso específico refere-se à acção de gerir o acervo de um museu. Por *acervo* entende-se a totalidade dos objectos na posse legal do museu. No que respeita ao conceito de colecção já foi explanado no presente relatório (p. 32).

A gestão de colecções assume diferentes significados consoante os autores, instituições ou profissionais de museus. Deste modo, existem vários autores que sistematizam, com enfoques diferenciados, a generalidade das áreas de gestão das colecções. Para Andrew Roberts (1988: 1) o conceito de gestão de colecções engloba as políticas e procedimentos relacionados com a incorporação, controlo, catalogação, utilização, empréstimo, alienação e transporte dos objectos. Em relação às questões que se prendem com a conservação preventiva, segurança e monitorização ambiental considera que devem ser tratadas num âmbito distinto da gestão de colecções.

A abordagem de Susan Pearce (1992: 120-134) alerta para a necessidade da definição de códigos de boas práticas para as colecções, mas também para toda a documentação que lhes está associada (ex. livros, manuscritos, separatas de revistas, cartografia, notas de campo, fotografias, ilustração, cartas, entre outro tipo de documentação). A documentação referida pode chegar juntamente com o objecto ao museu ou pode ser acumulada durante a vida do objecto depois da sua incorporação e, que resulta do estudo da natureza das colecções e da análise formal dos objectos. Não se deve desvalorizar, no caso das colecções que já têm muitos anos de existência nos museus como é o caso dos fundos antigos, a informação que é

possível deduzir, por exemplo de marcações, embalagens ou legendas antigas, pois muitas vezes constituem a chave para o mistério da sua proveniência.

É também necessário conhecer a abordagem de Nicola Ladkin (2004: 17), cuja visão da gestão das colecções tem uma perspectiva integrada e marcadamente ética,

Collections management is the term applied to the various legal, ethical, technical, and practical methods by which museum collections are assembled, organized, researched, interpreted, and preserved. Collections management focuses on the care of collections with concern for their long-term physical well-being and safety. It is concerned with issues of preservation, use of collections, and record keeping, as well as how the collections support the museum's mission and purpose. The term collections management also is used to describe the specific activities undertaken in the management process.

Finalmente, é importante fazer alusão a uma publicação, recente, da especialista em gestão das colecções - Freda Matassa (2011: 3) que afirma que independentemente de as colecções serem em grande ou pequena escala, públicas ou privadas, é fundamental fazer uma correcta gestão das mesmas no que concerne ao inventário, conservação, movimentos, documentação, exposição e acesso. Conclui, reflectindo que a gestão de colecções pode ser resumida da seguinte forma: «know what you have and where to find it. This knowledge provides owners and managers of cultural collections with the information they need in order to locate and care for the objects entrusted to them and to plan strategically for the future» (MATASSA: 2011: 3).

O desenvolvimento de uma gestão das colecções feita de forma integrada, ética e sustentável permite o equilíbrio entre as colecções, os recursos da instituição (financeiros, humanos, instalações, etc.), e a possibilidade de estabelecer um compromisso de qualidade e de transparência com o público. O não desenvolvimento de uma gestão adequada das colecções pode mesmo colocar em causa a existência do museu como afirmam os autores Gary Edson e David Dean (1994: 13),

Without proper management, museums cannot provide the proper care and use for collections, nor can they maintain and support an effective exhibition and education program. Without proper management, public interest and trust can be lost and the existence of a museum may be jeopardized.

Uma gestão efectiva das colecções deve-se caracterizar por ser pró-activa em vez de reactiva. Nesse sentido, um manual de gestão de colecções assume-se como a ferramenta indispensável para a sua concretização. O *Manual de Gestão das Colecções* consiste num conjunto de instruções claras e precisas com o objectivo de uniformizar as políticas e os

procedimentos relativos às várias actividades relacionadas com os artefactos. Ressalva-se que o manual deve funcionar como um guia orientador para os profissionais de museus (e todos aqueles que de alguma forma têm necessidade de entrar em contacto com as instituições museológicas, tais como estagiários, voluntários, investigadores externos, entre outros) e como uma fonte de informação para o seu público.

Marie Malaro (1995: 11), que tem sido uma das autoras que mais contribuiu para a investigação de temas relacionados com a gestão das colecções, define o *Manual de Gestão de Colecções* como «a detailed written statement that explains why a museum is in operation and how it goes about its business and it articulates the museum's professional standards regarding objects left in its care». Segundo a mesma autora, o manual referido deve incluir tópicos como: a missão do museu e os seus objectivos; as modalidades de incorporação; as modalidades de alienação; as políticas de empréstimos do museu e de empréstimos ao museu; a gestão dos objectos deixados à custódia do museu (nesta situação encontram-se objectos que legalmente não pertencem ao acervo do museu, mas que foram deixados à guarda do museu por motivos que não o empréstimo ou depósito – ex. para identificação ou avaliação para doação ou compra); conservação e segurança; acessibilidade; procedimentos para criação de seguros dos objectos; e os registos resultantes das diferentes actividades relacionadas com a gestão das colecções, especificamente a enumeração de quando devem ser feitos e onde devem ser guardados (MALARO: 1995: 11-12).

Existem vários autores que contribuíram para a criação de directrizes para a elaboração de um manual de gestão de colecções (MALARO, 1995; EDSON e DEAN, 1994; BUCK e GILMORE, 1998; MATASSA: 2011; GRANT, 1994; CIDDOC CRM, 2009; FAHY, 1995), contudo estas não devem ser seguidas de uma forma rígida pois o seu objectivo é provocar discussão e reflexão. As directrizes devem ser adaptadas à realidade e necessidades de cada museu. Por último, é importante referir que a elaboração de um manual de gestão de colecções não é uma tarefa simples e requer muito diálogo entre o pessoal que constitui a equipa do museu e entre a equipa e a direcção/conselho/tutela do museu.

O *Manual de Gestão de Colecções*, como já foi referido, é constituído por um conjunto de políticas e respectivos procedimentos. Nesta perspectiva, torna-se essencial compreender os conceitos de *política* e de *procedimento*. Para Ronald Miller (1980: 3), as *políticas* devem fornecer orientações ou normas para a tomada de decisões, enquanto os *procedimentos* especificam como as acções devem ser levadas a cabo.

Gary Edson e David Dean (1994: 29-30) entendem que as *políticas* fornecem um conjunto de regras para que a missão seja aplicada diariamente nas actividades do museu, enquanto os *procedimentos* devem explicar como executar as políticas. Os autores completam a definição dizendo que as políticas e procedimentos devem abordar as seguintes áreas: «Acquisition; Accessioning; Deaccessioning; Collection care and use; Loans; Facility use; Public programming; Exhibits; Safety; Natural disasters and hazards».

Rebecca Buck e Jean Gilmore (1998: 221) reflectem que as *políticas* providenciam o instrumento para as decisões que determinam os desenvolvimentos a longo prazo da gestão das colecções das instituições. Disponibilizam as linhas de orientação para conjunturas que ainda não despontaram, mas que podem suceder a qualquer momento, daí que tenham de ser flexíveis, sem nunca perder a sua utilidade. Os *procedimentos*, por contraste, dispõem os mecanismos e os detalhes necessários para implementar as políticas. Enquanto uma política pode ser tão curta como um parágrafo, os procedimentos para essa política podem ocupar várias páginas de texto.

Finalmente, Nicola Kadkin (2004: 19) referindo-se aos procedimentos, no âmbito da gestão de colecções, define que são as diversas actividades pelas quais as políticas de gestão das colecções se convertem em acções específicas de gestão. Ressalva que os procedimentos são mais úteis e transmitem mais coerência na acção, quando estão formalizados num documento escrito.

O *Manual de Gestão de Colecções* deve ser redigido em suporte papel ou digital. Depois de elaborado e aprovado, este documento deve ser entendido como uma ferramenta de auxílio para todos os profissionais do museu, bem como para todos aqueles que interferirem nas colecções, como já foi anteriormente referido. Este documento, que em muitos casos engloba também a missão e objectivos do museu, tem a vantagem de centralizar num só documento todas as questões relacionadas com a gestão das colecções, tornando a sua consulta mais rápida e facilitada do que existindo estes documentos de forma dispersa. Após a elaboração do manual referido este deve ser sujeito a revisões periódicas, de forma a se encontrar, permanentemente, actualizado e em consonância com os objectivos estabelecidos para o museu. O seu conteúdo pode incluir diversas temáticas relativas à gestão de colecções, sendo que é incontornável a inclusão das políticas e procedimentos dos diferentes aspectos relacionados com a incorporação, alienação, empréstimos, depósitos, documentação e conservação preventiva.

É neste contexto que nas últimas décadas se observa a implementação de sistemas de acreditação em museus, que incluem nos seus objectivos a execução de um programa de normalização das actividades dos museus, nomeadamente na gestão e documentação das colecções. Alguns exemplos de programas de acreditação de museus são: nos Estados Unidos da América através da Association of American Museums²⁴ (AAM); no Reino Unido através do Museums, Libraries and Archives Council²⁵ (MLA); e em Portugal através da Rede Portuguesa de Museus²⁶ (RPM). A necessidade de desenvolver políticas tem sido tão pertinente que, segundo Alice Semedo (2005b: 311), diferentes associações profissionais produziram códigos deontológicos para museus onde incluíram aspectos relacionados com a gestão das colecções.

O *Código Deontológico do ICOM para museus* (ICOM, 2006: 3-6) é um exemplo desta situação, sendo que a Secção 2 «Museums that maintain collections hold them in trust for the benefit of society and its development» desenvolve questões relativas à incorporação, alienação e protecção dos bens culturais. Institui que as tutelas dos museus devem adoptar e tornar público um documento relativo à política de incorporação, protecção e utilização dos acervos.

Em Portugal, a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Secção III, Artigo 12.º) veio reforçar esta tendência ao definir que,

1. O museu deve formular e aprovar, ou propor para aprovação da entidade de que dependa, uma política de incorporações, definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de actuação que permita imprimir coerência e dar continuidade ao enriquecimento do respectivo acervo de bens culturais. 2 – A política de incorporações deve ser revista e actualizada pelo menos de cinco em cinco anos.

A *política de incorporações* é, na visão de Michael Ware (1988: 3), um documento escrito e não uma série de ideias guardadas na cabeça de alguém. Este documento deve definir a vocação do museu e qual as temáticas das colecções que deverão constituir o seu acervo. O mesmo autor ressalva que se a política de incorporações existir, desde a criação do museu, será possível rentabilizar dinheiro, espaço e tempo, pois não os irá desperdiçar com objectos que um dia mais tarde podem vir a ser considerados obsoletos à colecção.

²⁴ Disponível em <<http://www.aam-us.org/>> [Consultado em 11-07-2011 às 20:02]

²⁵ Disponível em <<http://www.mla.gov.uk/>> [Consultado em 11-07-2011 às 20:07]

²⁶ Disponível em <<http://www.ipmuseus.pt/>> [Consultado em 11-07-2011 às 20:09]

Concluindo, a gestão das colecções constitui um processo em aberto, para o qual contribuem a investigação científica, o avanço tecnológico e a prática museológica. Deste processo, é indissociável, entre outros aspectos, a documentação, o inventário e o estudo da natureza das colecções.

Para esta investigação, torna-se ainda relevante compreender o conceito de *documentação* das colecções museológicas. Na realidade, a documentação dos objectos constitui uma das mais importantes funções museológicas e, se for executada de uma forma adequada poderá contribuir para uma efectiva gestão das colecções, definição de políticas de incorporação, áreas temáticas e limites das colecções, controlo de movimentos e segurança dos objectos, conservação, acondicionamento em reserva ou exposição, acessibilidade às colecções com vista à investigação e comunicação com os públicos. Uma possível definição do conceito anteriormente referido é a seguinte,

Is all the recorded information a museum hold about the items in its care. It also describes the activity of gathering, storing, manipulating and retrieving that information. It is not an end in itself. It is the means by which both museum staff and visitors can find the information they need. This allows proper management, understanding and interpretation of museum collections, now and in the future. The information can be about objects, photographs, film, books, paper archives, tape recording, etc. It can include physical descriptions, historical background, details of acquisitions, storage locations, accounts of work done to objects whilst they are in the care of the museum, and much more besides. This information is often referred to as data. The resource created when this data is organized to allow easy access, is known as a database (HOLM, 1991: 2).

A documentação dos objectos deverá ser entendida em dois estados: a documentação preexistente e a documentação produzida. O conceito de *documentação preexistente* é relativo a toda a informação relacionada com a vida do objecto antes do momento da incorporação. O conceito de *documentação produzida* é relativo aos dados gerados e acumulados após a incorporação do objecto na instituição. Este conceito engloba todas as informações reunidas pelo processo de registo e resultantes da identificação, inventário, classificação, catalogação, conservação, restauro, seguro, movimentação, exposição e divulgação (ANTUNES: 2002: 9).

Por último, é de suma importância reflectir sobre a informatização dos dados disponibilizados pela gestão das colecções. Este tema é sumariamente abordado, por exemplo, na Lei Quadro dos Museus Portugueses (Secção IV, Artigos 20.º-21.º), contudo numa visão mais limitada apenas para a informatização do inventário museológico. Na actualidade, os *softwares* disponíveis (normalmente, denominados bases de dados) possibilitam que numa única aplicação informática seja possível o registo, tratamento e pesquisa de informação dos

dados resultantes da gestão, estudo e documentação das colecções, de uma forma integrada. A informatização dos dados, resultantes da gestão e documentação das colecções, executada de uma forma integrada e normalizada poderá permitir, no contexto da *Sociedade da Informação* e das novas *Tecnologias da Comunicação e da Informação*, a acessibilidade²⁷ dos acervos através da *internet* ou o fomento e desenvolvimento da criação de redes de informação (redes de museus de região, redes de museus de temáticas específicas como as armas e a história militar, etc.), entre outras possibilidades, baseadas em princípios de colaboração e partilha de informação entre as instituições museológicas, e entre estas e o público em geral.

²⁷ Entende-se *acessibilidade* como a «característica de um meio físico ou de um objecto que permite a interacção de todas as pessoas a esse meio físico ou objecto e a utilização destes de uma forma equilibrada / amigável, respeitadora e segura. Isto significa igualdade de oportunidades para todos os utilizadores ou utentes, quaisquer que sejam as suas capacidades, antecedentes culturais ou lugar de residência no âmbito do exercício de todas as actividades que integram o seu desenvolvimento social ou individual. Portanto, a acessibilidade promove a igualdade de oportunidades, não a uniformização da população» (SAGRAMOLA, 2005: 23).

2 Identificação de modelos de gestão e documentação das colecções em museus militares – contexto internacional.

Com o objectivo de analisar e compreender o *modus faciendi* de museus militares relativamente à gestão das suas colecções, procedeu-se a uma pesquisa da bibliografia disponível sobre o tema, à solicitação de documentos a museus militares estrangeiros previamente seleccionados e à pesquisa electrónica nos sítios *Web* por eles disponibilizados. Esta pesquisa permitiu o levantamento de informação e análise relativa às seguintes instituições museológicas: *Canadian Forces Base Petawawa Military Museum*, *Imperial War Museum*, *Museo del Ejército*, *National Army Museum* e o *US Army*.

Base das Forças Militares Canadianas – *Petawawa*

A Base das Forças Militares Canadianas – *Petawawa* inclui dois museus - o *Base Museum* e o *Airborne Forces Museum*, e duas colecções visitáveis - a *Royal Canadian Dragoons* e a *Royal Canadian Guards*, que se encontram sob a dependência do Comandante da Base Militar de *Petawawa*.

O *Base Museum* incorpora, preserva, interpreta e expõe objectos com relevância histórica para a história da base, das unidades e dos regimentos das Forças Militares Canadianas. O *Airborne Forces Museum* incorpora, preserva, interpreta e expõe objectos com relevância histórica para a história da Força Aérea Canadiana. Estes dois museus orientam a gestão das suas colecções através de um manual denominado por *Canadian Forces Base Petawawa Military Museum – Collections Management Policies & Procedures*. Este documento está disponível em <<http://www.petawawamuseums.ca/admin/researchpolicy.pdf>> [consultado em 25-09-2011 às 15:49].

O *Canadian Forces Base Petawawa Military Museum – Collections Management Policies & Procedures* é um manual constituído por políticas e procedimentos de gestão das colecções, sem data de criação ou de validade, que está em vigor para os museus e colecções visitáveis referidos. É constituído por quatro secções: Secção 1 – Visão geral das colecções; Secção 2 – Colecções: armas de fogo; Secção 3 – Colecções: munições; Secção 4 – Empréstimos.

A Secção 1 é uma abordagem geral às colecções e inclui elementos como: a missão dos museus e colecções visitáveis; métodos (doação, compra e transferência) e procedimentos para a incorporação; considerações éticas relativas à incorporação; atribuição do número de inventário cujo formato se descreve na figura n.º 19.

Ex.	A = Airborne Forces Museum; B = Base Museum; C = Guards Collection; D = Dragoon Collection;
	1999 = ano de incorporação
	111 = número do lote (111.ª colecção recebida nesse ano)
	002 = ordem sequencial do artefacto dentro do lote

Figura 19 – Tabela com a exemplificação do formato do número de inventário referido no *Canadian Forces Base Petawawa Military Museum – Collections Management Policies & Procedures*.

Fonte: Tabela da autora.

A Secção 1 faz referência ainda aos procedimentos para a marcação do número de inventário em têxteis, papel e fotografia e para outro tipo de objectos ressalva que deve ser colocada uma etiqueta, numa parte visível e acessível, com os seguintes elementos: número de inventário; número de série (se aplicável); número NATO (se aplicável); e uma breve descrição.

Finalmente, a secção referida inclui alguns procedimentos para o inventário e acondicionamento em reserva; políticas para a criação de cópias de segurança do inventário em formato informático e, ainda, enuncia os métodos (alienação por devolução ao doador; alienação por transferência para outro museu; alienação por venda; alienação por destruição) e procedimentos de alienação.

A Secção 02 dedica-se exclusivamente às armas de fogo, incluindo o resumo do *Código Penal do Canadá (Parte III) – Armas de fogo e armas ofensivas*; procedimentos específicos para a incorporação deste tipo de colecção; e ainda políticas e procedimentos para o acondicionamento, segurança e transporte deste tipo de colecções. A secção 3 faz referência, exclusivamente, às munições, mais concretamente as políticas e procedimentos para o armazenamento, exposição e manuseamento destas colecções. Na secção 4, que constitui a última secção deste documento, enunciam-se políticas e procedimentos para o empréstimo, fazendo a distinção entre empréstimo de saída e empréstimo de entrada.

Imperial War Museum

O *Imperial War Museum* (IWM) afirma-se como um museu de história social. A sua vocação foca as experiências e comportamentos das pessoas em contextos bélicos, bem como o impacto da guerra na sociedade. O IWM é constituído por cinco museus localizados por todo o Reino Unido: *Imperial War Museum London* (sede), *Churchill War Rooms*, *HMS Belfast*, *Imperial War Museum Duxford* e *Imperial War Museum North*.

Através de troca de correspondência com Sophie Rowberry (Personal and Project Assistant, Director of Collections Office) foi possível conhecer que o IWM cumpre as políticas e procedimentos emanados pelo *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* (SPECTRUM)²⁸ e segue uma política de incorporação comum a todos os museus que constituem o IWM, e que se encontra disponível no sítio *Web* do museu: <<http://www.iwm.org.uk/server/show/nav.607>> [consultado em 25-09-2011 às 10:09].

A política de incorporação do IWM não tem data de criação ou de validade. É constituída por cinco páginas e tem início com a definição dos termos: *colecção* «The Collection is defined as all the material of cultural significance which has been accessioned by the Imperial War Museum (IWM), and includes works of art, objects, printed books and other printed material, archival and audio-visual material» e *incorporação* «Acquisition is defined as the transfer of ownership of a significant item to the permanent collection of the Museum, its management and documentation. Material is acquired to enhance the ability of the Museum to carry out its responsibilities to record, interpret and educate the community about wars in which British and Commonwealth forces have been involved since August 1914».

Numa segunda parte do texto o IWM preocupa-se em tornar pública a missão e história do museu, tendo em conta as cinco diferentes instituições que o constituem. Seguidamente, define claramente quais as áreas temáticas das colecções e clarifica as limitações para a incorporação. É ainda referido que o IWM tem em conta as políticas de incorporação de outros museus ou arquivos com as mesmas áreas temáticas de interesse, para que não surjam conflitos de interesse e para melhor definirem as suas especializações e deste modo não se duplicarem ou desperdiçarem recursos. São assinalados os princípios de

²⁸ O SPECTRUM foi criado pela *Museum Documentation Association* (MDA) em estreita colaboração com o Standards Advisory Committee. O SPECTRUM encontra-se disponível gratuitamente para *download* no site da *Collections Trust* <<http://www.collectionstrust.org.uk/spectrum>>.

incorporação que afirmam que o IWM não deve incorporar nenhum artefacto sem ter a certeza da sua autenticidade e proveniência legal. Faz, ainda, referência às políticas e procedimentos de incorporação: doação, compra, depósitos do Arquivo Nacional (relativos a fotografias, filmes e registos de crimes da II Grande Guerra), transferência, cópias (de fotografias ou documentos), legado, permuta e gravações (relativas a património imaterial). Por último, enuncia quais as temáticas prioritárias para a incorporação.

Museo del Ejército

O *Museo del Ejército* é um museu de cariz nacional que depende do Ministério da Defesa Espanhol e é o resultado da fusão de diversos museus militares criados desde o início do século XIX, nomeadamente o *Real Museo Militar*, criado em 1803. O museu foi transferido de Madrid para Toledo e em Julho de 2010 foi inaugurado no espaço renovado do *Alcázar*. O contacto com este museu foi efectuado através de troca de correspondência com Teresa Moneo (Conservadora Chefe do Departamento do Centro Documental) e pela visita ao espaço do museu, no dia 29 de Dezembro de 2010.

A gestão das colecções neste museu segue as mesmas políticas e procedimentos que os restantes museus nacionais, que se encontram disponíveis na sítio electrónico oficial do Ministério da Cultura <<http://www.mcu.es/museos/CE/Colecciones/index.html>> [consultado em 02-07-2011 às 10:42].

No que respeita ao sistema de documentação das colecções a informação está disponível numa tese de mestrado publicada em 2000. A autora da investigação é Maria Isabel Bravo Juega e a investigação denomina-se «El Sistema de Documentación de Museos Militares del Ministerio de Defensa: El Museo del Ejército, modelo de actuación». Nesta publicação é possível aceder a informação sobre a evolução do sistema documental do museu; ficha de inventário, bem como os procedimentos para o seu preenchimento; classificação genérica das colecções do museu; normas para atribuição do número de inventário e marcação.

Aquando da visita ao museu foi ainda possível recolher a classificação das colecções (ver apêndice D). Foi realizada pesquisa no Centro Documental do Museu onde foi consultada

a Revista «Ejército», número extraordinário de Junho 2010, que é dedicada ao *Museo del Ejército* e inclui dois artigos sobre a área específica da documentação das colecções²⁹.

National Army Museum

O *National Army Museum* (NAM) é o museu central do Exército britânico. Foi criado em meados do século XX e localiza-se em Londres (Inglaterra). O contacto com o museu foi estabelecido através de troca de correspondência com Emily Dodd (Collections Review Officer).

O Museu não tem um manual de gestão de colecções, contudo disponibilizam, no sítio Web do museu (disponível em <<http://www.nam.ac.uk/about-us/schemes-policies-procedures>>. [consultado em 2011-07-01 às 17:20]), dois documentos de gestão: a *Política de Incorporação e Alienação* e as *Condições de Empréstimo*. Relativamente a outras actividades de gestão das colecções seguem as políticas e procedimentos emanados pelo SPECTRUM.

A *Política de Incorporação e Alienação* do NAM foi aprovada pelo *Council of the National Army Museum*, em 22 de Abril de 2010. O documento está dividido em 20 capítulos e tem início com a afirmação pública da sua missão e objectivos. Seguidamente atribui a autoridade para incorporar ou alienar fazendo referência à *National Army Museum's Royal Charter*, de 1960.

O Capítulo 3.º descreve exhaustivamente os temas, períodos cronológicos e áreas geográficas relativas às colecções que constituem o acervo. E, no capítulo que se segue é feita referência aos critérios que devem ter em conta para futuras incorporações, bem como são definidos os temas, períodos cronológicos e áreas geográficas relativos a colecções que não têm interesse para incorporar no acervo do NAM.

No Capítulo 5.º o NAM reconhece a sua responsabilidade em assegurar às novas incorporações os cuidados de conservação, estudo e utilização necessários, tendo em conta que é um museu acreditado pelo *Museums Libraries & Archives* (MLA). Reconhece ainda o

²⁹ Chica Olmedo, Luis Miguel de la – *El Área de Documentación. Funciones de la documentación en el Museo del Ejército. Su importancia para el correcto funcionamiento de la institución*, p. 56 – 61. Sanchioli Sáez, Belén – *El Departamento de Documentación del Museo del Ejército*, p. 62 – 67.

dever de ter em conta limitações ao nível da conservação, recursos humanos e espaço em reserva sempre que quiserem fazer novas incorporações.

A política de incorporação do NAM atenta também as políticas de incorporação de outros museus, bibliotecas e arquivos com áreas de interesse ao nível da temática comum das colecções. Aceita consultar as organizações com quem possa criar conflitos de interesse e definir áreas de especialização para que se evite duplicações desnecessárias e desperdício de recursos.

No Capítulo 7.º é especificado que as políticas emanadas devem ter a validade de cinco anos, estando agendada a revisão para Abril de 2015. Acrescenta que sempre que existirem alterações na política de incorporação e alienação o MLA será notificado.

Esta política coloca a possibilidade de incorporações que extravasem a actual política, contudo isto só deverá ser feito em condições excepcionais e apenas depois da devida autorização do Director e do Conselho do NAM, tendo em conta os interesses dos outros museus. Seguidamente, são referidos os procedimentos de incorporação e algumas reflexões éticas sobre o tema.

Os capítulos 10, 11 e 12 são dedicados a referências relativas à repatriação e restituição de objectos que tenham sido alvo de espoliação ou que tenham grande relevância para a sua cultura, bem como restos humanos, tendo em conta documentos como «Spoliation of Works of Art during the Holocaust and World War II period: Statement of Principles and Proposed Actions».

O restante documento (dos capítulos 13.º ao 20.º) é dedicado à alienação, nomeadamente considerações gerais, métodos de alienação, responsabilidades e, finalmente refere que a documentação da alienação é feita de acordo com os procedimentos de alienação contidos no SPECTRUM. São entregues relatórios sobre as alienações ao Conselho do NAM e é publicado no *Annual Accounts*.

No que respeita ao segundo documento - *Condições de Empréstimo*, este foi revisto em Maio de 2010. Divide-se em duas partes: Parte A – Empréstimos do NAM a outras instituições para exposições temporárias e, Parte B – Empréstimos do NAM a outras instituições de artefactos de grandes dimensões, tais como: veículos rodoviários e ferroviários e peças de artilharia.

No que refere às *Condições de Empréstimo*, normalmente, o NAM só faz empréstimos a instituições credenciadas, pelo MLA (no caso de instituições que pertençam ao Reino

Unido) ou por organismos semelhantes referentes a outros países. A parte A das *Condições de Empréstimo* inclui os procedimentos a seguir para o empréstimo de artefactos do acervo do NAM, bem como as condições padrão de empréstimo no que se refere ao acondicionamento dos objectos em exposição, responsabilidades e despesas, seguro, embalagem e transporte, condições ambientais, direitos de imagem e, há ainda a ressalva de que o comodatário deve fornecer ao NAM um exemplar de qualquer catálogo ou outra publicação que inclua os artefactos em empréstimo.

A parte B das *Condições de Empréstimo* refere que no caso dos artefactos de grandes dimensões é possível o empréstimo a instituições não credenciadas, mas que tenham sido legalmente constituídas e que tenham capacidade para proporcionar condições adequadas aos artefactos e disponibilizar o seu acesso ao público. Relativamente aos tipos de colecções referidas, a parte B do documento estabelece os procedimentos a seguir para o empréstimo de artefactos do acervo do NAM, bem como as condições padrão de empréstimo no que se refere às responsabilidades e despesas, seguro, condições ambientais, direitos de propriedade e, há ainda a ressalva de que o comodatário deve fornecer ao NAM um exemplar de qualquer catálogo ou outra publicação que inclua os artefactos em empréstimo.

O NAM desenvolveu e publicou em 1991 um thesaurus para inventário de colecções militares, que na actualidade se encontra em revisão³⁰. O thesaurus referido foi disponibilizado, para esta investigação, por David Collens (Director do National Firearms Centre do Royal Armouries no Reino Unido, desde Maio de 2010). O thesaurus tem uma estrutura que reflecte a gestão das colecções feita pelo NAM. Assim, a lista divide-se pelas disciplinas que correspondem aos cinco departamentos referentes a colecções do NAM e dentro de cada uma delas foram definidas temáticas específicas como a seguir se descreve:

1. Arquivo, Fotografia, filmes e som (a – Arquivos; b – Mapas; c - Filmes e Vídeos; d - Gravação de som; e – Fotografia; f - Transparências coloridas; g - Daguerreótipo; h – Negativos; i - Álbuns fotográficos);
2. Livros (a – Abstractos; b - Publicações do Exército; c – Livros; d – Periódicos);
3. Artes Decorativas e Belas Artes (a – Cerâmica; b – Desenhos; c – Miniaturas; d - Pintura a Óleo; e – Gravuras; f – Escultura; g - Ligas metálicas);

³⁰ Por se considerar pertinente a consulta deste thesaurus por museus de armas e de história militar anexa-se a informação disponibilizada (ver anexo E).

4. Uniformes, insígnias e medalhas (a – Uniformes; b - Equipamento para o corpo; c - Bandeiras e estandartes; d – Insígnias; e – Medalhas);

5. Armas, equipamento e veículos (a – Munição; b – Artilharia; c – Armaduras; d - Armas brancas; e - Armas de fogo; f – Mobiliário; g – Arreios; h – Modelos; i - Instrumentos musicais; j - Relíquias e equipamentos; k - Instrumentos Científicos; l - Veículos).

3 O modelo de gestão e documentação das colecções nos museus militares na dependência da Direcção de História e Cultura Militar – diagnóstico e contributo para a criação de boas práticas

O panorama observado, em 2010, no que respeita ao modelo de gestão e documentação das colecções nos seis museus militares é o reflexo de algumas iniciativas, relevantes, desenvolvidas pela Direcção da DHCM (que assumiu funções entre 2007 e 2011), como a seguir se descreve.

A actual direcção da Direcção de História e Cultura Militar deu um grande incentivo nesta área ao criar um documento fundamental para a normalização da gestão dos museus militares, mas também nas colecções visitáveis do Exército.

Em 2008, a DHCM elaborou e aprovou as *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* (ver separador da *legislação* do apêndice H – *Manual de Gestão das Colecções do Museu Militar do Porto*), através do Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército N.º 96, de 22 Abril. O documento referido teve como objectivo regulamentar e normalizar a acção dos museus militares na sua dependência, mas também as colecções visitáveis localizadas noutras Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército. As *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* são constituídas por dez capítulos, a saber: (I) Objecto, dependências e conceitos (conceito de museu militar e de colecção visitável militar); (II) Funções museológicas nos museus militares (idênticas às instituídas pela Lei Quadro dos Museus Portugueses, Capítulo II, Secção I, Artigos 7.º); (III) Recursos humanos, financeiros e instalações; (IV) Horário e acesso ao público; (V) Execução, reprodução e aquisição de imagens de peças museológicas; (VI) Cedência temporária de bens museológicos; (VII) Depósito de bens museológicos; (VIII) Doação e legados de bens culturais; (IX) Desafecção de bens culturais; (X) Disposições finais e transitórias.

No que respeita às normas supracitadas, observa-se que a sua estrutura e conteúdo são semelhantes à Lei Quadro dos Museus Portugueses. A informação disponibilizada pelas normas consiste na sua maior parte na enumeração de políticas, sendo que só são referenciados alguns procedimentos para: a acção de inventário; para a cedência temporária; para o depósito de bens museológicos; para a doação e para o legado (incluindo anexos com diferentes tipos de formulários).

As Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército como já se referiu encontram-se em consonância com a Lei Quadro dos Museus, contudo assinala-se a necessidade da sua articulação com um código deontológico para museus, neste caso o aconselhável seria o Código Deontológico do ICOM, bem como dada a especificidade das colecções de armas existentes nos acervos, devia haver uma referência especial a esta temática.

Ressalva-se ainda que o documento referido não inclui no seu texto, nem no despacho que as autoriza, menção à validade das mesmas ou período limite em que devem ser revistas. Este facto é prejudicial pois todas as normas devem ser periodicamente revistas de forma a serem actualizadas e adaptadas.

No âmbito do desenvolvimento das práticas de gestão dos museus militares, e nomeadamente da gestão das colecções, é ainda importante referir que em Agosto de 2009 foi enviado o pedido de início do processo de candidatura da credenciação (no âmbito do Instituto dos Museus e Conservação / Rede Portuguesa de Museus) dos museus militares dos Açores, Bragança, Buçaco, Elvas, Lisboa, Madeira e Porto³¹ através do Ofício do Gabinete do Chefe do Estado-maior do Exército N.º 9360, de 18 de Agosto de 2009.

A Rede Portuguesa de Museus constitui, segundo a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Secção I, Artigo 102.º), «um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus», tendo como objectivos:

a) A valorização e a qualificação da realidade museológica nacional; b) A cooperação institucional e a articulação entre museus; c) A descentralização de recursos; d) O planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus; e) A difusão da informação relativa aos museus; f) A promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas; g) O fomento da articulação entre museus (Lei Quadro dos Museus Portugueses, Secção I, Artigo 103.º).

A credenciação consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos museus militares, na dependência da DHCM, tendo como objectivos promover o acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural histórico-militar através da introdução de padrões de rigor e de qualidade no exercício das funções museológicas. A credenciação dos museus referidos depende do preenchimento dos seguintes requisitos (Lei Quadro dos Museus Portugueses, Capítulo IX, Secção I, Artigo 113º):

³¹ Sobre a candidatura do Museu Militar do Porto consultar: TEIXEIRA, 2011: 111-117.

- a) Cumprimento das funções museológicas previstas nos artigos 8.º a 43.º;
- b) Existência de recursos humanos, financeiros e instalações contemplados nos artigos 44.º a 51.º;
- c) Aprovação do regulamento do museu de acordo com o artigo 53.º;
- d) Garantia de acesso público nos termos previstos nos artigos 54.º a 62.º;

O processo de credenciação é constituído por vários momentos que se organizam em três fases, como se exemplifica na figura n.º 20.

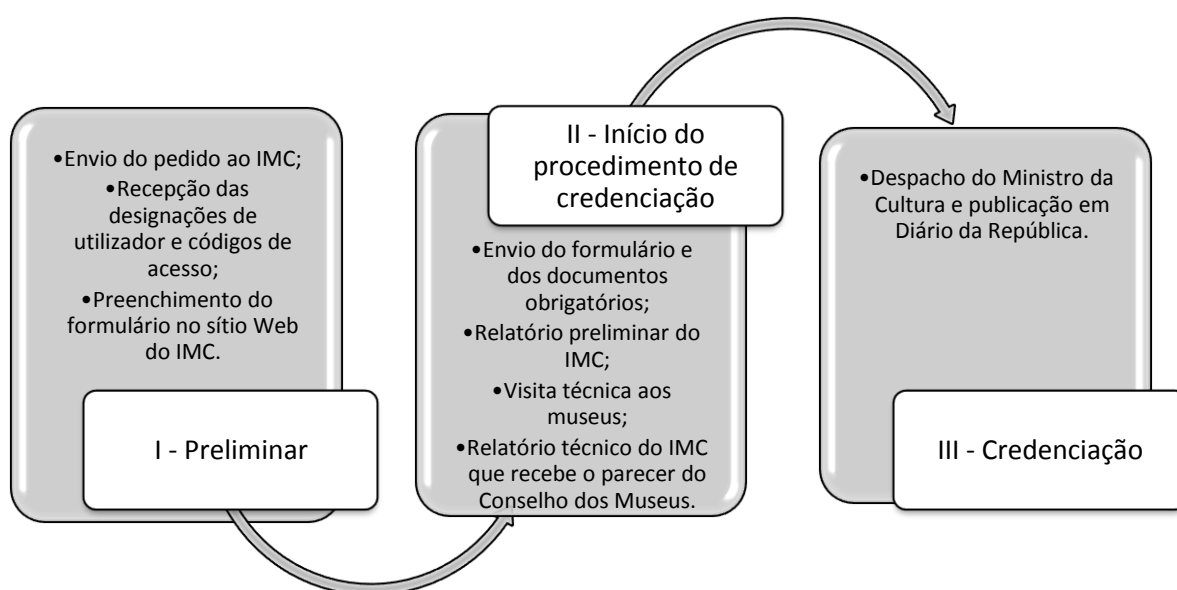


Figura 20 – Gráfico com a representação das várias fases do processo de credenciação. Dados recolhidos da Lei Quadro dos Museus Portugueses, capítulo IX.

Fonte: Gráfico da autora.

A credenciação e consequente integração na Rede Portuguesa de Museus dos museus militares constitui requisito indispensável para beneficiarem dos programas criados pelo IMC, da possibilidade de concorrer a projectos de candidatura e financiamento do Estado, da divulgação e promoção do museu junto do público, de forma periódica e actualizada, de apoio técnico nas áreas de programação museológica, gestão de museus e na elaboração de projectos de qualificação, do acesso, em tempo útil, a informação relacionada com formação, conferências, legislação, entre outros.

A Directiva da DHCM N.º 1 de 2010, de 18 de Janeiro, teve como objectivo informar os museus militares, na sua dependência, do início do processo de credenciação, bem como definir as instruções de coordenação, comando e transmissões e responsabilidades dos diferentes intervenientes.

Entre final de 2010 e início de 2011 foram entregues os formulários de candidatura e documentos obrigatórios do Museu Militar de Bragança, de Elvas e do Porto, sendo que existe a expectativa que os restantes museus militares entreguem a documentação entre 2011 e 2012 (ver apêndice E). Actualmente, os museus militares que entregaram os formulários de candidatura já se encontram na fase II – Início do procedimento de credenciação (ver Figura n.º 20), tendo já recebido a visita técnica da equipa da Rede Portuguesa de Museus (ver Figura n.º 21) e aguardam que os respectivos processos sejam avaliados no Conselho de Museus e que seja produzido o consequente relatório técnico.



Figura 21 - Visita Técnica da equipa do IMC/RPM (constituída pela Dr.ª Isabel Victor, Dr. Miguel Crespo e Dr. Roberto Leite) ao Museu Militar do Porto.
Fonte: Fotografia de Miguel Crespo).

Finalmente, é importante destacar que durante este processo foram realizadas algumas acções relevantes para a gestão dos museus militares, e nomeadamente para a gestão das colecções, tais como: estudo de público nos museus militares, implementado através da aplicação de um questionário, disponibilizado pela DHCM; elaboração e aprovação pela DHCM dos regulamentos de cada um dos museus militares; elaboração e implementação das Normas de Conservação Preventiva e Planos de Segurança; monitorização ambiental com o equipamento “Higrotermómetro Digital / Testo Modelo 625” adquirido pela DHCM (um equipamento para cada museu militar); caracterização das colecções que constituem o acervo; entre outros.

Em 2010, na sequência da candidatura à credenciação dos museus militares e do diagnóstico das práticas de gestão e documentação das colecções, foi decidido pela DHCM a aquisição de licenças da aplicação informática *Inarte Premium* para todos os museus militares na sua dependência (a decisão por esta aplicação informática específica tem como justificação o facto do Museu Militar de Lisboa utilizar o *Inarte Plus*, desde 1999).

A aplicação informática *Inarte Premium* faz a gestão de uma base de dados relacional, isto significa que armazena informação relativa aos dados elementares e estabelece relações entre eles, permitindo uma gestão integrada dos mesmos. A unidade mínima elementar de informação é designada por *campo* ou *dado elementar* (ex. *número de inventário*, *cores*, *autorias*). Um conjunto de campos referentes a uma mesma unidade de informação (ex. um objecto) constitui um *registo*. Um conjunto de registos constitui uma base de dados. O *Inarte Premium* é constituído por sete *módulos*, que se subdividem em diferentes *tarefas*. As tarefas subdividem-se em vários campos ou dados elementares que podem ser modificados/acrescentados/eliminados consoante a necessidade/especificidade dos acervos. Assim, a qualquer momento pode ser solicitado à Sistemas do Futuro que acrescente campos que actualmente não existem ou que torne invisível campos que não têm pertinência para o inventário das colecções militares.

Na sequência do que foi dito, numa primeira fase (início de 2011) foi feita a actualização do *Inarte Plus* para o *Inarte Premium*, por ser uma versão mais actualizada, bem como foram adquiridas seis licenças para postos de trabalho em todos os museus militares. Procedeu-se à adaptação das redes locais e do *software* para instalação da aplicação informática nos museus militares. Em Junho, de 2011, foi administrado pela empresa Sistemas do Futuro, nas instalações da DHCM, uma formação sobre a aplicação informática *Inarte Premium* onde estiveram presentes elementos das equipas dos vários museus militares, bem como da Repartição de Património da DHCM (ver Figura n.º 22).

O processo de informatização do património cultural móvel desta instituição de cariz militar, na aplicação informática referida, prevê-se que seja faseado da seguinte forma:

Curto prazo (dois anos): deve ser definido pela DHCM, com o apoio dos museus militares na sua dependência, quais as colecções visitáveis existentes no Exército;

Médio prazo (cinco anos): deve proceder-se ao inventário sumário³² de todo o património cultural móvel dos museus militares, na dependência da DHCM;

Longo prazo (dez anos): deve-se proceder ao inventário sumário de todo o património cultural móvel das colecções visitáveis. Deve ser feito o inventário desenvolvido³³ nos acervos dos museus militares, bem como o registo de todos os dados relativos ao processo de gestão das colecções.



Figura 22 – Fotografia da acção de formação sobre o *Inarte Premium*.

Fonte: Fotografia de J. Cordeiro.

Para além do panorama anteriormente referido, os museus militares na dependência da DHCM, foram realizando, ao longo da sua existência, uma gestão e documentação das colecções semelhante. Tendo em conta esta situação optou-se por apresentar a restante informação recolhida por áreas de gestão e documentação das colecções, e não por museus militares.

³² Entende-se por inventário sumário o registo de informação básica sobre um objecto, tal como: o número de inventário; o museu militar a que pertence; a designação; a descrição; a localização; modalidade de incorporação; e a classificação.

³³ Entende-se por inventário desenvolvido os dados obtidos através do estudo das colecções.

3.1 Missão

Diagnóstico

Os museus militares, na dependência da DHCM, têm actualmente a seguinte missão e possibilidades (aprovadas, juntamente com a estrutura orgânica de cada museu militar, por Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército, de 08 de Março de 2007), comum:

Promove a valorização, o enriquecimento e a exposição do património histórico-militar à sua guarda.

Possibilidades:

- (a) Inventariar e conservar o património que lhe esteja atribuído;
- (b) Divulgar os valores culturais ligados à história militar;
- (c) Participar em eventos de interesse histórico-militar ou com relevante significado histórico-cultural.

Tendo em conta que embora os museus militares tenham a mesma dependência, a sua génese, localização e a comunidade onde se inserem, bem como os públicos-alvo e as temáticas (ver anexo C) diferem. A missão actual dos museus militares, na dependência da DHCM, apresenta algumas limitações (idênticas à missão de muitos museus), tais como:

1. Usam uma abordagem voltada para a instituição para identificarem o seu papel na sociedade. É importante ter em conta que as decisões tomadas pelos museus afectam o público, custam dinheiro e requerem um compromisso substancial de tempo por parte das direcções, equipas de trabalho e voluntários. Deste modo, torna-se crucial usar as pesquisas de mercado e os estudos de público para que os museus militares consigam reflectir sobre o papel que representam na sociedade e, deste modo conseguirem reposicionar-se com maior sucesso na sua comunidade, na sociedade em geral, bem como no panorama museológico português e internacional. Na perspectiva de Gail Anderson (2000: 15) as abordagem voltadas para a instituição, como a dos museus militares, tornam-se muito perigosas porque «To not seek information about a museum's public is to choose to operate in a vacuum».

2. Constituem, simplesmente, uma listagem, das actividades dos museus militares, sem conseguir identificar os dois elementos fulcrais de uma missão: porque é que o museu existe e para quem.

3. Como a missão não é individualizada para cada museu militar, torna-se retórica, sem significado ou relevância para o funcionamento diário do museu.

Linhas orientadoras

Após esta breve reflexão sobre a missão que se encontra definida para os museus militares da DHCM, defende-se que cada museu militar deve ter uma missão, objectivos e estratégia adequados à sua realidade. Deve ser elaborada pela equipa respectiva de cada museu militar e enviada para aprovação da DHCM.

É, geralmente, aceite que a missão constitui a declaração orientadora do propósito do museu, devendo descrever, de forma clara e precisa, porque é que a instituição existe, qual a sua função, qual o âmbito das suas actividades e, para quem existe. Na sequência do que foi dito reforça-se que o papel dos museus na sociedade deve relacionar-se directamente com a missão. Nesta perspectiva, Alice Semedo (2008: 27-28) numa comunicação intitulada «Museus, Educação e Cidadania» (no âmbito da conferência «Museus e Sociedade», promovida pela Câmara Municipal de Caminha) reflecte que a missão deve revelar «a compreensão do museu acerca dos contextos nos quais existe; a relevância do papel que pretende assumir; as relações que estabeleceu com a comunidade».

A missão deve ser apresentada aos profissionais do museu, bem como ao público em geral através de uma *Declaração de Missão*, que se traduz num documento escrito que sintetiza o propósito, os valores, os objectivos, a estratégia e o público-alvo / parceiros, de uma forma informativa e sendo inspiradora, deve transmitir a paixão do museu. Segundo Gail Anderson (2000: 127), a declaração da missão de um museu constitui,

The engine that drives the museum, the compass that guides institutional decision-making, and the identifying characteristic that identifies a museum's unique role. Every museum needs a relevant, concise mission statement that communicates why it exists, who it serves, and what it does for its many constituents, and every museum needs a clear mission statement that guides all museum activities and decisions. A mission statement is not just a required document for nonprofit status; it is the heart and soul of each museum.

A *Declaração de Missão* deve ser apoiada por outros documentos, tais como o código deontológico adoptado, a política de incorporações, as normas para a criação de exposições, em suma, se existir, o *Manual de Gestão das Colecções*. Neste sentido, a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei N.º 47/2004, de 19 de Agosto, Secção III, Artigos 12.º, Alínea 1) não utiliza o termo missão, mas sim vocação, ao referir-se à obrigatoriedade do estabelecimento de ter uma política de incorporação que deve ser definida de acordo com a vocação do museu. Ainda na legislação referida (Lei N.º 47/2004, de 19 de Agosto, Secção

IV, Artigos 53.º) volta a fazer referência à vocação como matéria essencial do regulamento do museu.

Finalmente, a declaração de missão redigida de forma coerente e reflectida, articulada diariamente com as diferentes actividades e decisões das equipas, torna-se numa ferramenta essencial para a gestão de um museu, e consequentemente das colecções. A *Declaração de Missão* é um documento vivo que reflecte a saúde, relevância e posição do museu na sociedade, e por isso deve ser tornado público, deve ser incluída nos vários documentos criados pelo museu, bem como deve ser revista frequentemente e, se necessário corrigida (ANDERSON, 2000: 14). A declaração de missão do National Army Museum (Reino Unido) é um bom exemplo do que foi anteriormente dito (ver anexo F).

3.2 Política de Incorporação

Diagnóstico

No que respeita à incorporação (comummente designada por aquisição pelos profissionais de museus ou, ainda na tradução do Código deontológico do ICOM para museus) verifica-se a inexistência de políticas de incorporação, nos museus militares. Consequentemente, observa-se que, ao longo dos anos, a incorporação deu lugar à acumulação de objectos que, muitas vezes, não são desejados nas colecções, e que ocupam espaço, recursos humanos e dinheiro.

A DHCM constitui a entidade responsável pelos bens culturais móveis que constituem os acervos dos museus militares. Desta forma, qualquer incorporação (independentemente da modalidade) deve ser autorizada pela entidade referida. As *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* (Capítulo II, Artigo 10.º) definem que a incorporação pode ser feita através das seguintes modalidades: Compra; Doação; Legado; Herança; Recolha; Achado; Transferência; Permuta; Afectação permanente; Preferência; Dação em pagamento. Observa-se que as modalidades referidas são as mesmas que constam na Lei Quadro dos Museus Portugueses (Capítulo II, Secção III, Artigo 13.º).

Nos museus militares pratica-se, essencialmente, as modalidades de compra (embora com pouca frequência), doação (em alguns museus militares designada de *oferta*), legado, transferência, e recolha (embora com pouca frequência). As modalidades de doação e transferência são aquelas que se verificam com mais regularidade. No que respeita às outras

modalidades permitidas nunca se praticam e, em alguns casos, como a modalidade de *afecção permanente*, os profissionais dos museus desconhecem mesmo o seu significado.

Os procedimentos para as modalidades de incorporação, encontram-se, apenas, definidos para a doação e o legado (*Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército*, Capítulo VIII, Artigos 50.º e 51.º).

No que respeita à doação, os museus militares, têm que apresentar uma proposta fundamentada para submeter à avaliação da DHCM, existindo a possibilidade de renúncia ao acto. As doações que forem autorizadas dão origem a um *Auto de Recepção de Doação* (ver anexo H das *Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército*). A recepção do objecto deve, obrigatoriamente, incluir o preenchimento do *Relatório de Verificação* do objecto (ver anexo E das *Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército*). Todas as peças doadas, quando integram uma exposição, devem ter a referência ao nome do doador (excepto nos casos em que o doador expresse vontade contrária). Relativamente ao legado os procedimentos são idênticos e, apenas não existe a ressalva das peças legadas terem que ter o nome do testador, quando integram uma exposição.

Linhas orientadoras

A incorporação é o processo de adquirir objectos para o acervo do museu. Contudo, nem todos os objectos que entram no museu são incorporados no acervo, tais como os depósitos, os empréstimos, entre outros. Todos os museus devem ter uma *Política de Incorporação*, como refere a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Secção III, Artigos 12.º, Alínea 1 e 2):

1 — O museu deve formular e aprovar, ou propor para aprovação da entidade de que dependa, uma política de incorporações, definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de actuação que permita imprimir coerência e dar continuidade ao enriquecimento do respectivo acervo de bens culturais.

A *Política de Incorporação* tem como objectivo informar os visitantes, investigadores, e equipa do museu do tipo de artefactos que são aceites para integrar as colecções que constituem o acervo. A existência deste documento permite, por exemplo, que nas situações de doação a DHCM possa ponderar se os objectos têm cabimento nas colecções e, se não tiver pode, com maior facilidade, recusar, utilizando a política de incorporação do museu militar, como justificativo da sua opção. O documento referido, quando tornado público, permitirá

com mais facilidade à DHCM, às outras instituições museológicas, bem como ao público em geral, identificar qual o museu militar que melhor se enquadra na transferência/doação/legado/compra (entre as outras modalidades possíveis).

Torna-se fundamental compreender que apenas com a existência de uma *Política de Incorporação* bem elaborada e utilizada diariamente nas actividades dos museus, será possível constituir boas colecções. Desta forma, cada museu militar deve elaborar uma *Política de Incorporação*, individual, e propor a sua aprovação à DHCM. O documento referido, segundo Freda Matassa (2011: 146-147) deve incluir os seguintes pontos:

1. Objectos na colecção – Esta secção define o acervo no que se relaciona com o seu propósito e deve fazer referência à declaração de missão da instituição. Descreve aquilo que é único no que respeita ao acervo e como difere de outros acervos similares. O propósito da política de incorporação pode aparecer nesta secção, tal como a referência ao objectivo do museu de criar e cumprir políticas e procedimentos, que devem estar em conformidade com a legislação interna, nacional e internacional.

2. Âmbito da colecção – Esta secção define as limitações geográficas, históricas, sociais, temáticas, materiais, entre outras, das colecções. Deve referir que, excepcionalmente, e após avaliação de uma comissão científica por exemplo, podem ser feitas novas incorporações fora destes limites. O museu pode ainda afirmar que pode consultar outros museus, que incorporem colecções similares, de forma a assegurar a opção mais correcta da incorporação de novos objectos.

3. Critérios – Esta secção deve incluir as modalidades de incorporação praticadas pelo museu. É importante incluir uma referência à possibilidade do museu poder incorporar documentação de arquivo, livros, documentários, fotografias, manuscritos, etc., que possa contribuir para o estudo dos objectos. Pode ainda considerar critérios como os valores estéticos, relevância histórica, autenticidade, qualidade que possam ter interesse para a constituição das colecções. Finalmente, deve fazer referência que deverá também intervir na decisão de incorporar os factores como o estado de conservação dos objectos, bem como os recursos que o museu pode disponibilizar para o estudo e preservação do objecto a incorporar.

4. Código deontológico – Esta secção deve referir que as incorporações são feitas de acordo com o código deontológico (também designados por código de ética) nacional ou internacional.

5. Direitos – Nesta secção deve ser referido que o museu tem o direito de utilizar o objecto como quiser, para expor, emprestar, investigar, acondicionar em reserva, entre

outros. O museu não deve aceitar objectos com condições de utilização, situação que por vezes se verifica nos museus militares, principalmente no caso das doações em que existe a obrigatoriedade do objecto estar exposto em permanência.

6. Procedimentos – Devem ser enumerados os procedimentos relativos às políticas de incorporação. É importante incluir procedimentos relativos ao estabelecimento do contacto com o museu; os dados que devem ser fornecidos pelas entidades/particulares que querem realizar a incorporação; dados sobre a proveniência e/ou a propriedade legal dos objectos; procedimentos para a transferência de direitos de autorias, morais ou para a reprodução, entre outros.

Por último, é importante ter em conta que a política de incorporações deve ser revista e actualizada sempre que necessário.

3.3 Alienação

Diagnóstico

Os museus militares estão autorizados a propor à DHCM situações de alienação de objectos, como referem as *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* (Capítulo X, Artigo 52.º):

A desafecção de bens culturais existentes nos museus militares e nas colecções visitáveis, fica sujeita à apresentação de uma proposta fundamentada a submeter à avaliação e apreciação superior, mediante parecer da DHCM e consequente despacho de abate à carga do Exército.

Contudo, os museus referidos não possuem uma política de alienação, nem as normas incluem menção às diferentes modalidades de alienação e respectivos procedimentos.

Linhas orientadoras

A alienação é a remoção permanente de um objecto do acervo do museu. Muitos museus partilham o facto de terem objectos que não se coadunam com as colecções existentes ou de não possuírem recursos (instalações, financeiros, humanos, etc.) para cuidar de todas as suas colecções. Esta situação é consequência do legado do passado e da ausência de uma *Política de Incorporação*.

Os museus militares inserem-se neste quadro, tornando-se urgente que cada museu militar elabore uma *Política de Alienação*, para aprovação da DHCM, que defina os métodos

autorizados para a alienação definitiva de um objecto do seu acervo. Nesta perspectiva é importante ter em conta que o *Código Deontológico do ICOM para museus* (2006: 4-5) prevê a possibilidade de alienação de objectos referindo as seguintes modalidades possíveis: doação, transferência, troca, venda, repatriação ou destruição. Independentemente da modalidade de alienação, os processos para a sua concretização devem ser cuidadosamente documentados.

A *Política de Alienação* estabelece as circunstâncias em que a alienação é considerada e como deve ter lugar. Deve ser clara sobre a competência de incorporação do museu, o tipo de acervo, bem como quais os objectos que não se enquadram na missão do museu, devendo justificar a alienação a fim de promover a missão e objectivos do museu.

Existem várias directrizes para a acção de alienação, tal como: «Disposal ToolKit – guidelines for museums» elaborada pela *Museums Association* (Reino Unido), em 2008 (Disponível em <<http://www.museumsassociation.org/download?id=15852>>, Consultado em 24-09-2011 às 20:55). Este documento inclui tópicos, tais como: objectos que não se enquadram na política de incorporação do museu; objectos duplicados; objectos subutilizados; objectos aos quais o museu não consegue proporcionar a gestão necessária; objectos em mau estado de conservação (sem possibilidade de ser assegurado pelo museu a estabilização ou restauro necessários) ou que coloque em risco o restante acervo ou as pessoas; objectos sobre os quais se desconhece a proveniência ou cuja proveniência é ilegal, não ética ou fraudulenta; réplicas sem propósito determinado (Museum association, 2008: 9-10).

3.4 Empréstimo

Diagnóstico

As *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* (Capítulo VI, Artigo 35.º, Alínea 1) autorizam os museus militares a ceder objectos dos seus acervos a outras entidades museológicas, civis ou militares.

As entidades devem pedir autorização para o empréstimo de objectos dos acervos dos museus militares, através de um formulário (anexo A das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*). Os museus militares não têm autonomia para aceitar os pedidos de empréstimo, sendo que estes devem ser encaminhados para a DHCM. Nas situações em que os empréstimos são autorizados, pela DHCM, é criado um protocolo (anexo C das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*) entre o museu militar

detentor dos objectos a ceder/DHCM (comodante) e a entidade que solicita o empréstimo (comodatário).

No que respeita aos empréstimos que implicam a saída de território nacional as políticas e procedimentos orientam-se pela Lei N.º 107/2007, de 08 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (*Diário da República I Série-A n.º 209 de 08 de Setembro de 2001*, p. 5808-5829).

Todos os objectos cedidos na modalidade de empréstimo devem ter associado um *Relatório de Verificação* (ver anexo E das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*).

No que respeita à deslocação dos objectos carece de autorização por escrito, que deve ser anexa ao protocolo de empréstimo, bem como deve ser acompanhada da ficha de inventário respectiva (com fotografia) e do relatório de verificação da peça. Os objectos que saem dos museus militares na situação de empréstimo devem ser alvo de um seguro, contudo se o empréstimo for entre entidades militares pode ser dispensado desde que a segurança seja devidamente salvaguardada.

Linhas orientadoras

O empréstimo define-se como o acto pelo qual um museu cede a outra entidade um objecto do seu acervo, a título temporário e com um determinado objectivo (normalmente para integrarem exposições temporárias ou por razões de conservação), ressalva-se que este processo não envolve a transferência do título de propriedade.

Emprestar objectos é um aspecto fundamental da gestão das colecções e deve ser cuidadosamente ponderado como afirma Freda Matassa (2011: 169) «Sending a valuable object to another destination, however, must be carefully considered, with the safety of the object being of greatest importance». As razões para o empréstimo, bem como as condições devem ser claras e previamente acordadas entre o comodante e o comodatário, preferencialmente através de um contrato escrito, cuja assinatura deve decorrer antes do início do processo (GRANT, 1994). Neste contrato devem estar incluídos os seguintes elementos: a duração e os objectivos pedagógicos, de investigação ou da exposição (sendo que nunca se devem aceitar empréstimos de longa duração); cuidados a ter com os objectos (incluindo as condições ambientais adequadas); condições de segurança durante o processo de transporte,

armazenagem ou exposição; definição das responsabilidades; seguro; direitos de autor e direitos de publicação, entre outros.

3.5 Depósito

Diagnóstico

As *Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército* (Capítulo VII, Artigo 39.º, Alínea 1) autorizam o depósito de bens museológicos, como a seguir se descreve: «O depósito de bens culturais em museus militares é determinado por razões de segurança, de conservação ou por acordo entre o detentor da sua posse e o museu ou entre museus».

Os tipos de depósitos permitidos são:

Depósito coercivo: «Por despacho superior, sob proposta fundamentada da DHCM, pode ser determinado o depósito coercivo de bens culturais integrantes do acervo de museus militares ou de U/E/O, quando a respectiva conservação ou segurança não estejam garantidas, com o fim de prevenir a respectiva destruição, perda ou deterioração ou quando se verifique que o valor histórico ou patrimonial das peças possa contribuir para valorizar ou reforçar o valor museológico de uma coleção» (*Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército*, Capítulo VII, Artigo 40.º, Alínea 1).

Depósito voluntário: «O depósito de bens culturais militares classificados com valor histórico-militar só pode ser efectuado em museus militares, em museus da Rede Portuguesa de Museus ou em museus municipais, sendo objecto de protocolo específico, entre a DHCM e o museu em que se efectua o depósito. O depósito voluntário pode ocorrer por interesse da DHCM ou do museu detentor da peça museológica ou de museu dentre os mencionados no número anterior, sendo passível de renovação por igual período desde que assim o entendam ambas as partes» (NGMCVE, Capítulo VII, Artigo 41.º, Alínea 1 e 2). Neste caso específico, verifica-se que o depositante pode ser remunerado, excepcionalmente, sendo que a remuneração deve consistir na obrigação de conservar ou restaurar o bem cultural (*Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército*, Capítulo VII, Artigo 48.º).

Depósito de bens museológicos de um museu militar ou de U/E/O: «Um museu militar ou uma U/E/O poderão aceitar depósitos de coleções, que outro museu militar ou outra U/E/O do Exército queiram confiar à sua guarda, desde que as referidas coleções se

identifiquem com as temáticas já existentes» (*Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*, Capítulo VII, Artigo 42.º, Alínea 1).

Depósito de peças provenientes de organismos públicos ou entidades não militares: «Um museu militar poderá aceitar depósitos de colecções, que organismos públicos ou entidades não militares queiram confiar à sua guarda, desde que as referidas colecções se identifiquem com as temáticas já existentes» (*Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*, Capítulo VII, Artigo 43.º, Alínea 1).

Depósito e peça pertencente a um museu militar ou a uma U/E/O em organismo ou entidade não militar: «Um museu militar ou uma U/E/O poderão depositar, a título excepcional, peças museológicas em organismos ou entidades não militares, desde que as suas colecções se identifiquem com as temáticas existentes nesses locais e contribua para a divulgação e o conhecimento sobre a temática museológica militar» (*Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*, Capítulo VII, Artigo 44.º, Alínea 1).

Independentemente da modalidade de depósito é sempre necessário oficializar o pedido de depósito, com uma proposta fundamentada, através de um formulário (anexo F das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*). Após informação positiva do Director do museu militar, a solicitação é reenviada para a Repartição de Património da DHCM, sendo que o Chefe da Repartição referida elabora também uma informação e, por último vai a despacho ao Director da DHCM. Após autorização do depósito é emitido um *Certificado do Depósito* (anexo G das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*), que descreve as condições do depósito e menciona os principais problemas de conservação e danos, sendo assinado por ambas as partes, em duplicado revertendo um exemplar para cada uma delas. Também é referido o período de permanência do depósito (o período de tempo é flexível consoante o caso e, pode ser renovado por igual período desde que assim o entendam ambas as partes).

Todos os depósitos devem ser devidamente registados com um número individualizado e uma ficha de inventário.

Linhas orientadoras

O depósito é definido pelo Código Civil Português (Capítulo XI, Secção I, Artigo 1185.º) como «o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra uma coisa, móvel ou imóvel, para que a guarde, e a restitua quando for exigida». O depósito caracteriza-se pela sua natureza gratuita, sendo que as despesas devem ficar a cargo do depositante (Código Civil Português, Capítulo XI, Secção I, Artigo 1196.º) e por um período de tempo alargado.

O depósito só deve ser realizado com objectos provenientes de instituições similares, sem fins lucrativos, e a sua materialização só deve efectuar-se após a assinatura de um contrato escrito.

Apenas se deve recorrer ao depósito quando o museu não reunir as condições humanas, técnicas ou financeiras para conservar determinado artefacto do seu acervo. Na posição de depositária a instituição deve considerar as seguintes condições: as peças a depositar não podem constituir um perigo para a saúde pública e para o estado de conservação das colecções existentes na instituição; o museu tem que possuir as condições humanas, financeiras e técnicas para guardar convenientemente os objectos; e o depósito das peças não coloque em causa o normal funcionamento da instituição depositária.

O museu deve documentar todos os depósitos que realiza. Isto implica a abertura de um processo individual para cada objecto que é depositado. Este processo deve conter, normalmente, uma cópia do contrato, data de entrada, proveniência, documento comprovativo da recepção, a descrição pormenorizada da peça, a sua condição e o seu valor.

3.6 Documentação

Diagnóstico

As Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército (Capítulo II, Artigo 11.º), no âmbito da documentação, fazem referência ao inventário, mais especificamente ao número de inventário e aos elementos que devem constar na ficha de inventário, ressaltando que embora o inventário possa estar informatizado não se dispensa a existência do livro de tombo, numerado sequencialmente e rubricado pelo director do museu.

Antes da entrada de um objecto num dos museus militares não existe, normalmente, um processo de recolha de informação sobre o objecto. Contudo, recentemente, no caso do Museu Militar de Elvas existiu esta etapa que visou a procura e selecção de objectos ou colecções que melhor se enquadrassem nos seus objectivos.

Verifica-se nos museus militares várias situações em que os objectos não possuem um documento comprovativo da sua entrada no museu. Também não existe a prática do registo diário das entradas. Assim, os objectos, muitas vezes, não são marcados, provisoriamente, com um número de entrada. Observam-se objectos sem qualquer número associado, sendo que muitas vezes apenas quando são inventariados e que lhes é associado um número (há

casos em que embora já exista um número de inventário atribuído, ainda não se procedeu à sua marcação).

As Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército (Capítulo II. Artigo 11.º, Alínea 1) referem a propósito do inventário museológico que,

A identificação e individualização dos bens culturais, integra a respectiva documentação de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características, estrutura-se de forma a não prejudicar a compatibilização com o inventário geral do património do Exército e engloba a relação exhaustiva dos bens culturais que constituem o acervo atribuído ao museu militar, independentemente da modalidade de incorporação.

As normas referidas (Capítulo II. Artigo 11.º, Alínea 3) definem, ainda, que todos os objectos incorporados nos museus militares têm que ter associado um número de inventário sequencial, único e intransmissível, que deve ser precedido por uma abreviatura caracterizadora do respectivo museu: MMA (Museu Militar dos Açores); MMBrgç (Museu Militar de Bragança); MMBuç (Museu Militar do Buçaco); MMC (Museu Militar de Coimbra); MME (Museu Militar de Elvas); MM (Museu Militar de Lisboa); MMM (Museu Militar da Madeira); MMP (Museu Militar do Porto)³⁴. A realidade observada nos museus militares, no que concerne ao formato do número de inventário é muito variado, como se verifica no apêndice F. As técnicas de marcação variam (ver Figura n.º 23) e, em alguns casos o número de inventário foi marcado de forma irreversível.



Figura 23 – (Esquerda) Fotografia do pormenor de uma marcação, feita com caneta, directamente sobre a superfície da medalha e sem utilização de um filtro protector. (Direita) Fotografia do pormenor de uma baioneta marcada com uma etiqueta presa por um fio de arame.

³⁴ Depois de analisada esta listagem foi sugerido, no âmbito da presente investigação, e aceite pela DHCM que: a abreviatura do Museu Militar de Lisboa passasse de MM para MML; alertou-se para o facto do Museu Militar do Buçaco não fazer inventário pois o responsável pelo acervo é o Museu Militar de Lisboa e, assim o acervo do Museu Militar do Buçaco deve assumir as iniciais MML; e finalmente dado que se retira o Museu Militar do Buçaco da listagem, o Museu Militar de Bragança deve assumir a abreviatura MMB.

Para a documentação informatizada das colecções os museus militares utilizaram, até meados de 2011, bases de dados provenientes de aplicações informáticas diferentes e com campos de preenchimento também desiguais. No caso dos Museus Militares dos Açores e da Madeira utilizavam bases de dados criadas através do editor de textos *Microsoft Office Word*. Os Museus Militares de Bragança e de Elvas utilizavam bases de dados criadas através do *Microsoft Office Excel*. O Museu Militar de Lisboa utilizava a aplicação informática *Inarte Plus* (criada pela empresa *Sistemas do Futuro*). E, por último o Museu Militar do Porto utilizava a aplicação informática DocBase aplicada aos museus.

Linhas orientadoras

Os museus são responsáveis pelos objectos que constituem o seu acervo, mas também devem assegurar que a informação sobre eles é reunida, preservada e aumentada. Um objecto dissociado da documentação respectiva perde grande parte da sua identidade e do seu valor, cultural e financeiro (MATASSA, 2011: 67).

Nesta perspectiva, a documentação é a informação reunida, registada e preservada sobre os objectos que constituem os acervos dos museus, sendo fundamental para a gestão das colecções (sobre o conceito de documentação ver Parte II, Capítulo I, do presente relatório).

A Lei Quadro dos Museus (Secção IV) estabelece como uma das funções museológicas o dever de inventariar e documentar as colecções, sendo que no artigo 25.º define que «O inventário museológico deve ser complementado por registos subsequentes que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processamento e a actividade do museu». No caso específico do Código Deontológico do ICOM, relativamente à acção de documentação das colecções, esclarece, no ponto 2.20, que,

Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a identificação e a descrição completa de cada item, dos elementos a ele associados, de sua procedência, de seu estado de conservação, dos tratamentos a que já foram submetidos e de sua localização. Estes dados devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais do museu e outros usuários autorizados.

Na perspectiva de vários autores (MATASSA, 2011; CARRETERO PÉREZ, *et al*, 1996; BUCK e GILMORE, 1998) o museu deve manter, no mínimo, a seguinte informação sobre os seus objectos:

- O que é o objecto (denominação ou descrição);
- Onde veio (proveniência ou história);
- Como deve ser cuidado (materiais, manuseamento, acondicionamento em reserva e exposição, condições ambientais mais indicadas, entre outros);
- Localização (saber a sua localização, em qualquer altura).

A informação sobre os objectos contribui para melhor se conhecer a sua natureza e, desta forma ser possível criar relações entre os objectos, classificações e colecções. Apenas através da conjugação destes dados é possível enriquecer a experiência dos visitantes.

A informação resultante da documentação das colecções deve ser registada de forma objectiva e para a posteridade, devendo desta forma evitar-se que seja apenas do conhecimento individual de um dos membros da equipa.

O plano de documentação deve estar em consonância com a legislação interna, nacional e internacional. No caso específico das directrizes para a documentação das colecções museológicas deve-se procurar adaptar as normas nacionais, mais especificamente as publicadas do Instituto dos Museus e Conservação - «Normas de Inventário Gerais de Artes Plásticas e Decorativas» e, dentro desta colecção as normas específicas para as colecções de pintura, escultura, espólio documental, mobiliário, cerâmica, têxteis, arqueologia, ciência e técnica, e instrumentos musicais³⁵. No que respeita a directrizes internacionais é de suma importância consultar as recomendações normativas emanadas pelo ICOM, mais especificamente pelo International Committee for Documentation (CIDOC) – a ISSO 21127:2006 ou CIDOC CRM, ou ainda as emanadas pela Museum Documentation Association (MDA) – SPECTRUM.

O plano de documentação deve ser articulado com a informatização do inventário e dos dados resultantes da gestão das colecções. Esta questão é referida por exemplo na Lei Quadro dos Museus Portugueses (Capítulo II, Secção IV, Artigo 17.º, Alínea 2): «O número de registo de inventário e a ficha de inventário museológico devem ser tratados informaticamente, podendo, porém, ter outro suporte enquanto o museu não disponha dos

³⁵ Disponíveis para download (excepto as normas de ciência e técnica, ourivesaria e instrumentos musicais) no sítio Web do IMC, <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx> [Consultado em 15-09-2011 às 10.52].

meios necessários à respectiva informatização». Contudo, esta abordagem prende-se essencialmente com a informatização do inventário e, actualmente existem aplicações informáticas que permitem o registo integral de todos os processos de documentação dos artefactos.

A documentação dos bens culturais móveis pode ser dividida em três fases: a documentação inicial (relativa ao momento de pré-entrada, entrada e incorporação do objecto no acervo do museu), a documentação individual (inventário do objecto) e a documentação de controlo (registo de todas as acções relativas à gestão do objecto, tais como a conservação, integração em exposições, referência em catálogos, etc.).

Desta forma, na generalidade, a documentação dos objectos deve estar associada aos seguintes momentos:

Pré-entrada

A documentação do objecto deve ter início antes da sua entrada efectiva no museu. Independentemente da modalidade de entrada deve ser recolhido no local de proveniência e junto de *informantes privilegiados* (no que respeita ao conhecimento do objecto/colecções), toda a informação (registo do historial da peça, fotografias, bibliografia, registo oral) que possa ajudar a identificar o objecto e a sua história.

Entrada

A recepção do objecto refere-se ao momento de entrada do artefacto no museu, mas não implica necessariamente a sua incorporação, como refere Stuart Holm (1991: 8),

Entry documentation is the logging of every item which is left in the care of the museum. It should be applied to all potential gifts or purchases, loans for exhibition or study, items to be identified, etc., even if they will only remain in the museum for a short time.

A recepção deve ser atestada através da emissão de um recibo de entrega (que deve ter o registo da data de entrada, denominação ou descrição do objecto e os nomes e assinaturas dos responsáveis pela entrega e recepção do objecto).

Registo manual

Os objectos devem ser registados num livro que pode ser denominado, por exemplo, por *Livro de Dia* onde se procede ao registo, diário, dos objectos que dão entrada no museu.

Os objectos podem entrar no museu com diferentes propósitos. Uma das possibilidades é a situação de empréstimo para uma exposição temporária, um depósito ou,

ainda para identificação. Uma outra possibilidade é a incorporação nas colecções que constituem o acervo do museu (esta possibilidade deve ser sempre alvo de uma reflexão sobre a sua pertinência e nunca se devem aceitar todos os objectos/colecções que chegam ao museu com o propósito de integrar o acervo). Se o objecto for incorporado nas colecções então deve-se proceder ao seu registo no *Livro Geral de Inventário* ou *Livro do Tombo*, onde deve constar, de uma forma geral, a seguinte informação: número de tombo; data; identificação do objecto (designação ou descrição); modalidade de incorporação; localização inicial; proveniência; observações; nome legível dos responsáveis pela recepção do objecto.

No caso em que os objectos saem do museu (por diversas razões, tais como não terem sido aceites para incorporação, fim de período de depósito, entre outros) devem ser registados no *Livro de Saídas* que, de uma maneira geral, deve ter a seguinte informação: número (de inventário, de depósito, de empréstimo ou de entrada); identificação (designação ou descrição); motivo de saída; data da devolução; nome legível do funcionário responsável pela remoção; a entidade receptora; nome legível do funcionário responsável pela recepção.

Todos os livros para documentação dos objectos devem ser preenchidos manualmente, cosidos e com termo de abertura, bem como as folhas devem ser numeradas de forma sequencial e rubricadas pelo responsável das colecções (ou o director do museu).

Inventário

A Lei Quadro dos Museus Portugueses (Secção IV, Artigo 15.º, Alínea 1) refere que «Os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objecto de elaboração do correspondente inventário museológico». Sendo definido inventário museológico como a,

Relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação. O inventário museológico visa a identificação e individualização de cada bem cultural e integra a respectiva documentação de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características (Lei Quadro dos Museus Portugueses, Secção IV, Artigo 16.º, Alíneas 1 e 2).

O inventário museológico é individual para cada objecto e, compreende, obrigatoriamente, um número de inventário (único e intransmissível, devendo ser imediatamente marcado no objecto de forma reversível) e uma ficha de inventário (que, normalmente, se encontra informatizada) com elementos que variam consoante o museu e a especificidade das colecções. De uma forma geral, a ficha de inventário deve conter os seguintes elementos: número de inventário; nome da instituição; denominação ou título; autoria (quando aplicável); datação; material, meio e suporte (quando aplicável); dimensões;

descrição; localização; historial; modalidade de incorporação; data de incorporação (Lei Quadro dos Museus Portugueses, Secção IV, Artigo 19.º, Alíneas 2). Ressalva-se que ao inventário deve ser, sempre, associada a fotografia ou o desenho do objecto e, se necessário dos pormenores.

A utilização de uma base de dados necessita de um esforço de normalização de procedimentos porque por muito eficaz que seja a aplicação informática, se a introdução de dados pelos utilizadores não for coerente, dificilmente se conseguirá gerir de uma forma válida a informação registada. Assim, para além do manual do utilizador (normalmente disponibilizado pela empresa que cria a aplicação informática), a equipa deve elaborar um *Manual de Procedimentos*, que se assume como a principal ferramenta para a definição de conceitos e normalização de procedimentos de introdução de dados e de utilização da aplicação informática. O manual referido deve ser revisto e actualizado com regularidade.

Cópias de segurança

Os dados electrónicos que serão produzidos no âmbito da documentação das colecções, devido à sua natureza, são vulneráveis à perda ou danificação resultante de falhas no *software* ou no *hardware*. Devem ser feitas cópias de segurança (*backup*) dos dados de forma correcta e regular, para que se acontecer a destruição de informação digital relevante, possa sempre existir uma cópia actualizada e disponível. As informações sobre os procedimentos de *backups* e de recuperação devem ser totalmente documentados de forma a que, mesmo que as equipas mudem, estes procedimentos sejam facilmente compreendidos e executados.

Os procedimentos de recuperação da informação devem ser testados, regularmente, de forma a garantir que os dados possam ser recuperados com sucesso e que os *backups* se mantenham compatíveis com a tecnologia em mudança.

Os *backups* devem ser guardados fora do museu (ou instituição onde se encontra o *servidor*), de forma a localizarem-se noutro local que não o da instituição onde está armazenada a base de dados, precavendo assim situações de roubo, incêndio, inundação, entre outros.

Todas estas componentes da documentação devem ser muito bem definidas tanto ao nível das políticas como dos procedimentos, bem como devem ser executadas por um departamento específico ou, no caso dos museus mais pequenos, pela figura do *registrar* (termo original reconhecido internacionalmente),

Registrars are usually specialists in the areas of information management, risk management, and logistics. The primary concerns of registrars are creating and maintaining accurate records pertaining to objects, including those documents that provide legal protection for the museum; ensuring the safety of objects; arranging insurance coverage for objects; and handling, transporting, and control of objects. (CASE, 1988: 229).

O *registrar* consiste no responsável pela gestão e documentação das colecções museológicas que deverá estar encarregue das seguintes acções: controlar e registar as entradas e saídas de objectos do museu; inventariar e marcar os objectos; gerir as reservas; por último, tratar do acondicionamento, embalagem/desembalagem e transporte dos objectos.

A partir do momento em que colecções estão devidamente documentadas e correctamente geridas é possível iniciar o processo de estudo e investigação. O registo dos objectos, nomeadamente a sua identificação, funciona como plataforma para as futuras investigações (VEGA MARTINEZ, 2011: 5). Neste contexto, o museu deve criar políticas e procedimentos para normalizar as suas actividades de investigação e proteger a propriedade intelectual.

A análise formal dos artefactos e o estudo da natureza das colecções permite: a concepção de novas exposições; a elaboração de catálogos; a autenticação dos objectos (valor cultural, artístico, científico, histórico, entre outros); a conservação dos objectos (nas modalidades de conservação preventiva, conservação curativa e o restauro); entre outros.

Tendo em conta que os museus são «the treasure-houses of the human race. They store the memories of the world's peoples, their cultures, their dreams and their hopes» (AMBROSE e PAINE, 1993: 6) a correcta gestão e documentação das colecções torna-se crucial para preservar e conhecer a própria raça humana.

Após o diagnóstico do modelo de gestão e documentação das colecções dos seis museus militares na dependência da DHCM, é apresentado no apêndice H um contributo para a elaboração de um *Manual de gestão das colecções do Museu Militar do Porto*. Tendo em conta que embora o modelo de gestão e documentação das colecções seja idêntico aos seis museus militares, este documento tem que ser elaborado individualmente por cada museu militar. Este facto prende-se com as características individuais de cada museu militar, tais como a missão (que deve ser individual), as instalações, a comunidade onde se inserem, a natureza das colecções, entre outros. Na sequência do que foi dito optou-se por elaborar, como projecto prático deste relatório final, o manual anteriormente referido para o Museu Militar do Porto por ser a realidade melhor conhecida consequência da experiência

profissional nesta entidade museológica. A estrutura do *Manual de gestão das colecções do Museu Militar do Porto* é apresentada no próprio manual. Ressalva-se que as fontes utilizadas para elaboração do manual referido estão incluídas nas referências bibliográficas do presente relatório.

Considerações finais

Foi objectivo desta *Trabalho de Projecto* fazer uma ponte entre a realidade museológica militar, mais particularmente no âmbito do Exército, e a comunidade museológica civil. Tendo em conta, que estas instituições museológicas, de cariz militar, são *sui generis* não só no panorama museológico português, como a nível internacional. Para finalizar o presente trabalho, caberá apresentar um breve conjunto de considerações finais relativamente ao assunto estudado. Assim e a saber:

1. O significado de *museu militar* não se encontra definido com clareza, sendo que se incluem neste conceito um grande número de instituições extremamente diversificadas relativamente à missão, tipologia de tutela (militar/civil, públicos/não públicos), natureza das colecções, processos de criação e afirmação, edifícios onde se encontram instalados, recursos humanos, recursos financeiros e localização, e comunidades onde se inserem. Em Portugal, em 2008, a DHCM de forma a colmatar esta ausência de definição propôs uma definição de *museu militar* e de *colecção visitável militar* nas *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*.

2. As colecções que constituem os acervos dos museus militares na dependência da DHCM são consequência do processo histórico de criação (sendo que em Portugal, a criação dos museus militares reflecte a tendência europeia, embora sempre condicionada com os contextos políticos, sociais, económico, cultural de cada época). Os acervos destes museus destacam-se, no panorama museológico, pela especificidade das suas colecções heterogéneas que incluem objectos originais, réplicas e maquetas que se relacionam com factos históricos mais ou menos marcantes. São, na sua maior parte, objectos funcionais que estiveram em uso na sua época, tais como armas e munições, falerística, instrumentos musicais, traje militar, viaturas militares, equipamento militar, instrumentos científicos, entre outros, que reflectem diferentes níveis dos seus contextos. Em menor percentagem registam-se nas colecções artefactos do âmbito da pintura, da escultura, da fotografia, da gravura, do desenho, que têm em comum a representação de temáticas e a história militar. Estas colecções provenientes na sua maior parte de transferências de Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército ou de doações de militares ou de seus familiares, não são documentos neutros, pois foram seleccionados a partir de um leque vasto de escolhas possíveis e por isso foram condicionados pelos colectores respectivos (independentemente da modalidade de incorporação) ou

profissionais dos museus que agiram de acordo com o seu contexto histórico, político e ideológico.

3. Os museus militares na dependência da DHCM apresentaram ao longo dos anos vários problemas relacionados com a gestão e documentação do acervo: a missão é redutora e comum para todos os museus militares; a documentação das colecções é muitas vezes inexistente e fragmentada; nunca foram criadas e implementadas políticas de incorporação; não existe o inventário sumário de todos os objectos que constituem o acervo de cada museu militar. Na actualidade, foi possível observar que a criação e implementação das *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*, bem como a aquisição de uma aplicação informática que permite a gestão integrada e normalizada dos acervos dos museus militares, permitiu introduzir padrões de rigor e de qualidade no modelo de gestão das colecções. Contudo, observam-se ainda algumas limitações nas práticas destes museus que se prendem com vários factores, como por exemplo: a falta de recursos humanos qualificados; a constante mudança das equipas dos museus; recursos financeiros disponíveis exíguos para a gestão das colecções e a localização dos museus em edifícios de grande relevância histórica mas que se tornam pouco adequados para o controlo ambiental, de segurança ou mesmo para instalar serviços administrativos, reservas, serviços educativos, entre outros espaços essenciais ao cumprimento das funções museológicas.

Na perspectiva do que foi dito urge definir, no ramo do Exército, quais as entidades que reúnem condições de museu ou de colecção visitável, tendo em conta a *Lei Quadro dos Museus Portugueses* e as *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*. Só desta forma será possível implementar um modelo para a gestão e documentação de todos os bens culturais móveis do Exército português, localizados em museus militares ou outras Unidades/Estabelecimentos/Órgãos. A aplicação deste modelo passa pela elaboração e aplicação de um *Manual de Gestão das Colecções* adaptado à realidade de cada instituição, e que permitirá ao Exército identificar e localizar todos os objectos museológicos incluídos no seu património.

A importância dos museus militares estudados e das suas colecções prende-se com a sua responsabilidade social, actuando como mediadores entre o Exército e a sociedade civil, com o compromisso de investigar e celebrar a memória da instituição e dos testemunhos materiais e imateriais da história militar, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e dos níveis de literacia na área da *Defesa Nacional*.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Caetano, 1910 – “Centenario da Batalha do Bussaco”. *Revista «O Occidente»*. Lisboa: Typ. do Annuario Commercial, 33.º Anno, XXXIII volume 30, número 1143, 30 de Setembro, p. 218-219.

ALBUQUERQUE, Luís Paulo Sodré, 2010 – “O Museu Militar do Buçaco e a memória da Batalha” in COELHO, Adelino de Matos (coordenador) – *Museu Militar do Buçaco: edição comemorativa do centenário (1910-2010)*. Lisboa: Direcção de História e Cultura Militar, pp. 17-30.

ALEXANDER, Edward Porter e ALEXANDER, Mary, 2008 - *Museums in motion – an introduction to the history and functions of museums*. Second Edition. Plymouth: AltaMira Press.

ALMEIDA, Ferrand d', 1996 – Museu Militar de Lisboa. Lisboa: Museu Militar de Lisboa / Estado Maior do Exército.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis, 1999 – *Museología y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

AMBROSE, Timothy e PAINE, Crispin, 1993 – *Museums basics*. London: International Council of Museums.

American Association of Museums, 1978 – *Museum ethics*. Washington, DC: American Association of Museums.

ANDERSON, Gail (editor), 2000 – *Museum mission statements: building a distinct identity*. Washington: American Mission Statements.

ANDRE, Jean-Patrick; AUBAGNAC, Gilles; BARON, Cristina; CHAMPEAUX, Antoine, GRAGEZ, Carole; REBIÈRE, Jacques; e RICCIOLI, Jean Louis, 2004 – *Patrimoine et collections liées aux activités militaires: pourquoi et pour quels aménagements du territoire*. Lyon: Fage Editions.

ANTUNES, Luís Manuel Loyo Pequito, 2002 – *Museus e documentação: entre a teoria e a prática – uma abordagem da realidade portuguesa (1910/1980)*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património orientada pelo Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia e

apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Texto policopiado.

Anuários do Museu Militar de Lisboa dos anos de 2006, 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 2000, 1999 e 1998 [Disponível no Arquivo Documental do Museu Militar de Lisboa, Lisboa, Portugal].

ARTUR, Ribeiro, 1910 – “O Museu do Exército”. *O Ocidente – Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 33.º volume, n.º 1119, p. 21-22.

AZEREDO, Carlos de, 1984 - *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*. Porto: Museu Militar do Porto.

BARATA, Manuel Themudo, 2004 – “Ensino militar: passos definitivos em Portugal e no Brasil” in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (direcção) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 422-429.

BARROCA, Mário Jorge, 1997 – “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do espaço de habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)”. *Revista da História das Ideias*. Universidade de Coimbra: Instituto da História e Teoria das Ideias, volume 19, p. 39-103.

BATCHELOR, Ray, 1994 – “Not looking at kettles” in PEARCE, Susan M. (edited) - *Interpreting objects and collections*. London: Routledge, pp. 139-143.

BENCATEL, Diana Ornellas e, FIGUEIRA, Geraldine Garcia, 2009 – *Boas práticas e plano de acção (2008 – 2011): os conteúdos digitais na Museums Galleries Scotland*. Relatório para avaliação final da unidade curricular Tecnologias da Informação e Comunicação em Museus da Especialização em Museologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

BRANDÃO, Zeferino, 1906 – *Catálogo do Museu de Artilharia*. 4.ª Edição. Lisboa: Tipografia «A Editora».

BRAVO JUEGA, Isabel, 1996 – *El sistema de documentación de Museos Militares del Ministerio de Defensa: el Museo del Ejército, modelo de actuación*. Tesis Doctoral presentada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid bajo la dirección del Dr. Don Luis Caballero Zoreda . Madrid: Ministerio de Defensa / Secretaría General Técnica.

BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, 1989 – “Cultura material” in Enciclopédia Einaudi. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, volume 16, p. 11-47.

BUCK, Rebecca A., e GILMORE, Jean Allman, 1998 - *The new museum registration methods*. Washington: American Association of Museums.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS / Rede de Museus de Cascais, 2006 – *Manual de Procedimentos – Sistema de Informação dos Museus de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. Manual de procedimentos da aplicação informática *Inarte Premium*. Texto policopiado.

CARITA, Rui, 1979 - *A espingarda e os uniformes: catálogo da 1ª Exposição do Museu Militar da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

CARRETERO PÉREZ, Andrés; CHINCHILA GÓMES, Marina ; BARRACA DE RAMOS, Pilar; ADELLAC MORENO, M. Dolores; PESQUERA VAQUERO, Isabel; ALQUÉZAR YÁÑEZ, Eva María, 1996 – *Normalizacion documental de museos: elementos para una aplicacion informática de gestion museográfica*. Madrid: Ministerio de Educacion y Cultura/ Direccion General de Bellas Artes y Bienes Culturales.

CASE, Mary (editor), 1988 – *Registrars on record – essays on Museum Collection Management*. Washington: American Association of Museums.

CASTELBRANCO, Eduardo Ernesto de, 1901 – *Catalogo das collecções do Museu de Artilharia feito pelo General Eduardo Ernesto de Castelbranco em 1901*. 2.ª Edição. Lisboa: Tipographia da Direcção Geral do Serviço de Artilharia.

CASTILLO IGLESIAS, Belén, 2006 – “Museo del ejército: las colecciones, formación y proyección”. *Revista de Museología*. Madrid: Asociación Española de Museólogos, n.º 37, p. 140-148.

Catalogo das colecções do Museu de Artilharia, 1897. Lisboa: Comando Geral da Artilharia.

Catálogo do Musêu da Artilharia, 1916. 7.ª Edição. Lisboa: Tipografia do Comércio.

Catálogo do Museu de Artilharia, 1910. 5.ª Edição. Lisboa: Tipografia Bayard.

Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia). 10.ª Edição. Lisboa: Tip. De «O Sport de Lisboa», 1930.

Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu de Artilharia)., 1927. 9.ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Chica Olmedo, Luis Miguel de la – “El Área de Documentación. Funciones de la documentación en el Museo del Ejército. Su importancia para el correcto funcionamiento de la institución”. *Revista «Ejército»*. Madrid: Ministerio de Defensa / Secretaría General Técnica, Junio, Año LXXI, n.º 831, p. 56 – 61.

CIDOC CRM: Official Version. Paris: ICOM, 2009.

CORREIA, Maria Teresa Rodrigues de Almeida, 2002 – *A génese de um museu: do Arsenal Real do Exército ao Museu de Artilharia*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património orientada pelo Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia e apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

DACIANO, Bertino, 1950 - “A casa Vitorino Ribeiro”. *Revista Civitas*. Porto.

Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções, 1979. Volume 1. Brasil: Larousse.

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO / Instituto Português de Museus; PINHO, Elsa Garrett; e FREITAS, Cunha, 1999 – *Normas Gerais. Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Coleção Normas de Inventário. Lisboa: Instituto Português de Museus.

EDSON, Gary e DEAN, David, 1994 – *The handbook for museums*. Londres: Routledge.

ELLIOT, R. *et al.*, 1994 – “Towards a material history methodology” in PEARCE, Susan M. (edited), 1994 - *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge, p. 109-124.

FAHY, Anne (edited), 1995 – *Collections management*. London: Routledge.

FLEMING, McClung, 1974 - “Artifact study: a proposed model” in SCHLERETH, Thomas J. – *Material culture studies in America, 1876 – 1976*. USA: Altamira Press, p. 162-173.

FRANÇA, José-Augusto, 1996 – *Museu Militar: pintura e escultura*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

GARCÍA BLANCO, Ángela, 1988 – *Didáctica del museo: el descubrimiento de los objetos*. Madrid: Ediciones de la Torre.

GEERTZ, Clifford, 1973 – *The interpretation of cultures*. USA: Basic Books.

GRANT, Alice, 1994 - *Spectrum: The UK Museum Documentation Standard*. Cambridge, Museum Documentation Association.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 2006 – “El discurso museológico en los museos militares: génesis, conceptualización y narrativa museológica”. *Revista de Museología*. Madrid: Asociación Española de Museólogos, n.º 37, p. 8-26.

HOLM, Stuart A., 1991 – *Facts & Artefacts: how to document a museum collection*. Reino Unido: Museum Documentation Association.

HUDSON, Kenneth, 1987 - *Museums of influence*. Cambridge: Cambridge University Press.

International Council of Museums, 2006 - *ICOM code of ethics for museums*. France: ICOM.

International Council of Museums, 2009 – Código Deontológico do ICOM para Museus.

JONES, Simon, 1996 – “Making Histories of Wars” in KAVANAGH, Gaynor (editor) – *Making Histories in Museums*. London: Leicester University Press, p. 152-162.

KIROUAC, André, 2009 – “The military museum as an advocate for peace”. *MAGAZINE*. UK: ICOMAM, Basilica Press, Issue 2, April, p. 22-23.

LADKIN, Nicola, 2004 – “Collections management” in International Council of Museums – *Running a museum: a practical handbook*. France: UNESCO.

LOUREIRO, Carlos Alberto Fernandes, 2006a – *As questões jurídicas relacionadas com as políticas de incorporação em museus*. Relatório para avaliação final da unidade curricular Gestão e Administração de Museus elaborado no âmbito da Pós-Graduação em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

LOUREIRO, Carlos Alberto Fernandes, 2006b – *Manual de gestão de colecções do Museu Parada Leitão*. Relatório para avaliação final do Estágio elaborado no âmbito da Pós-Graduação em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

LOUREIRO, Carlos Alberto Fernandes, 2008 – *Modelos de gestão de colecções em museus de ciências físicas e tecnológicas*. Dissertação de Mestrado em Museologia orientada pela Professora Doutora Alice Semedo e apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

LOUREIRO, Cristina Esteves Veludo, 1997 – *De Quinta do Prado do Bispo... a Museu Militar do Porto*. Relatório do Seminário em Património Artístico. Porto: Universidade Portucalense. Texto policopiado.

MACHADO, Patrícia Isabel Janarra, 2010 – *Relatório de estágio no Museu Militar de Elvas*. Relatório de Estágio conducente à obtenção do grau de Mestre em Museologia orientado pelo

Professor Doutor João Carlos Brigola e apresentado no VI Curso de Mestrado em Museologia do Departamento de História da Universidade de Évora. Texto policopiado.

MACHADO, R. (trad.), 1937 – *Damião de Góis: Lisboa de Quinhentos*. Lisboa: Livraria Avelar Machado.

MALARO, Marie, 1995 – “Collection management policies” in FAHY, Anne (edited) – *Collections management*. London: Routledge, p. 11-28.

MATASSA, Freda, 2011 – *Museum collections management*. London: Facet Publishing.

MEDINA, Susana, e MOTA, Albertina, s/d – *In Arte Premium . Conhecer e praticar*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto / Serviços de Documentação e Informação. Manual de procedimentos da aplicação informática *Inarte Premium*. Texto policopiado.

MILLER, Ronald, 1980 - *Personnel policies for museums: a handbook for management*. Washington: American Association of Museums.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 1995 – “O Exército e o registo da memória. As monografias das unidades”. *Actas do VI Colóquio «Portugal na História Militar»*. Ramos, Afonso & Moita, Lda, p. 1-15.

Museo Militar – Historia, Indumentaria, Armas, Sistemas de combate, Instituciones, organización del Ejército Español, 1883. Tomo I. Barcelona: Editorial de Evaristo Ullastres.

Museo Militar – Historia, Indumentaria, Armas, Sistemas de combate, Instituciones, organización del Ejército Español, 1884. Tomo II. Barcelona: Editorial de Evaristo Ullastres.

Museo Militar – Historia, Indumentaria, Armas, Sistemas de combate, Instituciones, organización del Ejército Español, 1886. Tomo III. Barcelona: Editorial de Evaristo Ullastres.

MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2010 – *Manual de Normas In arte Premium. Catalogação e informatização das colecções no âmbito do Museu Digital do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: Antropologia, Botânica, Física, Astronomia, Química e Medicina*. Coimbra: Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Manual de procedimentos da aplicação informática *Inarte Premium*. Texto policopiado.

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 1990 – *The Museums of the Armed Services*. London: HMSO.

Museums Association, 2008 – *Disposal Toolkit: guidelines for museums*. Disponível em <<http://www.museumsassociation.org/download?id=15852>> [consultado em 11-09-2011 às 18:29].

National Army Museum - *Annual Review: Spring 2008-Summer*. Disponível em <<http://www.nam.ac.uk/sites/default/files/review-2008-09.pdf>> [consultado em 13-07-2011 às 17:00].

NOGUEIRO, Maria Emília Pires, 2009 – *Museu Militar de Bragança : Fundação; Práticas Museológicas*. Dissertação de Mestrado em Museologia orientada pelo Professor Doutor Armando Coelho e apresentada no Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NORA, Pierre (dir.), 1997 - *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

PEARCE, Susan M., 1989 – “Museum studies in material culture: introduction” in PEARCE, Susan (edited) – *Museum Studies in Material Culture*. Leicester and London: Leicester University Press, p. 1-10.

PEARCE, Susan M., 1992 – *Museums objects and collections: a cultural study*. Leicester and London: Leicester University Press.

PEARCE, Susan M., 1994a - “Thinking about things” in PEARCE, Susan M. (edited) - *Interpreting objects and collections*. London: Routledge, p. 125-132.

PEARCE, Susan M., 1994b - “Museum objects” in PEARCE, Susan M. (edited) - *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge, p. 9-11.

PERNIA RAMÍREZ, Ana, 2006 – “Pasado, presente y futuro de los Museos Militares del Ejército de Tierra”. *Revista de Museología*. Madrid: Asociación Española de Museólogos, n.º 37, p. 30-32.

PRATA, Ana (2005) *Dicionário Jurídico*. 4ª ed. Coimbra, Livraria Almedina.

PROWN, Jules, 1994c – “Mind in matter: an introduction to material culture theory” in PEARCE, Susan M. (edited) - *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge, p. 133-138.

RAUCHENSTEINER, Manfred, 2000 – *Heeresgeschichtliches Museum Vienna*. Wien: Styria Verlag.

REID, William, 1997 – “El papel de los museos militares en la sociedad europea”. *MILITARIA – Revista de Cultura Militar*. Madrid: Universidad Complutense, n.º 9, p. 175-186.

RESENDES, Sérgio Alberto Fontes, 2010 - *O Museu Militar dos Açores e a Fortaleza Quinhentista de São Brás em Ponta Delgada*. Comunicação apresentada no VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/midias/arquivos/1770.pdf?PHPSESSID=jujplbgvu>> (consultado em 25-08-2011 às 12:40).

RIBEIRO, Emanuel, S/d - *Livro íntimo, O pintor Joaquim Vitorino Ribeiro: notas de arte e de amor*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.

ROBERTS, Andrew, 1988 - *Collections management for museums: proceedings of an International Conference*. Cambridge: Museum Documentation Association.

RODRIGUES, Francisco Amado, 2005 – *Uma nova rede de museus para o Exército Português*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia orientada pelo Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira e apresentada na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Texto policopiado.

RODRIGUES, Francisco Amado, 2011 – “O Exército nos trilhos do imaterial”. *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, n.º 9. p. 23-31.

Roteiro: Museus Militares, 1996. Desdobrável sobre os museus militares da Direcção de Documentação e História Militar do Exército Português.

SAGRAMOLA, Sílvio (coordenação), 2005 – *Conceito europeu de acessibilidade*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Sanchioli Sáez, Belén – “El Departamento de Documentación del Museo del Ejército”. *Revista «Ejército»*. Madrid: Ministerio de Defensa / Secretaría General Técnica, Junio, Año LXXI, n.º 831, p. 62 – 67.

SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos, 1970 – *Aspectos da museologia em Portugal no século XIX – Lisboa*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Museu Nacional de Arte Antiga.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coordenação), 2000 – *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Observatório das Actividades Culturais.

SEMEDO, Alice, 2005a – “Introdução” in SEMEDO, Alice e LOPES, João Teixeira (coordenação) – *Museus, Discursos e Representações*. Porto: edições Afrontamento, p. 13-26.

SEMEDO, Alice, 2005b – “Políticas de gestão de colecções – Parte 1”. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I série, volume IV, p. 305-322.

SEMEDO, Alice, 2008 – “Museus, educação e cidadania” in CADILHA, Sérgio, – *Actas [da] Conferência Museus e Sociedade*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, p. 27-35.

SERRA, Filipe Mascarenhas, 2007 – *Práticas de Gestão nos Museus Portugueses*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

SOARES, Eduardo Martins, 1973 – *Catálogo: Sala de Armas no Porto*. Porto: Região Militar do Porto.

TEIXEIRA, Mariana Jacob, 2011 – “Museu Militar do Porto – Balanço da candidatura à credenciação”. *Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*. 2008 – 2010. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, n.º 9, p. 111-117.

VEGA MARTINEZ, Lucy, 2011 – “La documentación de colecciones y el logro de un sistema de calidad en las organizaciones culturales”. *PATRIMONIUM*. Abril/Octubre. Disponível em <<http://www.patrimonium.com.ec/Banner/1.pdf>> [consultado em 25-09-2011 às 13:18].

VITORINO, Emanuel, 1947 – Carta enviada à Câmara Municipal do Porto [Disponível nas Reservas da Câmara Municipal do Porto].

WARE, Michael, 1988 – *Museum collecting policies and loan agreements*. West Sussex: Association of Independent Museums.

WOOD, Stephen, 1986 – “«Too serious a business to be left to military men»: a personal view of the military museum’s role today”. *Museum*. Paris: UNESCO, volume XXXVIII, n.º 1, p. 20-26.

Documentos legislativos e judiciais

Canadian Forces Base Petawawa Military Museum – Collections Management Policies & Procedures. Disponível em <<http://www.petawawamuseums.ca/admin/researchpolicy.pdf>> [consultado em 25-09-2011 às 15:49].

Circular da Direcção de História e Cultura Militar N.º 3, de 2008

Código Civil Português (Actualizado até à Lei 59/99, de 30/06). Disponível em <<http://www.confap.pt/docs/codcivil.PDF>> [consultado em 11-09-2011 às 20:08].

Decreto do Ministério da Guerra n.º 12161/26, de 21 de Agosto. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º 10, I Série, de 21 de Agosto de 1926, p. 522-569.

Decreto Geral n.º 296 de 10 de Dezembro de 1851.

Decreto N.º 18/2010. Diário da República, I.ª série, n.º 250, de 2010-12-28.

Decreto Régio de 24 de Outubro de 1853. Regulamento para o Arsenal do Exército, 1853. Lisboa: Imprensa Nacional.

Decreto-Lei do Conselho da Revolução n.º 242/77, de 8 de Junho. Diário da República n.º 133, Suplemento, Série I de 1977-06-08.

Decreto-Lei n.º 50/93 de 26 de Fevereiro. Diário da República – I.ª Série-A n.º 48 – 26-02-1993, p. 822-827.

Decreto-Lei n.º 61/2006 de 21 de Março. Diário da República – I.ª Série-A n.º 57 – 21-03-2006, p. 2044-2050)

Despacho Conjunto Nº 457/2004. Diário da República – II.ª Série, n.º 177 de 29 de Julho de 2004, pp. 11438-11439.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 117/2010, de 08 de Junho.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 133/93, de 14 de Julho (Ordem do Exército N.º 7, I.ª Série, 14 de Julho de 1993, p. 376-377).

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 28/2009, de 12 de Fevereiro, estabelece as temáticas museológicas para os museus militares, na dependência da DHCM.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército nº 103/85, de 5 de Dezembro.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército nº 193/98. Ordem do Exército Nº 7, I Série, 1998, p. 209-210.

Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 66/86, de 7 de Agosto.

Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 12555/2006, de 24 de Maio. *Diário da República – II.ª Série* N.º 115 – 16-06-2006, p. 8737.

Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 72 de 1993. *Diário da República – II Série* N.º 163 – 14-07-1993, p. 7504.

Direcção de História e Cultura Militar, 2008 – Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis Militares. *Despacho do Chefe do Estado-maior do Exército* n.º 96/2008, de 22 de Abril.

Directiva da Direcção de História e Cultura Militar n.º 1/2010, de 18 de Janeiro.

Estado-maior do Exército Espanhol, 2006 - Instrucción General 03/06 – Sistema de Accion Cultural del ET, p. 9.

Imperial War Museum: Acquisition Policy. Disponível em <<http://www.iwm.org.uk/server/show/nav.607>> [consultado em 25-09-2011 às 10:09].

Lei N.º 47/2004, de 19 de Agosto – Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Ministério da Cultura Espanhol. Normas para a gestão das colecções dos museus. Disponível em <<http://www.mcu.es/museos/CE/Colecciones/index.html>> [consultado em 02-07-2011 às 10:42].

National Army Museum – Acquisition & Disposal Policy. Disponível em <<http://www.nam.ac.uk/about-us/schemes-policies-procedures>>. [consultado em 01-07-2011 às 17:20].

National Army Museum – Conditions of outward loan. Disponível em <<http://www.nam.ac.uk/about-us/schemes-policies-procedures>>. [consultado em 01-07-2011 às 17:20].

Ofício do Gabinete do Chefe do Estado-maior do Exército n.º 9360/2009, de 18 de Agosto.

Portaria do Ministério da Defesa Nacional n.º 106/87, de 16 de Fevereiro. *Diário da República* n.º.39 - I Série, de 16 de Fevereiro de 1987, p. 609-610.

Programa Museológico do Museu Militar de Elvas, 2010.

Regimento de Infantaria n.º 10. Ordem Regimental n.º 14. Quartel em Bragança, 14 de Janeiro de 1929.

Regimento de Infantaria N.º 10. Ordem Regimental n.º 292. Quartel em Bragança, 19 de Outubro de 1932.

Regulamento Interno do Museu Militar do Porto – Aprovado pelo Despacho do director da Direcção de História e Cultura Militar n.º 17/10, de 29 de Julho.

The National Army Museum, 1991 - Thesauri and Code Lists for Cataloguing Military Collections.

Anexo A – Autorização da realização do Trabalho de Projecto

Anexo B – Dados cedidos pelo Observatório das Actividades Culturais / Bdmuseus, dados de 31 de Dezembro de 2010.

Nome	Conselho	Tutela	Tipo	Museu sede
Museu das Tropas Pára-Quedistas	Vila Nova da Barquinha	Ministério da Defesa	Museu	
Museu Militar de Bragança	Bragança	Ministério da Defesa	Museu	
Museu do Ar	Sintra	Ministério da Defesa	Museu	
Núcleo de Alverca	Vila Franca de Xira	Ministério da Defesa	Núcleo	Museu do Ar
Sala Museu do Fuzileiro	Barreiro	Ministério da Defesa	Museu	
Museu Militar do Porto	Porto	Ministério da Defesa	Museu	
Núcleo Museológico do Castelo de Lindoso (Colecção de Armaria)	Ponte da Barca	Ministério da Defesa	Núcleo	Museu Militar do Porto
Centro de Apoio Social de Runa	Torres Vedras	Ministério da Defesa	Museu	
Museu da Escola Prática de Artilharia	Vendas Novas	Ministério da Defesa	Museu	
Museu de Marinha	Lisboa	Ministério da Defesa	Museu	
Fragata D. Fernando II e Glória	Lisboa	Ministério da Defesa	Núcleo	Museu de Marinha
Polo Museológico da Fábrica Nacional de Cordoaria	Lisboa	Ministério da Defesa	Núcleo	Museu de Marinha
Museu Militar de Lisboa	Lisboa	Ministério da Defesa	Museu	
Museu Militar do Buçaco	Mealhada	Ministério da Defesa	Núcleo	Museu Militar de Lisboa
Museu Militar de Coimbra	Coimbra	Ministério da Defesa	Museu	
Museu do Regimento de Infantaria nº14	Viseu	Ministério da Defesa	Museu	
Museu das Transmissões	Lisboa	Ministério da Defesa	Museu	
Museu do C.M.E.F.D.	Mafra	Ministério da Defesa	Museu	
Museu Militar da Madeira	Funchal	Ministério da Defesa	Museu	
Museu da Escola Prática de Infantaria	Mafra	Ministério da Defesa	Museu	
Museu da Cavalaria Tenente Coronel Cavalaria Salgueiro Maia	Santarém	Ministério da Defesa	Museu	
Museu Militar dos Açores	Ponta Delgada	Ministério da Defesa	Museu	
Miradouro - Núcleo Museológico	Ponta Delgada	Ministério da Defesa	Núcleo	Museu Militar dos Açores
Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas	Odivelas	Ministério da Defesa	Museu	
Museu do Regimento de Artilharia da Serra do Pilar	Vila Nova de Gaia	Ministério da Defesa	Museu	
Museu Colegial e Arquivo Histórico	Lisboa	Ministério da Defesa	Museu	
Museu da Academia Militar	Lisboa	Ministério da Defesa	Museu	
Museu dos Dragões	Braga	Ministério da Defesa	Museu	
Museu de Artilharia Antiaérea	Sintra	Ministério da Defesa	Museu	
Museu do Regimento de Lanceiros n.º2	Lisboa	Ministério da Defesa	Museu	
Museu das Viaturas Blindadas (Museu do Regimento de	Constância	Ministério da Defesa	Museu	

Cavalaria nº 4)				
Museu Militar de Elvas	Elvas	Ministério da Defesa	Museu	
Núcleo Museológico Militar do Castelo de Campo Maior	Campo Maior	Ministério da Cultura	Museu	
Museu Militar de Chaves	Chaves	Câmara Municipal	Museu	
Museu Militar do Baixo Alentejo	Beja	Câmara Municipal	Museu	
Museu Militar do Forte de Sta. Luzia	Elvas	Câmara Municipal	Museu	
Núcleo Museológico de História e Arquitectura Militares	Castelo de Vide	Câmara Municipal	Museu	
Museu Histórico-Militar	Almeida	Câmara Municipal	Museu	
Núcleo Museológico Militar do Castelo de Marvão	Marvão	Câmara Municipal	Núcleo	Museu Municipal de Marvão
Núcleo de Transmissões Militares	Palmela	Câmara Municipal	Núcleo	Museu Municipal de Palmela
Museu da Guerra Colonial	Vila Nova de Famalicão	Associação		
Palácio de São Lourenço	Funchal	Governo Regional		
Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota	Porto de Mós	Fundação		
Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra	Lisboa	Associação		
Museu Oferendas ao Soldado Desconhecido	Batalha	Fundação	Núcleo	Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra
Forte do Bom Sucesso	Lisboa	Fundação	Núcleo	Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Anexo C – Despacho N.º 28/CEME/2009 que atribui as temáticas aos museus militares

S.  R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO
VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
DIRECÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR

Car. Maj. Ped.
JK

PARA: VER DISTRIBUIÇÃO

Sua referência: _____ Nossa referência: _____
Nº 478/RAG, Proc. RAG de 19Fev09

ASSUNTO: **TEMÁTICAS MUSEOLÓGICAS PARA OS MUSEUS MILITARES**

Referências: Despacho Nº 28/CEME/2009, de 12Fev09

Sobre o assunto em epígrafe, encarrega-me o Exmº Major-general Director de junto enviar cópia do despacho em referência.

O Subdirector


Jorge Manuel Álvaro Conde Rendeiro
Cor INF

Lista de Distribuição:

Para:

- Arquivo Geral do Exército
- Arquivo Histórico Militar
- Biblioteca do Exército
- Museu Militar de Lisboa
- Museu Militar do Porto
- Museu Militar de Coimbra
- Museu Militar de Elvas
- Museu Militar de Bragança
- Museu Militar dos Açores
- Museu Militar da Madeira


MUSEU MILITAR DO PORTO

ENTRADA

Nº 128

EM 25/fev/09

PP *Don*



General Chefe do
Estado-Maior do Exército

DESPACHO N.º 28/CEME/2009

ASSUNTO: TEMÁTICAS MUSEOLÓGICAS PARA OS MUSEUS MILITARES

Considerando:

- a) A importância do papel do Exército, enquanto instituição detentora de bens culturais, no mundo contemporâneo, valorizando o seu património, designadamente através da investigação, conservação, exposição e divulgação, promovendo o acesso regular do público aos seus Museus;
- b) A riqueza e diversidade dos acervos dos Museus Militares, contemplando múltiplos domínios do espectro museológico, que permitem, em cada um deles e em regra, a formulação de um discurso expositivo coerente, facilitando a leitura dos correspondentes contextos museológicos, associados às noções de espaço, tempo e memória histórica;
- c) As vantagens da atribuição aos Museus Militares de temáticas de cariz nacional, fomentando a especialização de cada um, no respeito pelas Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército, o que favorece a investigação e torna possível o estabelecimento de parcerias, num relacionamento harmonioso com a comunidade científica, em geral;
- d) A inserção dos Museus Militares no ambiente natural e cultural das regiões e das comunidades onde estão implantados, podendo contribuir para projectos educativos, dinâmicos e interventivos, destinados a diferentes segmentos de público, conciliando os correspondentes interesses, expectativas e reflexões críticas, valorizando o papel da vertente regional no quadro da identidade nacional;



**General Chefe do
Estado-Maior do Exército**

Assim, determino o seguinte:

1. Os Museus Militares, no respeito pelas Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército, devem respeitar temáticas de cariz nacional, não repetidas nos Museus do Exército, podendo manter o relacionamento museológico com as histórias militares regionais ou locais.
2. As temáticas dos Museus Militares constam do quadro anexo ao presente Despacho, que dele é parte integrante.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2009.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho
General



General Chefe do
Estado-Maior do Exército

Anexo ao Despacho n.º 28/CEME/2009
(Temáticas museológicas para os Museus Militares)

Museu Militar	Temáticas
Bragança	- A Fortificação Medieval - Peças de armaria até ao sec XVIII - História Militar do Nordeste Transmontano - Invasões Francesas - Moçambique (Batalhão de Caçadores nº 3)
Porto	- O Exército Português no Mundo - As Revoluções Portuguesas - Porto Militar – Evocação dos principais acontecimentos político-militares de que o Porto foi palco, e que ditaram a História da Cidade e do País - A evolução do dispositivo militar no Campo de Batalha (coleção dos soldadinhos do Porto)
Coimbra	- A evolução do armamento ligeiro no Exército a partir do sec XVIII - História Militar de Coimbra
Buçaco	- Guerra Peninsular - Batalha do Buçaco
Lisboa	- O Exército, os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa; - Primeira Guerra Mundial - As Campanhas de África, no sec XIX e no sec XX - Evolução do armamento - Coleção de peças de Artilharia, em bronze, do sec XVI ao sec XIX - A Artilharia Portuguesa, espólio do antigo Arsenal do Exército
Elvas	- História do Serviço de Saúde do Exército - Viaturas do Exército - Hipomóveis e Arreios Militares no Exército - História da Fortificação de Elvas - Guerra do Ultramar Português
Madeira	- A Madeira no contexto da Expansão Portuguesa - História Militar da Madeira - Fortificações e infra-estruturas militares na Região
Açores	- 2ª Guerra Mundial - História Militar dos Açores - Fortificações e infra-estruturas militares na Região

Anexo E – *Thesaurus* de colecções militares

Anexo F - Declaração de missão do *National Army Museum*

«OUR VISION

To be the leading authority on the history of the British Army and a first class museum that moves, inspires challenges, educates and entertains.

OUR MISSION

To gather, maintain and make known the story of the British Army and its role and impact in world history. To provide a museum experience that meets the widest range of public need and connects the British public with its Army.

OUR CORE VALUES

Relevance, Insight, Quality, Enjoyment, Access, Learning.

OUR RELEVANCE

The British Army played a decisive role in the creation of the nation state of Great Britain, as we recognise it today. Our Army is not called the Royal Army (unlike the Royal Navy and Royal Air Force) because, after a historic struggle between Parliament and monarchy, the British Army has always been answerable to Parliament and the British people. If you live in Britain today, the actions of the British Army have affected the culture, traditions, government and laws of the society you live in, and, on a global scale, are continuing to do so today.

Well before the last battle was fought by our Army on British soil, British trade interests developed globally, first in India and the American colonies, and then, after the loss of America, across the rest of the world. Her global interests brought Britain into direct conflict with France, whose ideological revolution and the imperial ambitions of Napoleon threatened the peace and independence of much of Europe. Concerned to maintain a 'balance of power' among the nations of Europe so that her trade interests could continue uninterrupted, the British Army was instrumental in overcoming tyranny and establishing peace in the continent.

Later in the 19th century British trade interest inched into imperial design. With the Army, British culture, traditions, language and values were exported across the globe, and global influences were brought back to Britain.

As the world descended into two catastrophic world wars Britain and many of the countries associated politically, militarily or culturally with her fought for their shared values. Their victory in world war assured the independence of our own and many other nations. Wherever you are from, the actions of the British Army - and the many nations who have fought within it - have helped to shape the world we live in today.

Today, the British Army is operational in over 80 countries across the globe, and its actions continue to impact the world now and into the future.

YOUR VIEW

The National Army Museum presents historical fact. We know that many different people will interpret the information that we provide, both on our website and in the galleries, in different ways. We recognise that while many people in Britain and beyond will support some of the actions of the British Army in the past, today, and in the future, others will disagree with or condemn these actions. Our concern is to provide the facts that may help our users to form their own opinions, either through a visit to this website or to the Museum itself».

Apêndice A - Guião de recolha de dados aplicado na visita aos museus militares, na dependência da Direcção de História e Cultura Militar, entre Março e Maio de 2011.

MUSEU MILITAR D _____

FONTES - LISTA DE CONTACTOS

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO CONTRIBUTO NA RECOLHA DE DADOS

Nome	
Contactos:	
Telemóvel	
Endereço electrónico	
Funções que desempenha	
Período em que ingressou	
Tem qualificação académica?	☐ Sim ☐ Não ☐ Museologia Outra:

I – HISTÓRIA E VOCAÇÃO DO MUSEU

1. Designação

1.1. O Museu mudou de nome ao longo da sua existência?

2. Criação

2.1. Qual a data de criação do Museu? E qual o ano de abertura ao público?

2.2. Existe documento fundador? Qual é a origem e justificação da sua criação?

2.3. Quais os contextos (políticos, sociais, culturais) de criação do Museu?

3. Breve história do Museu

3.1. Qual o processo de estruturação como instituição museológica (principais etapas e personalidades envolvidas)?

3.2. O Museu tem Brasão de Armas?

4. Missão e objectivos

4.1. Qual é a missão do Museu?

4.2. Qual é o documento que especifica a missão actual?

4.3. Quais os objectivos do Museu a curto, médio e longo prazo?

5. Temáticas

5.1. As novas temáticas já se encontram implementadas?

5.2. A colecção do Museu coaduna-se com as novas temáticas ou é necessário incorporar acervo?

6. Tutela

6.1. Na actualidade o Museu está na dependência da Direcção de História e Cultura Militar. Sempre foi assim? Se não, quais as dependências ao longo do tempo.

7. Funcionamento

7.1. Existiram períodos em que o Museu tenha estado encerrado ao público?

7.2. O Museu está aberto todo o ano?

7.3. Relativamente ao funcionamento diário para o público, o Museu abre, normalmente, todo o dia?

7.4. Nos fins-de-semana, o Museu está aberto ao público em que períodos?

8. Relações com o exterior

8.1. O Museu é membro de:

- a) Rede Portuguesa de Museus;
- b) International Committee of Museums and Collections of Arms and Military History (ICOM - ICOMAM)?
- c) Rede social?
- d) Outros

8.2. Existe uma Associação de Amigos do Museu?

II – NATUREZA DAS COLECÇÕES

1. História das colecções

- 1.1. Quais os objectos que integraram a colecção primitiva do Museu?
- 1.2. Como estava organizada a primeira exposição permanente do Museu?

2. Colecções

- 2.1. Quais as colecções que integram o acervo do Museu?
- 2.2. Qual a tipologia de objectos?
- 2.3. Quais as proveniências?

III – INSTALAÇÕES

1. Edifício

- 1.1. As instalações que o museu ocupa são afectas à tutela?
- 1.2. Relativamente à permanência, as instalações que o Museu ocupa são definitivas?
- 1.3. Qual a data de construção do edifício?
- 1.4. As instalações nas quais o Museu se insere foram adaptadas para esse fim. Existiram obras de adaptação? Se sim, qual o ano de início e qual o ano de conclusão da obra?
- 1.5. O Museu ocupa o edifício:
 - Na totalidade
 - Parcialmente (neste caso, quais as outras funções ocupam também o edifício?)
- 1.6. Qual a área total ocupada pelo museu?
- 1.7. Quanto à distribuição espacial do Museu, para além do edifício-sede, o Museu distribui-se por outros núcleos? Se sim, quais?
- 1.8. A localização do edifício é a mais adequada à sua finalidade? Justifique.

2. Colecções

2.1. O acervo do Museu está localizado:

- Em edifício
- Ao ar livre
- Em edifício e ao ar livre

2.2. Analisar a distribuição das colecções pelos diferentes espaços:

A. ESPAÇOS PÚBLICOS	Existência		Colecções		Superfície (m ²)	Quantidade de objectos	Descrição das temáticas
	Sim	Não	Sim	Não			
Áreas de descanso							
Loja							
Recepção							
Restaurante / cafeteria							
Sanitários							
Vestiário							
Outros							

B. ESPAÇOS PÚBLICOS CONTROLADOS	Existência		Colecções		Superfície (m ²)	Quantidade de objectos	Descrição das temáticas
	Sim	Não	Sim	Não			
Auditório ou sala polivalente							
Biblioteca							
Locais de animação / sala de serviços educativos							
Sala de exposição permanente							
?							
Sala de exposição temporária							
?							
Outros							

C. ESPAÇOS DESTINADOS A ESPECIALISTAS E ESTUDANTES	Existência		Colecções		Superfície (m ²)	Quantidade de objectos	Descrição das temáticas
	Sim	Não	Sim	Não			
Centro de documentação			☐	☐			
Reservas visitáveis			☐	☐			
Outros			☐	☐			

D. ESPAÇOS PRIVADOS	Existência		Colecções		Superfície (m ²)	Quantidade de objectos	Descrição das temáticas
	Sim	Não	Sim	Não			
Armazém de embalagens							
Armazém de materiais para exposições							
Arquivo							
Câmara de expurgo							
Central de segurança							
Gabinete ?							
Gabinete do Director							
Gabinete do Subdirector							
Laboratório fotográfico							
Oficina de carpintaria e serralharia							
Oficina de restauro							
Reservas							
Sala de registo de entrada e saída de obras							
Sanitário							
Vestiários							
Outros							

IV - GESTÃO DAS COLECÇÕES MUSEOLÓGICAS

a) INCORPORAÇÃO

1. Modalidades de incorporação

1.1. As modalidades de incorporação definida pelas *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército* adequam-se à missão e contexto do Museu Militar da Madeira?

1.2. Qual a quantidade de objectos por modalidade de incorporação?

1.3. Qual a distribuição das modalidades de incorporação por anos?

1.4. Compra

1.4.1. Quais os objectos incorporados?

1.4.2. A que entidades/privados foram comprados?

1.5. Doação?

- 1.5.1.** Quais os objectos incorporados?
- 1.5.2.** Quais as personalidades que doaram objectos aos Museu Militar?
- 1.5.3.** Quando existe a vontade de se fazer uma doação é sempre aceite?
- 1.5.4.** Em relação às doações não aceites o Museu guarda informação sobre o doador?

1.6. Legado?

- 1.6.1.** Quais os objectos incorporados?
- 1.6.2.** Quais as personalidades atribuíram objectos, na forma de legado, ao Museu Militar?
- 1.6.3.** Houve alguma situação em que o museu não aceitou ser incluído no testamento como legatário por existirem objectos que não estavam em consonância com a missão do Museu?

1.7. Herança

- 1.7.1.** Quais os objectos incorporados?
- 1.7.2.** Quais as personalidades que instituíram o Museu Militar testamentário?

1.8. Recolha

- 1.8.1.** As recolhas foram realizadas na área geográfica em que o Museu está localizado?
 - Na sua totalidade?
 - Em grande parte?
 - Em pequena parte?
- 1.8.2.** Visto que a modalidade de recolha não se encontra prevista no direito civil português é da opinião que deva estar prevista nas *Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército*?

1.9. Achado

- 1.9.1.** Quais os objectos incorporados?
- 1.9.2.** As recolhas foram realizadas na área geográfica em que o Museu está localizado?

- Na sua totalidade?
- Em grande parte?
- Em pequena parte?

1.10. Transferência

1.10.1. Quais os objectos incorporados?

1.10.2. As transferências de objectos foram realizadas entre instituições sob a mesma tutela?

- Na sua totalidade?
- Em grande parte?
- Em pequena parte?

1.10.3. Quais as instituições que transferiram objectos para o Museu Militar?

1.11. Permuta

1.11.1. Quais os objectos incorporados?

1.11.2. A permuta de objectos foi realizada entre instituições sob a mesma tutela?

- Na sua totalidade?
- Em grande parte?
- Em pequena parte?

1.11.3. Quais os motivos que levaram à permuta de objectos?

1.11.4. Os objectos do Museu que entraram na troca existiam em duplicado?

1.11.5. No caso das permutas, existe algum tipo de parceiros pelo qual o museu tenha alguma predilecção? Quais são e porquê?

1.12. Preferência

1.12.1. Quais os objectos incorporados?

1.12.2. No caso do direito de preferência, existe algum tipo de parceiros pelo qual o museu tenha alguma predilecção? Quais e porquê?

1.13. Afectação Permanente

1.13.1. Quais os objectos incorporados?

1.13.2. Visto que esta modalidade não tem regime jurídico, qual é a interpretação que o Museu faz da mesma?

1.14. Dação em Pagamento

1.14.1. Quais os objectos incorporados?

2. Políticas e Procedimentos de Incorporação

2.1. O Museu Militar tem uma Política de Incorporações?

2.1.1. Se existe Política de Incorporação foi formulada:

- Pela DHCM?
- Pelo Museu e proposta para aprovação da DHCM?

2.1.2. Se existe Política de Incorporações é revista e actualizada de quanto em quanto tempo?

2.1.3. Se não tem uma Política de Incorporações qual é a justificação da opção?

2.2. Que tipo de condições e critérios o Museu definiu para que um objecto possa ser incorporado numa das suas colecções?

2.3. Quem fica responsável pelo transporte do objecto?

2.4. O Museu aceita adquirir réplicas?

2.4.1. Se sim, justifique a opção.

2.5. Que procedimentos gerais efectuem, em geral, no Museu sempre que pretendem adquirir um objecto para o seu acervo?

2.6. Quais os procedimentos específicos para as diferentes modalidades de incorporação?

3. Documentação da Incorporação

3.1. Durante o processo de aquisição é assinado algum contrato que formalize a aquisição do objecto de acordo com o método de incorporação?

3.2. Quando um objecto dá entrada no Museu, é emitido algum tipo de recibo?

3.3. No fim do processo de incorporação qual é o destino da documentação referente ao processo?

b) ALIENAÇÃO

1. Modalidades

1.1. Quais as modalidades que o Museu considera para alienar objectos?

- Alienação por transferência?
- Alienação por troca?
- Alienação por venda?
- Alienação por destruição?

1.2. Existe alguma ordem de preferência entre esses métodos?

1.2.1. Em caso de existir, pode indicar-me quais, justificando essa disposição preferencial?

1.3. Quantos objectos foram alienados por cada tipo de modalidade?

2. Políticas e Procedimentos

2.1. A decisão de alienar peças das colecções do Museu Militar tem por base que critérios?

2.2. Em termos de procedimentos gerais, como é que é feita a alienação?

2.3. Quais os procedimentos específicos para cada um dos métodos de alienação utilizados?

3. Documentação

3.1. Como é feita a documentação do processo de alienação?

3.2. No fim do processo de incorporação qual é o destino da documentação referente ao processo?

4. Roubo

4.1. Quantos casos de roubo se verificaram?

4.2. Quais as peças que foram furtadas?

4.3. Em caso de roubo de objectos do acervo do Museu, estão definidos procedimentos para fazer face a esta situação?

4.4. É efectuado algum tipo de documentação? Em caso de tal ocorrer, qual o processo?

5. Vandalismo

5.1. Quantos casos de vandalismo se verificaram?

5.2. Quais as peças que foram vandalizadas?

5.3. Em caso de vandalismo de algum objecto, o Museu definiu algum tipo de procedimento para fazer face a esta situação? Quais?

5.4. É efectuado algum tipo de documentação? Em caso de tal ocorrer, qual o processo?

6. Perda

6.1. Quantas peças foram consideradas perdidas?

6.2. Quando é que o Museu considera que um objecto está perdido?

6.3. Como procede o Museu caso se verifique um caso destes?

6.4. É efectuado algum tipo de documentação? Em caso de tal ocorrer, qual o processo?

c) EMPRÉSTIMOS

As Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército referem a possibilidade da aceitação da prática de empréstimos de objectos, tanto na condição de comodatário como de comodante (Capítulo VI). As Normas descrevem, ainda as políticas e procedimentos relacionados com a autorização da cedência temporária, o relatório de verificação, deslocação de peças para cedência temporária e seguros, bem como a documentação associada.

1. Empréstimos do Museu Militar da Madeira

1.1. Quais as peças que já estiveram na situação de empréstimos noutras instituições?

1.2. Quais são as instituições receptoras?

1.3. Quais os motivos que levaram ao empréstimo?

1.4. As políticas e procedimentos descritos nas Normas já foram praticados pelo Museu?

2. Empréstimos ao Museu Militar da Madeira

2.1. Quais as peças que já estiveram na situação de empréstimos no Museu Militar da Madeira?

2.2. Quais foram as instituições a quem o Museu Militar pediu objectos na situação de empréstimo?

2.3. Quais os motivos que levaram ao pedido de empréstimo?

2.4. As políticas e procedimentos descritos nas Normas já foram praticados pelo Museu?

d) DEPÓSITOS

As Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército referem a possibilidade da aceitação da prática de depósito de objectos, tanto na condição de depositário como de depositante (Capítulo VIII). As Normas enumeram as modalidades de depósito e descreve políticas e procedimentos respeitantes a cada uma das modalidades; políticas e procedimentos relativos a autorização de depósito, certificado de depósito, registo do depósito, remuneração do depósito e seguro, bem como a respectiva documentação associada.

1. O Museu Militar como depositário

- 1.1. Que objectos já estiveram em depósito no Museu Militar?
- 1.2. A que instituições/particulares pertenciam?
- 1.3. Quais os critérios que levaram ao depósito?

2. O Museu Militar como depositante

- 2.3. Que objectos já estiveram em depósito noutras instituições?
- 2.4. Em que tipo de instituições estiveram em depósito objectos do Museu Militar?
- 2.5. Quais os critérios que levaram o Museu Militar a assumir a condição de depositante?

e) DOCUMENTAÇÃO

1. Pré-entrada

- 1.1. Que documentação é criada quando existe o conhecimento de uma potencial aquisição?
- 1.2. Que percentagem de potenciais aquisições são realizadas com sucesso e que percentagem é rejeitada pelo museu?
- 1.3. Existe documentação sobre as potenciais aquisições que não têm sucesso?
- 1.4. A documentação sobre a potencial aquisição, quando tem sucesso, é associada à ficha de incorporação posterior?

2. Recepção do Objecto

- 2.1. Como é documentada a recepção de um objecto?

2.2. A documentação criada tem como objectivo o controlo da entrada e/ou recolha de informação para os procedimentos posteriores?

2.3. Existe algum tipo de marcação provisória? Se sim, que tipo de numeração se atribui? Como é feita a marcação?

2.4. Existe espaço próprio para um controlo inicial (ex.: operações simples de limpeza, tratamentos com fins de conservação prolongada, obviar qualquer processo de deterioração rápida como a presença de pestes)?

2.5. Nesta etapa o objecto é fotografado e/ou existe algum tipo de descrição?

2.6. Os objectos quando entram no Museu têm associado um seguro? Sempre? Quase sempre? Nunca?

2.7. Qual é o destino da documentação referente ao processo de recepção?

3. Inventário

3.1. Qual o suporte utilizado na inventariação das peças (suporte papel ou digital)?

3.2. Se existe base de dados é utilizada na instituição desde quando?

3.3. A base de dados foi comercializada por alguma empresa, ou desenvolvida pelo próprio museu?

3.4. Qual os motivos que levaram à escolha do referido sistema de inventariação?

3.5. Se foi adquirida a uma empresa, qual é o nome da mesma? E qual é a base utilizada?

3.6. Qual o motor de dados utilizado? Access? File Maker? SQL Server? Oracle? Outro?

3.7. Quais são os campos da ficha de inventário? Dos campos referidos quais são de preenchimento obrigatório?

3.8. As fichas de inventário possuem espaço destinado à fotografia do objecto?

3.9. Existem listagens de terminologia ou a possibilidade de criação e utilização de thesauri na aplicação utilizada? Se sim, quais os thesauri utilizados?

3.10. Existem normas específicas para o preenchimento e actualização das fichas de inventário?

3.11. Qual o sistema de classificação dos objectos do Museu?

3.12. Existe, na instituição, a preocupação de elaborar listas de normalização das terminologias?

4. Livro de Dia

- 4.1. O Museu possui Livro de Dia / Tombo/ Registo?
- 4.2. Os objectos que entram no Museu mas não se enquadram na vocação do mesmo e por essa razão não são aceites, são registados no Livro?
- 4.3. Os empréstimos são registados?
- 4.4. Os depósitos são registados?
- 4.5. Faz-se menção à alienação dos objectos?
- 4.6. Quais as informações registadas para cada uma das situações, incluindo a dos objectos incorporados?

5. Livro de Inventário Geral

- 5.1. Existe algum Livro de Inventário Geral?
- 5.2. Quais os descritores contidos?

6. Número de Inventário

- 6.1. Como é atribuído o número de inventário?
- 6.2. Os objectos têm marcado mais que um número de inventário?
- 6.3. Quais os métodos utilizados para marcar objectos?

7. Registo Multimédia

- 7.1. Como é feito o registo multimédia dos objectos que fazem parte do acervo do Museu?

8. Segurança do Sistema de Informação

- 8.1. Existem duplicados disponíveis dos sistemas de documentação?
- 8.2. Existem fotografias sistemáticas dos objectos da colecção?
- 8.3. O arquivo fotográfico está organizado pela mesma ordem e numeração que o registo geral?
- 8.4. A informação da documentação museológica está informatizada?
 - 8.4.1. São feitas cópias de segurança à informação da documentação? Com que regularidade?
- 8.5. A sua informatização prevê-se a:

- Longo prazo?
- Médio prazo?
- Curto prazo?

8.6. Quem tem acesso à informatização da documentação:

- Investigadores internos?
- Investigadores externos?
- Público especializado?
- Público escolar?
- Professores?
- Outros

Apêndice B - Tabela dos *informantes privilegiados* por museu militar

DHCM	Tenente – coronel Francisco Amado Rodrigues – Chefe da Repartição de Património
Museu Militar dos Açores	Coronel José Manuel Salgado Martins – Director do museu entre 1999 e 2007.
	Tenente-coronel Jorge Manuel Moura Soares – Director do museu entre 2007 e 2010.
	Tenente-coronel Manuel António Catarino Rato – Director do museu em 2010.
	Tenente Sérgio Alberto Fontes Resendes - Licenciado em História, integrou a equipa do museu entre 2000 e 2010.
	Primeiro-sargento Marco Torre - Estagiário no museu, no âmbito do estagiário curricular da Licenciatura de Património Cultural da Universidade dos Açores, tendo estado a desenvolver actividades relacionadas com o inventário a documentação das colecções.
Museu Militar de Bragança	Major Paulo Rodrigues – Director do museu, em exercício de funções.
	Sargento-ajudante Arnaldo Jeanne
	Mestre Maria Emília Pires Nogueiro – Desenvolveu dissertação, no âmbito do Mestrado em Museologia, sobre o Museu Militar de Bragança.
Museu Militar de Elvas	Tenente-coronel José Albino Galheta Ribeiro - Subdirector e chefe da secção de museologia
	Sargento-mor Álvaro João Balsinhas Matroca – Responsável pelo inventário museológico
	Sargento-chefe João António de Matos Barreto - Auxiliar do Chefe de serviços museológicos
	Mestre Patrícia Isabel Janarra Machado – Desenvolveu relatório de estágio conducente ao grau de Mestre em Museologia, sobre o Museu Militar de Elvas
Museu Militar de Lisboa	Tenente-coronel João Tavares Tomás – Subdirector do Museu Militar de Lisboa
	Tenente Sandra Marisa Lourenço Gomes Pimenta – Chefe dos Serviços Museológicos
	Primeiro-sargento Carlos Manuel Gomes Magro
Museu Militar da Madeira	Tenente-coronel João Alberto Amador Botelho – Director do museu, em exercício de funções
	Professor Doutor Rui Silvestre Carita - Proprietário de alguns dos artefactos que se encontram no museu
	Sargento-chefe - José Plácido Lemos Silva

Apêndice C - Distribuição dos dados do OAC por estatuto jurídico e respectiva tutela

Estatuto Jurídico	Tutela		Museu	Núcleo	Total	
Público	Administração Central	Ministério da Cultura	1	0	1	41
		Ministério da Defesa	27	5	32	
	Administração Regional	Madeira	1	0	1	
	Administração Local	Câmaras Municipais	5	2	7	
Não Público	Associações		2	0	2	5
	Fundações		1	2	3	
Total			37	9	46	

Apêndice D - Tabela com sinopse das colecções existentes no Museu Militar de Lisboa, em 1901. Os dados foram retirados do Catálogo do Museu de artilharia (CASTELBRANCO, 1901). No texto, os números que se encontram entre parêntesis rectos referem-se à página do catálogo referido.

SECÇÕES	COLECÇÕES		OBSERVAÇÕES
ARMAS ANTIGAS	Armas da Idade de Pedra		Embora na primeira secção tenha sido feita uma breve resenha sobre este tipo de armas, na parte do inventário afirma-se que «Não possui este museu exemplares d’esta secção» [19]. Este facto poderá confirmar que o autor se terá inspirado nas visitas aos museus militares estrangeiros e respectivos catálogos.
	Armas da Idade do Bronze		
	Armas Gregas		
	Armas Romanas		
	Armas Merovíngias		
ARMAS PORTÁTEIS DA IDADE MÉDIA	Armas defensivas	Armaduras e couraças	Segundo o catálogo esta colecção não teria muitos objectos, sendo que aqueles que existiam foram utilizados para ornamentar as salas de exposição, nomeadamente com a criação de panóplias [5]. Exemplos: «2. – Panoplia composta de: um peito – um capacete – uma alabarda de guarda de pinhaes – uma alabarda de marinha – uma alabarda de peão – uma alabarda de praças graduadas – duas espadas antigas de copos de tijella – dois bacamartes com canos de ferro – quatro canos de bacamarte, typos diferentes. (Vestibulo)» [19-20].
		Capacetes	
		Escudos	
	Armas ofensivas	Espadas e floretes	
		Alabardas	
		Armas de arremesso	
		Armas de fogo portateis	
ARMAS MODERNAS	Espadas e floretes		Exemplos: «A1 – Espada com pistola collocada no punho, manufacturada no Arsenal do Exército em 1779» [33].
	Armas de fogo portáteis usadas pelo Exercito portuguez ou transformadas em Portugal		Exemplos: «B4 – Esmerilhão com fechos de sílex e forquilha de ferro, manufacturado no Arsenal do Exercito e destinado a fazer fogo sobre postes e muralhas de fortaleza» [43].
	Armas de fogo de manufactura estrangeira que não foram adoptadas no nosso exercito		Exemplos: «B 104 – Espingarda com bayoneta, fechos de sílex, alma lisa, adarme 16, manufacturada em Inglaterra em 1700 e destinada aos corpos de infantaria» [55].
	Pistolas e rewolvers		Exemplos: «C1 – Pistola curta com guarnições de latão, fechos de sílex, alma lisa, adarme 18, manufacturada no Arsenal do Exercito em 1830; esteve em uso nos corpos de cavallaria até 1852» [75].
	Accessorios para armas de fogo portateis		Exemplos: «D2 – Dois fechos antigos, lavrados e incompletos, para espingarda de caça. Um guarda matto de ferro para espingarda de caça. Seis molas reaes para fechos antigos. Todos estes artigos foram manufacturados no Arsenal do Exército pelo insigne espingardeiro Vicente Meira» [81].

ARTILHARIA	Bocas-de-fogo	Portuguesas	Exemplos: Período de 1370 a 1495 «1 – Dois trons ou bombardas. São as bocas de fogo mais antigas e pertencem ao fim do século XIV. Teem a forma de um morteiro sem munhões, são formadas de barras de ferro forjado, atracadas por aros do mesmo metal, devidamente caldeados á forja; atiravam balas de pedra. Vieram de Elvas por ordem do barão de Monte Pedral» [97]. Período de 1495 a 1580 <u>Reinado de D. Manuel</u> - «21 - Falconete. Boca de fogo atirando bala de ferro fundido de uma libra de peso. Na bolada tem as armas reaes portuguesas e uma esfera armilar. Tem a culatra aberta para receber a câmara. Esta boca de fogo, também conhecida pelo nome de berço, foi encontrada na bahia de Angra do Heroísmo e veio para o Museu em 1893» [100]. <u>Reinado de D. João III</u> - «24 – Terço de canhão. Boca de fogo de 12 libras de calibre. Na bolada tem as armas reaes portuguesas e no primeiro reforço a era 1557. O cascavel é chato e moldurado, tendo uma aza de golfinho» [101]. <u>Reinado de D. Sebastião</u> - «28 – Canhão. Boca de fogo de 29 libras de calibre. No primeiro reforço tem as armas reaes portuguesas, e por baixo a inscrição “SEBASTIANVS I D G L V REX” e mais abaixo: “EL CAPITA VASCORIACA ME TRAÇO”, e na facha alta da culatra “OPVS REMIGY DE HALVT MECLINIEN ANNO 1553”. O cascavel é moldurado com botão antigo» [102]. Período de 1580 a 1640 <u>Reinado dos Filipes</u> - «48 – Morteiro. Boca de fogo de 36^c de calibre, feita no reinado de Philippe III, no ano de 1604. Na bolada tem as armas de Hespanha com o escudete das quinas e ao lado um outro braço. Tem câmara cylindrica e está assente n’uma placa de ferro fundido» [107]. Período de 1640 a 1750 <u>Reinado de D. João IV</u> - «67 – Peça. Boca de fogo de duas libras de calibre. No primeiro reforço tem as armas reaes portuguesas e por baixo “D. João 4 R. DE PORTVGAL”. O cascavel é chato, com aza de golfinho» [110]. <u>Reinado de D. Afonso VI</u> - «79 - Pedreiro. Boca de fogo de 4 libras de calibre. É destinada para o serviço de bordo. A culatra é aberta e termina por uma cauda com 0^m, 44 de comprimento. Os munhões teem uma forquilha. Na bolada tem as armas reaes portuguesas e pertence a 1667» [111]. <u>Reinado de D. Pedro II</u> - «87 – Morteiro. Boca de fogo de 21^c de calibre. No reforço tem as armas reaes portuguesas; na culatra a seguinte inscrição: “DOM PEDRO II REI DE PORTVGAL 1704”, e por baixo do ouvido uma carranca» [112]. <u>Reinado de D. João V</u> - «101 – Peça. Boca de fogo de 9 libras de calibre. No primeiro reforço tem as armas
------------	---------------	-------------	--

		reaes portuguesas e por baixo “IOANES V”; na facha da culatra “ME FECIT CIPRIANUS CRANS IANSZ AMSTELODAMI ANNO 1747”. O cascavel termina em botão» [115]. Período de 1750 a 1826 <u>Reinado de D. José I</u> - «123 – Peça. Boca de fogo de 9 libras de calibre. No primeiro reforço tem as armas reaes portuguesas com a indicação “JOSEPHUS I” e por baixo “M.^{EL} GOMES DE CAR.^{VO} E S.^A THE.^E GEN.^{AL} DA ART.^A DO REINO”; na facha da culatra “LX.^A ARCENAL REAL DO EXERCITO 1776”. O cascavel termina em botão» [119]. <u>Reinado de D. Maria I</u> - «136 – Peça de Campanha. Boca de fogo de 9^c de calibre. No primeiro reforço tem as armas reaes portuguesas, com a indicação “MARIA I”; na facha da culatra “LX.^A ARCENAL REAL DO EXERCITO 1796”. O cascavel termina em botão» [120]. <u>Regência e Reinado de D. João VI</u> - «151 – Peça de campanha. Boca de fogo de 10^c de calibre. No primeiro reforço tem uma coroa encimando a cifra de D. João VI. Entre os reforços, uma facha com o seguinte: “F. KINMAN 1818”. O cascavel termina em botão» [122]. <u>Governo de D. Miguel e regência de D. Pedro IV</u> - «154 – Morteiro. Boca de fogo de 27^c de calibre. Na bolada tem duas azas faceadas e entre ellas acham-se gravadas as coroas do Brazil e de Portugal, encimando as cifras de D. Pedro Imperador e de D. Pedro Duque de Bragança, e mais abaixo a palavra “PORTO”. Na culatra tem a era de 1833 e no topo os munhões [...]» [122-123]. <u>Reinado de D. Maria II</u> - «159 - Peça de campanha. Boca de fogo de 9^c de calibre. Na bolada tem a cifra de D. Maria II e na facha da culatra “LX.^A ARSENAL REAL DO EXERCITO 1836”. O cascavel termina em botão» [125]. Período de 1855 a 1889 <u>Reinado de D. Pedro V e de Luís I</u> - «162 – Peça de campanha. Boca de fogo de 12^c, 1 de calibre. No primeiro reforço tem a coroa real e a cifra de D. Pedro V, e na facha da culatra “ARSENAL DO EXERCITO DE LISBOA ANNO 1854”. O cascavel termina em botão. Esta peça foi estriada em 1867 com seis estrias trapesoidaes» [125].
	Estrangeiras	Exemplos: «76E – Peça de aço fundido (Fesott), de montanha, com 3 estrias trapesoidaes, 7^c de calibre. Tem reparo de falcas de ferro com soleira e rodas de madeira. Exemplar das que foram na expedição ingleza á Abyssinia em 1867. Offerecida ao governo portuguez pelo britânico em 1870» [131].
	Acessórios para bocas-de-fogo	Exemplos: «47F – Dezeseis granadas inglezas, eguaes ás que o governo inglez mandou na expedição á Abyssinia. Foram offerecidas pelo governo inglez em 1870» [136].

MODELOS	Exemplos: «2G - Modelo do carro que serviu para transportar a estatua equestre de D. José I, da Fundição de Canhões para o Terreiro do Paço. Este carro foi depois accrescentado e apropriado, como se vê, para transportar as columnas de pedra para o arco da rua Augusta» [153]. «7G – Modelo de um canhão obus montado em reparo, systema belga^m/1823; manufacturado na fundição de canhões, para Sua Magestade El-Rei D. Pedro V aprender a respectiva nomenclatura» [154].	
ARTIGOS DIVERSOS	Na secção dos artigos diversos incluíam-se «todos os artigos que pela sua natureza não pudessem fazer parte de algumas das outras» [6]. Os objectos são de natureza variada, tais como medalhas, capacetes, barretinas, instrumentos musicais, modelos, trabalhos artísticos feitos pelos aprendizes do Arsenal do Exército, caixas com amostras de diferentes metais, retratos, pelouros, bandeiras, espadas, sino, mapas, entre outros.	
	Não históricos	Exemplos: «H7 – Capacete de couro envernizado, com guarnição de latão, usado pelos bombeiros belgas em 1867. Foi oferecido ao Museu pelo Instituto Industrial de Lisboa em 1880» [147]. «Bastuba, instrumento musico francez» [149].
	Históricos	Exemplos: «I67 – Colecção de artigos que pertenceram ao Marechal Duque de Saldanha: 1.º Um retrato a oleo do Marechal Saldanha, vestido á paisana. 2.º Um retrato a óleo do Marechal Saldanha, de grande uniforme. 3.º Uma espada de general, com que elle entrou na batalha de Torres Vedras, em 1846. 4.º Uma espada de honra, oferecida pela “Société Universelle de Civilisation”, de França, ao tenente general João Carlos de Saldanha, em 1833, com o respectivo diploma. 5.º A banda que usava o Marechal Saldanha nos últimos annos. 6.º Uma collecção de diplomas de condecorações concedidas ao Marechal Saldanha, e de nomeações para cargos militares. Todos estes artigos foram espontaneamente offerecidos ao Museu pelo sr. Guilherme João Carlos Henriques» [167].

Apêndice E - Tabela com o cronograma das várias etapas dos museus militares, no âmbito da credenciação

Datas		Processo de candidatura dos museus militares à RPM
2009	Agosto	Envio do pedido de início do processo de candidatura da credenciação dos museus militares dos Açores, Bragança, Buçaco, Elvas, Lisboa, Madeira e Porto
	Setembro	Envio de sete brochuras <i>Credenciação de Museus</i> , bem como das designações de utilizador e os códigos de acesso, relativos a cada museu militar
2010	Janeiro	Directiva n.º 1/10 de 18 de Janeiro da DHCM informa os museus militares na sua dependência do início do processo de credenciação, bem como define as instruções de coordenação, comando e transmissões e responsabilidades dos diferentes intervenientes.
	Setembro	Preenchimento do formulário online e envio do formulário impresso e dos documentos obrigatórios do Museu Militar do Porto para o IMC
	Outubro	Visita Técnica da RPM ao Museu Militar do Porto
	Dezembro	Preenchimento do formulário online e envio do formulário impresso e dos documentos obrigatórios dos Museus Militares de Bragança e de Elvas para o IMC
2011	Março	Visita Técnica da RPM aos Museus Militares de Bragança e de Elvas
	Junho	Data prevista do preenchimento do formulário online e envio do formulário impresso e dos documentos obrigatórios do Museu Militar de Lisboa para o IMC
2012		Data prevista do preenchimento do formulário online e envio do formulário impresso e dos documentos obrigatórios dos Museus Militares dos Açores e da Madeira para o IMC

Apêndice F - Tabela com os formatos do número de inventário dos seis museus militares, na dependência da Direcção de História e Cultura Militar

Museu Militar dos Açores Ex. MMA.2011.001	MMA = Abreviatura de Museu Militar dos Açores	
	2011 = Ano de registo do inventário	
	001 = Número sequencial	
Museu Militar de Bragança Ex. MMB0001	MMB = Abreviatura de Museu Militar de Bragança	
	0001 = Número sequencial	
Museu Militar de Elvas Ex. MME-ARR0067	MME = Abreviatura do Museu	
	ARR = designação da colecção	ARR - Colecção de Arreios; SAP – Sapadores; EQ COL - Equipamento colectivo; EQ IND _ Equipamento individual; TM – Transmissões; ARM LIG - Armamento Ligeiro; ARM PES - Armamento Pesado; INT - Material de intendência; DEC- Artes decorativas; SS- Colecção do serviço de saúde; HIPO – Hipomóveis; VIAT - Colecção de viaturas.
	0067 = Número sequencial dentro da colecção	
Museu Militar de Lisboa Ex. MM000002	MM - Abreviatura de Museu Militar	
	000002 – Número sequencial	
Museu Militar da Madeira Ex. MMM01001	MMM = Abreviatura de Museu Militar da Madeira	
	01 = Número da colecção (ainda em processo de definição das colecções)	
	001 = Número sequencial dentro da colecção	
Museu Militar do Porto Ex. MMP001VR00001	MMP = Designação de Museu Militar do Porto	
	001 = Grupo	001 – Armas de fogo ligeiras; 002 - Armas de fogo pesadas; 003 - Armas brancas; 004 - Armas defensivas; 005 – Miniaturas; 006 – Uniformes; 007 - Artes plásticas; 008 – Documentação; 009 - Equipamentos e instrumentos; 010 - Artes decorativas; 011 - Heráldica e condecorações; 012 - Munições e explosivos; 013 – Fotografia.
	VR = Colecção	VR – colecção Vitorino Ribeiro; MFA – colecção Manuel Francisco Araújo; ECG – colecção Engenheiro Campos Gondim; HR – colecção Hélder Ribeiro; JMB – colecção Jaime de Sousa Brandão; GG – colecção Garcia Guedes; CE – colecção Exército.
	00001 = Número sequencial dentro do grupo e da colecção	

Apêndice G - Classificação das colecções do *Museo del Ejército Español*. Dados recolhidos na aquando da visita ao Museu do Exército Espanhol, no dia 29 de Dezembro de 2010.

Armas	Arma Arrojadiza
	Arma Blanca
	Arma Combinada
	Arma Contudente
	Arma de Fuego Portátil
	Arma de Lanzamiento Manual
	Arma Defensiva
	Arma Enastada
	Armamento Diverso
	Armamento OTAN
	Armamento y Municiones Nucleares
	Arte Tormentaria
	Artillería
	Definiciones
Bellas Artes	Arquitectura
	Artes Aplicadas – Industriales
	Dibujo
	Escultura
	Estampa y arte gráfico
	Fotografía
	Pintura
	Definiciones
Documentos	Manuscritos
	Impresos
	Materiales especiales
	Sigilografía
	Definiciones
Enseñas	Accesorios bandera
	Banderas
	Banderines
	Banderolas de Lanza
	Estandartes
	Guiones
	Otras (leones, lábaros, águilas)
	Partes (astas sueltas)
	Pendones
	Definiciones
Epigrafía / Numismática / Filatelia	Epigrafía
	Filatelia
	Numismática
	Definiciones
Equipo	Equipo completo de caballo para plaza montada y de mulo. Equipo individual de perro y paloma mensajera
	Equipos contra incendios, de salvamento y de seguridad; y equipo y materiales de protección medioambiental
	Equipos de dirección de tiro
	Equipo de lanzamiento, de aterrizaje y maniobra en tierra de aeronaves
	Equipos de telecomunicación, detección e radiación coherente
	Equipos fotográficos y cinematográficos
	Equipos mecánicos de transmisión de fuerza
	Equipo, artículos y materiales de uso doméstico, comercial y para cocina y comedor.
	Mobiliario doméstico, de acuartelamiento y de campaña
	Equipo, mobiliario y material de oficina y escritorio
	Equipos para buques y equipos marinos

	Equipos para construcción, minería, excavaciones y conservación de carreteras
	Equipos para deporte y lúdicos
	Equipos para manejo de materiales
	Equipos y ayudas a la enseñanza
	Equipos y material para médicos, odontólogos y veterinarios
	Productos y artículos de tocador
	Sistema de alarma, señalización y detectores de seguridad
	Tiendas (de campaña) y toldos impermeabilizados
Indumentaria / Uniformidad	Complementos y varios (guantes, manoplas, calcetines, cuellos, puños, botones, etc.)
	Fornituras (correaes, cartucheras, forrajeras, fiadores, cordones de ayudante, charreteras, golas, espuelas y espolines de uniformidad, etc.)
	Prendas de protección contra agentes nucleares, biológicos y químicos
	Prendas de vestir no de uniforme (espuelas, espolines y calzado no de uniforme)
	Uniforme – conjunto
	Uniforme-prendas sueltas (de cabeza, de cuerpo, calzado)
	Vestuario, equipo individual
	Definiciones
Insignias	Condecoraciones
	Distintivos
	Divisas
	Emblemas
	Otras
	Definiciones
Instrumentos	Instrumentos y equipos de laboratorio
	Instrumentos musicales, gramófonos y radiorreceptores tipo doméstico
Maquetas	Aeronáuticas
	De arquitectura
	De artillería
	De combates
	De máquinas
	Navales
	Otras
	Definiciones
Material Ferroviario	Accesorios y componentes de locomotoras y vagones
	Equipo de construcción y conservación de vías férreas, ferrocarril
	Locomotoras
	Materiales de vías férreas, ferrocarril
	Vagones
	Notas
Miniaturas, Dioramas	Miniaturas
	Dioramas
	Definiciones
Modelos	Aeronáuticos
	De Arquitectura
	De Artillería
	De combates
	De Máquinas
	Navales
	Otros
	Definiciones
Municiones, bombas y explosivos	Accesorios
	Agentes químicos de combate
	Artificios pirotécnicos
	Bombas
	Cabezas de guerra de misiles guiados y componentes explosivos
	Cohetes y munición-cohete y componentes de cohete
	Componentes explosivos de cargas de profundidad
	Componentes inertes de cargas submarinas
	Componentes inertes de torpedos
	Dispositivos accionados por cartuchos o por propulsores y componentes

	Equipo específico para manejo y servicio de municiones
	Espoletas y cebos
	Explosivos a granel
	Granadas
	Materiales de demolición
	Minas terrestres
	Munición diversa
	Municiones de calibre desde 75 mm. Hasta 125 mm. Incluidos
	Municiones de calibre superior a 125 mm
	Municiones de calibre superior a 30 mm. Hasta 75. Mm., excluidos
	Municiones hasta calibre de 30 mm. Incluido
	Proyectiles
	Unidades de propulsión de combustible sólido y componentes para misiles guiados y vehículos espaciales con carga inerte
	Unidades de propulsión de misiles guiados y vehículos espaciales con componentes explosivos, de combustible sólido
	Utillaje y equipos de neutralización de explosivos de superficie
	Utillaje y equipos de neutralización de explosivos y armamento submarino
Patrimonio Arqueológico	
Patrimonio Etnográfico	Armas y guerra
	Casa y mobiliario
	Caza y pesca
	Fibras
	Juegos y entretenimientos
	Música y danza
	Objetos rituales, ceremoniales y religiosidad popular
	Objetos uso personal
	Oficios tradicionales
	Recipientes
	Transporte tradicional
	Vestidos y adornos
	Definiciones
Patrimonio Industrial	Accesorios de motores
	Componentes de equipos eléctricos y electrónicos
	Conductores eléctricos, equipos generadores y de distribución de energía eléctrica
	Dispositivos de alumbrado y lámparas
	Equipo de talleres de mantenimiento y reparación
	Ferretería y abrasivos
	Herramientas de medida
	Herramientas manuales
	Maquinaria para industrias especiales
	Maquinaria y equipo para servicios diversos
	Maquinaria y equipos para trabajar la madera
	Maquinaria y equipos para trabajar los metales
	Máquinas de oficina, equipos de archivo visible y equipos para proceso de texto y proceso automático de datos
	Motores, turbinas y componentes
	Varios
	Definiciones
Patrimonio Natural	Animales disecados
	Conchas
	Entomología
	Maderas y herbarios
	Minerales y fósiles
	Paleontología
	Definiciones
Recuerdos	Científicos
	De campañas
	De héroes y gestas
	De instituciones
	De unidad

	Otros
	Personales
	Religiosos
Vehículos	Aeronaves y componentes estructurales
	Buques, embarcaciones menores, pontones y diques flotantes
	Componentes y accesorios de aeronaves
	Componentes y accesorios vehiculares
	Cubiertas y cámaras
	Vehículos de “colchón de aire”, vehículos de motor, remolques y semirremolques. Bicicletas
	Vehículos espaciales
	Vehículos varios
	Nota

Apêndice H - Manual de Gestão das Coleções do Museu Militar do Porto: contributo para a sua elaboração.